



REVISTA NECAT

Jan-Jun/ 2020
ISSN 2317-8523



PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

Dossiê I: Impactos da Covid-19 em Santa Catarina



ANO 9, NÚMERO 17

Impactos da pandemia sobre o setor industrial catarinense | *Lauro Mattei e Matheus Rosa* | Impactos da Covid-19 sobre o setor de serviços no Brasil e em Santa Catarina nos primeiros oito meses de 2020 | *Lilian de Pellegrini Elias, Mateus Victor Fronza e Lauro Mattei* | O mercado de trabalho catarinense diante da crise da Covid-19 | *Vicente Loeblein Heinen* | Impactos da pandemia da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina até setembro de 2020 | *Lauro Mattei, Vicente Loeblein Heinen e Maria Eduarda Munaro.*

Realização:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



SUMÁRIO

EDITORIAL 1

IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE O SETOR INDUSTRIAL CATARINENSE

Lauro Mattei

Matheus Rosa 10

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NOS PRIMEIROS OITO MESES DE 2020

Lilian de Pellegrini Elias

Mateus Victor Cassol Fronza

Lauro Mattei 33

O MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE DIANTE DA CRISE DA COVID-19

Vicente Loeblein Heinen 54

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ATÉ SETEMBRO DE 2020

Lauro Mattei

Vicente Loeblein Heinen

Maria Eduarda Munaro 75

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Comitê Editorial

Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC).

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UnB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Diagramação

Mateus Victor Cassol Fronza; Matheus Souza da Rosa; Vicente Loeblein Heinen.

Endereço

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.
88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 9, nº 17, Jan-Jun. Florianópolis, Necat/UFSC, 2020.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A ECONOMIA CATARINENSE

*Lauro Mattei**

As primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas por crises econômicas recorrentes. Na década de 2000 o mundo foi fortemente abalado pela crise financeira de 2008-2009, cujo epicentro ocorreu na esfera financeira, porém com contágio sobre a economia real em todas as partes do globo terrestre. Seus efeitos se fizeram sentir por vários anos, sendo que diversos países ainda não conseguiram retornar à situação pré-crise.

Já a década 2020 iniciou com uma nova crise econômica totalmente diferente das anteriores, uma vez que agora são as consequências da pandemia provocada pelo novo coronavírus que, além de ter causado milhares de mortes, impactou negativamente a economia em praticamente todos os países do mundo. É importante registrar que esta nova crise é bem distinta das crises anteriores, uma vez que aquelas eram crises derivadas do próprio funcionamento das estruturas econômicas. Agora as sociedades estão enfrentando uma crise sanitária de proporção global, com drásticas consequências em diversas esferas das sociedades contemporâneas. De um modo geral, já se sabe que os efeitos econômicos da COVID-19 não serão de curta duração e que a estrutura econômica de um determinado país poderá ser fortemente afetada, caso seus governantes não adotarem medidas efetivas para enfrentar a pandemia.

Em função disso, diversas instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, etc.) entendem que os governos nacionais devem deixar de lado o discurso da austeridade fiscal e adotar medidas urgentes em duas direções: por um lado, procurar conter a pandemia visando salvar vidas e, por outro, buscar estimular a economia para evitar o caos econômico e social posterior. Com isso, esse novo cenário global está mostrando claramente às sociedades contemporâneas que o ideário econômico neoliberal que dominou as políticas econômicas nas últimas cinco décadas está sendo fortemente questionado, ao mesmo tempo em que emerge novamente a importância do

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

Estado enquanto agente decisivo visando implementar políticas efetivas que sejam capazes de, ao mesmo tempo, controlar a pandemia e reaquecer as atividades econômicas.

No cenário mundial, os resultados econômicos relativos ao primeiro semestre de 2020 divulgados recentemente por diversos organismos internacionais revelam os grandes impactos da crise provocada pelo novo coronavírus sobre o funcionamento da economia, os quais deverão perdurar neste e também nos próximos anos. Para tanto, destacam-se os efeitos sobre as principais economias globais. Inicialmente ressalta-se o desempenho da economia chinesa, dada sua importância na dinâmica econômica global, a qual apresentou um crescimento médio trimestral de 6% ao longo dos anos de 2018 e 2019. Já no primeiro semestre de 2020, verificou-se que a China apresentou um PIB negativo da ordem de -6,8%, isto porque a China foi o primeiro país a sofrer os impactos econômicos da crise sanitária mundial. Mesmo assim, hoje já se percebe que as políticas e os estímulos governamentais adotados contribuíram decisivamente para a recuperação rápida das atividades econômicas. Com isso, nota-se que já no segundo trimestre do corrente ano o país apresentou um crescimento de seu PIB de 3,2%, fazendo com que o resultado do primeiro semestre de 2020 fosse negativo em apenas 1,6%, comparativamente ao mesmo semestre do ano anterior. Em grande medida, esses resultados bem expressivos decorrem da recuperação rápida da produção industrial, tendo como consequência direta a redução do desemprego.

Já na primeira economia mundial (EUA), observou-se uma queda de 5% no primeiro trimestre de 2020, significando a maior queda verificada na economia norte-americana desde 2008. Mas o pior viria no trimestre seguinte, quando ocorreu uma contração recorde de 32,9% do PIB. Isso significa que no primeiro semestre de 2020, o PIB estimado em dólares correntes (US\$ 19,4 trilhões) sofreu uma queda de aproximadamente 2,2 trilhões de dólares. Sem dúvida, esse foi o resultado negativo mais expressivo desde a grande recessão de 1929 que, em grande medida, decorreu dos efeitos das medidas de contenção da pandemia sobre os gastos das famílias e das empresas, especialmente entre os meses de março e maio, quando o país foi duramente afetado. Embora parte das atividades tenha sido retomada a partir do mês de junho, o processo de recuperação da economia dos EUA continuou lento nos meses seguintes, uma vez que a pandemia não foi controlada em todos os estados federados.

Também a terceira economia mundial (Japão) não apresentou resultados muito favoráveis do PIB em 2020, uma vez que desde o quarto trimestre de 2019 o país já apresentou queda de 1,9% no PIB, revelando um processo de desaceleração forte ainda

no segundo semestre do referido ano, fato que foi potencializado pela COVID-19. Com isso, observa-se que no ano de 2020 os resultados foram negativos em 0,6% no primeiro trimestre e em 7,8% no segundo trimestre. A consequência é que o Japão foi o primeiro país a entrar em recessão técnica a partir do primeiro semestre de 2020.

Os impactos negativos também foram sentidos por vários países da União Europeia, cuja taxa média de queda foi de 2,8% no primeiro trimestre e de 11,9% no segundo trimestre de 2020. Todavia, alguns países do bloco apresentaram quedas bem maiores nesses dois períodos, conforme segue: França com 5,8% e 13,8%; Espanha com 5,2% e 18,5%; Itália com 4,7% e 12,4%; Alemanha com 2,2% e 10,1%; e Portugal com 3,9% e 13,9%. Com isso, projeta-se uma retração do PIB da União Europeia entre 6 a 7% no corrente ano.

Em função desses resultados, diversos organismos internacionais e organizações multilaterais estão seguidamente atualizando suas projeções sobre o desempenho da economia mundial no ano de 2020. Por um lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ao final de 2019 indicava um crescimento da economia mundial para 2020 da ordem de 3,4%, previu recentemente que a economia mundial deverá sofrer uma retração da ordem de 5% devido à crise da COVID-19. Por outro, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta uma queda de 6% no corrente ano. Já o Banco Mundial projeta uma retração global entre 5 e 6%, sendo que particularmente para a América Latina essa instituição multilateral prevê uma queda do PIB da ordem de 5%.

Na América Latina, os efeitos da pandemia do novo coronavírus também estão sendo expressivos em diversos países da região. Na Colômbia, por exemplo, entre janeiro e agosto de 2020 constatou-se uma queda de 8,1% do PIB, com recuo em praticamente todas as atividades econômicas, em especial as atividades industriais e comerciais. Já no México verificou-se uma queda de 8% do PIB no primeiro semestre de 2020 devido aos efeitos da pandemia. Mesmo que algumas atividades econômicas tenham sido retomadas no país a partir do mês de julho, o ritmo da recuperação ainda era muito lento em relação ao impacto sofrido. Já o Chile apresentou uma queda acumulada de 13,1% no período de janeiro a julho de 2020, enquanto a Argentina apresentou uma queda acumulada de 16,3% no mesmo período.

No caso particular do Brasil, registre-se que a economia do país já vinha apresentando resultados muito ruins desde 2015, uma vez que o comportamento do PIB, em média, teve uma taxa de crescimento negativa da ordem de 0,90% ao ano entre 2015

e 2019. Nesse período foram realizadas diversas reformas estruturais que foram tratadas como salvadoras da pátria (limitação do teto de gastos públicos, reforma trabalhista, reforma da previdência, etc.), mas que pouco contribuíram para expandir as atividades econômicas, uma vez que o país passou a conviver com elevadas taxas de desemprego, ao mesmo tempo em que as taxas de investimento da economia apresentaram os piores resultados das duas últimas décadas.

No início da pandemia (março de 2020), o IBGE divulgou o PIB do país relativo ao ano de 2019, cuja taxa de crescimento atingiu apenas 1,1%, embora estivesse projetada em 2,5% para tal período. Registre-se que o percentual atingido em 2019 foi inferior, inclusive, ao verificado no ano de 2018, que foi da ordem de 1,3%¹, sendo que também a taxa de investimento foi bem inferior em 2019, comparativamente ao ano anterior. Na verdade, essas informações do PIB relativas ao ano de 2019 revelaram que a economia brasileira já se encontrava operando em um nível bastante baixo antes mesmo de ter sido afetada pelo novo coronavírus. Isso porque as informações mostraram que seu desempenho, além de ser inferior ao do ano anterior, situava-se no mesmo patamar de 2013. Por um lado, o consumo do governo foi negativo; as exportações de bens e serviços caíram 2,5%; e a taxa de investimentos continuava num patamar bastante baixo (15% do PIB), comparativamente ao seu ápice verificado nos anos anteriores à crise (21% do PIB). Por outro, o pequeno crescimento divulgado estava fortemente atrelado à expansão do consumo das famílias, indicador importante, porém com sérias limitações para se garantir taxas sustentáveis de crescimento, especialmente em situações em que perduram taxas de desempregos elevadas devido à retração das atividades econômicas. Mesmo diante desses fatos, o Ministro da Economia continuava afirmando em março de 2020 que a economia do país estava decolando enquanto a economia mundial está desacelerando. Na verdade, essa foi mais uma das tantas afirmações equivocadas que se ouviu dessa autoridade governamental após o início da pandemia.

O fato concreto é que os efeitos da pandemia verificados na maioria dos países do mundo também se fizeram sentir na economia brasileira. Com isso, o PIB apresentou uma queda de 1,5% no primeiro trimestre (quando a pandemia apenas tinha iniciado no país) e de 9,7% no segundo trimestre, percentual que já continha todos os efeitos da pandemia, particularmente nas atividades industriais e de serviços. Com isso, as previsões atuais para o ano de 2020 projetam uma queda do PIB de aproximadamente 5%.

¹ Recentemente o IBGE corrigiu esse percentual para 1,8%.

Em função desses indicadores das principais economias da América Latina, a Cepal projeta para 2020 uma queda do PIB agregado do Continente Latino-americano da ordem 10%, sendo que muitos países terão dificuldades para promover a recuperação sustentável de suas atividades econômicas. Registre-se que esse cenário projetado por essa organização se refere a uma situação em que não ocorram novas ondas de contaminação que obrigaria os governos a tomar novas medidas de isolamento social. Com isso, os altos graus de desigualdade e pobreza existentes, aliados aos limites do sistema de proteção social, irão agravar ainda mais as já precárias condições de uma parcela expressiva da população latino-americana.

É neste contexto que a pandemia da Covid-19 precisa ser compreendida e analisada. No caso particular do Brasil, é bem provável que a crise provocada pela pandemia estará sendo conhecida como uma das maiores crises econômicas da história do país. Todavia, ainda é cedo para identificar com precisão os impactos dessa crise sanitária em todas as mesorregiões do país, muito embora diversos dados e informações disponíveis indiquem o nível preliminar dos impactos, especialmente no âmbito das atividades econômicas e do mercado de trabalho.

Neste sentido, desde o início da pandemia o NECAT vem procurando acompanhar seus impactos sobre a economia, tanto em termos de análises semanais sobre a evolução da doença no estado, como na produção de estudos e análises sobre setores de atividades econômicas específicas. Para tanto, oferece esse *Dossiê sobre os impactos da Covid-19 em Santa Catarina* como uma contribuição às análises que estão em curso em diversos centros de estudos e também em organismos governamentais.

O primeiro artigo, intitulado *Impactos da pandemia sobre o setor industrial catarinense* e assinado por Lauro Mattei e Matheus Rosa, procura analisar o desempenho da indústria catarinense durante a pandemia, à luz do comportamento da indústria brasileira no mesmo período. Ao analisar a situação da indústria catarinense no período que antecedeu o início da pandemia no estado (meses de janeiro e fevereiro de 2020), os autores perceberam que esse setor econômico vinha apresentando baixo crescimento desde o ano de 2019, sendo que no início do presente ano foram verificadas pequenas variações positivas.

Na sequência, destaca-se que entre os meses de março e abril o setor foi duramente afetado pela pandemia, ocasionando perdas de 18,5% e 15,4%, respectivamente e que nos meses seguintes (maio a setembro) foram constatadas pequenas variações positivas na

produção, porém a um ritmo incapaz de recompor as perdas sofridas em apenas dois meses, sendo que foi observada, ainda, a redução do ritmo de crescimento das atividades industriais, especialmente nos meses de agosto e setembro. Com isso, o desempenho agregado do setor no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior é negativo da ordem de 9,7%.

A conclusão dos autores destaca que os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis foram os mais afetados, enfatizando-se o desempenho fortemente negativo dos subsectores de veículos automotores, reboques e carrocerias; metalurgia; produtos minerais não-metálicos; produtos de madeira e produtos de metal. Ressalta-se que apenas o subsector de produtos alimentícios apresentou um desempenho acumulado com variação positiva no ano de 2020.

O segundo artigo, intitulado *Impactos da COVID-19 sobre o setor de serviços no Brasil e em Santa Catarina nos primeiros oito meses de 2020* e assinado por Lilian de Pellegrini Elias, Mateus Victor Cassol Fronza e Lauro Mattei, procura compreender melhor os efeitos da Covid-19 sobre esse setor, dada a importância do mesmo na composição do PIB catarinense. Tal análise foi realizada à luz do comportamento do mesmo setor no âmbito do país. Inicialmente observou-se que os serviços já vinham apresentando oscilações negativas em diversos meses dos anos de 2018 e 2019, indicando que o processo de desaceleração do setor já estava em curso antes mesmo do início da pandemia no estado.

Ao analisar mais detalhadamente o comportamento do setor, os autores perceberam que o setor de serviços revela mais claramente os efeitos decorrentes das medidas adotadas para o controle da pandemia, especialmente das regras de isolamento social. Tais medidas impactaram fortemente o desempenho do setor nos meses de março e abril, sendo que a partir do mês de maio, com uma maior flexibilização das regras sociais que visavam a contenção da disseminação da doença, foram apresentados resultados que apontavam para uma recuperação do setor. Todavia, tais oscilações positivas acabaram sendo bastante tímidas, fazendo com que ao final do mês de agosto o setor ainda se encontrava em um patamar ligeiramente inferior àquele verificado no mês de fevereiro de 2020, quando a pandemia ainda não tinha afetado o estado. Desta forma, quando se considera o desempenho acumulado no ano de 2020 com igual período do ano anterior, nota-se que o estado ainda apresenta uma variação negativa da ordem de 7,9%. Em grande medida, esse desempenho negativo está sendo fortemente condicionado pelos resultados

negativos demonstrados pelos subsetores de “serviços prestados às famílias” e de “transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio”.

Por fim, os autores destacam importantes implicações que esse fraco desempenho do setor de serviços provoca em outras áreas, especialmente em relação ao comportamento do mercado de trabalho, devido à expressiva participação desse setor na geração de empregos no estado. Registre-se que tal fato certamente foi captado pelas análises do comportamento do emprego que serão mostradas na sequência.

O terceiro artigo, intitulado *O mercado de trabalho catarinense diante da crise da Covid-19* e assinado por Vicente Loeblein Heinen, analisa os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho no estado de Santa Catarina à luz do desempenho desse mercado no país. Inicialmente destaca-se que desde a crise de 2014 o estado vem sofrendo os efeitos do processo de deterioração da estrutura ocupacional, sendo que ao final de 2019 a taxa de ocupação ainda era mais que o dobro daquela verificada no ano de 2014.

Com o início da pandemia no terceiro mês de 2020 houve um agravamento desse cenário, sobretudo a partir do segundo trimestre. Com isso, notou-se que a população ocupada caiu 1,6% entre os meses de janeiro e março e 3,1% entre abril e junho. Em termos absolutos, isso significou que o estado perdeu 164 mil vagas de trabalho somente no primeiro semestre 2020. Agregue-se a isso a suspensão de mais de 200 mil contratos de trabalho entre os meses de abril e junho decorrente do programa emergencial de preservação da renda e do emprego do Governo Federal. O resultado de todo esse processo foi uma elevação brutal do número de desocupados no estado, cujo patamar chegou a 250 mil trabalhadores ao final do primeiro semestre de 2020.

O artigo concluiu que, embora o mercado de trabalho catarinense tenha elevado seu grau de informalidade nos últimos anos, o maior acesso aos direitos trabalhistas e à rede de proteção social contribuiu para reduzir os impactos da Covid-19 sobre Santa Catarina. Mesmo assim, foi possível identificar que os trabalhadores do setor de serviços, os ocupados informalmente e os trabalhadores negros foram as categorias mais afetadas pela crise. Com isso, ainda que ocorra a retomada das vagas perdidas, a queda dos rendimentos e o fechamento e/ou reestruturação das empresas deverão deixar sequelas por muito tempo no mercado de trabalho catarinense.

O quarto artigo, intitulado *Impactos da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina até setembro de 2020* e assinado por Lauro Mattei, Vicente Loeblein Heinen e Maria Eduarda Munaro, analisa os impactos sobre o mercado formal

de trabalho tomando como referência as informações disponibilizadas pelo Novo Caged, sob responsabilidade do Ministério da Economia. As informações foram separadas em três períodos distintos: o período 1 diz respeito aos meses de janeiro e fevereiro de 2020 quando o estado ainda não tinha sido afetado pela doença; o período 2 se refere aos meses de março a maio quando ocorreu a fase com maiores restrições para controle da pandemia; e o período 3 quando houve flexibilização das medidas de controle visando a recuperação das atividades econômicas. Além disso, foram explorados todos os quesitos qualitativos sobre o mercado formal de trabalho disponibilizado pelo sistema estatístico do governo federal, a saber: grupamento de atividades, sexo dos trabalhadores, faixa etárias e grupamento ocupacionais.

Dentre as principais conclusões, destaca-se que o mercado formal de trabalho no Brasil em 2020 sofreu um forte abalo no período mais agudo das restrições (março a maio) levando a um corte de mais de 1.5 milhões de vínculos formais de trabalho. Mesmo com a recuperação das atividades econômicas a partir do mês de junho, observou-se que no âmbito do país no mês de setembro ainda se convive com um saldo negativo de mais de 500 mil vínculos, comparativamente ao patamar anterior ao início da pandemia. Já em relação ao estado de Santa Catarina, nota-se que houve um processo mais expressivo de recuperação das vagas formais de trabalho a partir do mês de junho, fazendo com que o saldo acumulado do ano ficasse levemente positivo, de tal forma que retornasse ao patamar do início do ano.

Do ponto de vista do grupamento de atividades, nota-se que tanto no país como no estado catarinense, os setores do comércio, alojamento e alimentação, transportes, armazenagem e correios, atividades administrativas e serviços complementares e educação foram os mais afetados. E que a indústria de transformação foi o grupamento de atividades que apresentou os melhores resultados. Com isso, notou-se que zerou seu déficit no último mês da série considerada. Registre-se que esse resultado poderia ter sido pior se não tivesse ocorrido um bom desempenho da construção, indústria extrativa e administração pública, defesa e seguridade social.

Quanto ao sexo, notou-se que durante o período com maiores restrições, tanto no país como em Santa Catarina, ocorreu um forte processo de desligamentos de homens e mulheres. Todavia, quando se analisa o período de retomada das atividades econômicas, percebe-se que as mulheres foram as grandes prejudicadas, uma vez que a cada contratação de quatro homens, somente uma mulher voltou a ser contratada. Com isso, o saldo acumulado no ano continua negativo para as mulheres.

Do ponto de vista ocupacional, tanto no Brasil como em Santa Catarina observou-se que os trabalhadores vinculados aos setores que mais restringiram suas atividades foram exatamente aqueles que mais sofreram os impactos da pandemia. Assim, trabalhadores dos serviços, de vendedores do comércio em lojas e mercados, dos serviços administrativos e dirigentes e gerentes de empresas estão entre as categorias mais afetadas, destacando-se que os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais foram aqueles que tiveram melhores condições de recuperação do emprego entre os meses de junho e setembro.



Desde o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, no mês de março de 2020, o Necat/UFSC vem realizando estudos e debates sobre os impactos da COVID-19 na socioeconomia catarinense, seja organizando seminários, elaborando texto para discussão ou até mesmo produzindo artigos específicos sobre determinados setores econômicos. Dada a importância de se ter um acompanhamento mais qualificado dos impactos da grave crise atual, a Revista NECAT apresenta o *Dossiê I – Impactos da Covid-19 em Santa Catarina*, composto por um conjunto de estudos realizados pelo Núcleo, com o objetivo de divulgar de forma mais ampla junto ao meio acadêmico e sociedade em geral os resultados obtidos por esses estudos até o momento. Ao mesmo tempo, tal publicação procura estimular debates sobre o desenvolvimento socioeconômico catarinense diante do grave cenário atual. Com isso, entendemos que enquanto universidade pública, estamos deixando mais esta contribuição à sociedade catarinense.

IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE O SETOR INDUSTRIAL CATARINENSE

*Lauro Mattei**

*Matheus Rosa***

Resumo: O principal objetivo do artigo foi analisar os impactos da COVID-19 sobre o desempenho da indústria catarinense, tomando-se como referência o comportamento da indústria nacional. Após breve discussão do processo de desindustrialização em curso no país, discute-se o desempenho da indústria brasileira na década de 2010 para, na sequência, analisar os impactos da COVID-19, tanto no Brasil como em Santa Catarina. De forma similar, o artigo concluiu que os setores produtivos de bens de capital e de bens de consumo duráveis foram os mais afetados e que a produção física acumulada no ano de 2020 continua negativa, tanto no Brasil como no estado de Santa Catarina, porém em níveis mais elevados no último caso.

Palavras-chave: Brasil; Santa Catarina; Indústria; Impactos da Covid-19.

IMPACTS OF THE PANDEMICS ON THE INDUSTRIAL SECTOR IN THE STATE OF SANTA CATARINA

Abstract: The main objective of the article is to analyze the impacts of COVID-19 on the performance of the Santa Catarina State industry, taking as a reference the behavior of the national industry. After a brief discussion of the deindustrialization process underway in the country, the behavior of Brazilian industry in the decade of 2010 is discussed, in order to subsequently analyze the impacts of COVID-19, both in Brazil and in Santa Catarina State. Similarly, the article concluded that the productive sectors of capital goods and durable consumer goods were the most affected and that the accumulated production level in 2020 remains negative, both in Brazil and in the state of Santa Catarina, however in higher levels in the last case.

Keywords: Brazil; Santa Catarina State; Industry; COVID-19 Impacts.

INTRODUÇÃO

O processo de perda relativa da participação industrial na produção agregada da economia brasileira tem origem no esgotamento do modelo de substituição de importações, na crise da dívida externa da década de 1980 e na política de liberalização econômica da década de 1990. Com a reestruturação produtiva implementada a partir de

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: matheusrosa.contato@outlook.com.

então, além das facilidades para entrada e saída de capitais estrangeiros, foram criadas as condições que acabaram potencializando, de maneira mais expressiva, a desindustrialização do país nas duas décadas seguintes.

O crescimento da economia brasileira verificado entre 2003-2008 começou a ser interrompido com a emergência da crise financeira mundial, sobretudo em 2009. Em grande medida, esse crescimento estava assentado no “boom das commodities”, estimulado pelo crescimento vigoroso da demanda chinesa. Quando a crise se tornou sistêmica, começaram a ocorrer quedas do superávit comercial do país. Esse fato colocou em discussão a forma de inserção do Brasil no comércio internacional, além de colocar em questão também o tipo de bens e produtos que estavam sendo exportados. A partir de então ganharam espaço diversos estudos sobre a estrutura de produção industrial brasileira neste novo cenário mundial.

É neste contexto que os temas da reprimarização e da desindustrialização estão sendo debatidos. Neste caso, um dos aspectos relevantes a se observar é o conteúdo tecnológico presente nos fluxos comerciais do país e seus possíveis efeitos sobre a estrutura produtiva, especialmente na esfera industrial. Dados agregados da economia brasileira desde o início do século XXI têm revelado um padrão de inserção do país no comércio externo que poderá comprometer, no longo prazo, a competitividade e o dinamismo econômico.

De um modo geral, observa-se que esse processo revelou a existência de uma crise no setor industrial que está se generalizando, sobretudo nos ramos tradicionais (setores mais intensivos em tecnologia), os quais vêm enfrentando dificuldades para competir, tanto no mercado interno como externo, devido ao baixo grau de incorporação tecnológica. Esse fato conduz a uma baixa competitividade da indústria de transformação e provoca perda de dinamismo do conjunto da economia, uma vez que a falta de ganhos de produtividade industrial impede um crescimento do PIB a patamares mais elevados.

Neste cenário o país corre o risco de apresentar uma especialização produtiva primária assentada na produção de bens agropecuários e produtos extrativos minerais, concomitantemente com uma desestruturação do setor secundário, dada a baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico do setor industrial, especialmente do ramo da indústria de transformação. A somatória desses dois fatores poderá ter impactos bastante negativos sobre o desenvolvimento econômico e social do conjunto da nação.

Com isso, pode-se afirmar que a pandemia atual decorrente do novo coronavírus tem contribuído para desnudar ainda mais a temática da desindustrialização, isto porque se tornou visível para o conjunto da sociedade o elevado grau da dependência externa da produção industrial de diversos produtos, como foram os casos recentes de equipamentos médico-hospitalares, especialmente de máscaras cirúrgicas e de ventiladores pulmonares.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é analisar os impactos da COVID-19 sobre a indústria catarinense, à luz do que vem ocorrendo com o setor industrial no âmbito do país. Para tanto, o texto é composto por mais seis seções, além dessa breve introdução. Na primeira delas apresenta-se uma rápida síntese da literatura sobre a desindustrialização do país. A segunda seção discute o desempenho da indústria brasileira na década de 2010, enquanto a terceira analisa o cenário desse setor anteriormente ao início da pandemia. A quarta seção mostra os principais impactos da pandemia no setor industrial do país, enquanto a seção seguinte analisa os impactos da Covid-19 na indústria catarinense. Finalmente, a sexta seção apresenta as considerações finais do trabalho, procurando elencar alguns dos principais desafios para esse setor produtivo.

1. BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Palma (2014), a trajetória do processo de desindustrialização na América Latina se acentuou após as reformas econômicas realizadas na década de 1990. Em função disso, o autor destaca as quatro fontes responsáveis pela desindustrialização, a saber: 1) uma relação U invertida entre o emprego industrial e a renda *per capita*, ou seja, o emprego industrial cai quando o país obtém certo nível de renda *per capita*; 2) o declínio da relação entre renda *per capita* e emprego industrial; 3) mudanças na renda *per capita* correspondente ao ponto de inflexão, ou seja, quando a renda caiu de US\$ 21 mil nos anos de 1980 para aproximadamente US\$ 10 mil nos anos de 1990; 4) Doença Holandesa, que geralmente ocorre devido aos seguintes motivos: descoberta de recursos naturais; desenvolvimento de serviços de exportação (turismo, finanças, etc.); e mudanças estruturais nas economias.

Para esse autor, na América Latina, o Brasil e mais três países (Argentina, Uruguai e Chile) passaram a apresentar um importante processo de desindustrialização após as reformas estruturais de 1990, sendo que a principal diferença entre esses países em relação aos países asiáticos foi o processo de transição entre o modelo de substituição de

importações e as reformas econômicas, não havendo na América Latina uma transição combinada entre as reformas e a dinâmica do processo industrial.

No caso particular do Brasil, diferentemente do verificado nas economias desenvolvidas em que a perda da participação industrial se reverte, como consequência própria do desenvolvimento econômico, em incremento de atividades especializadas no setor de serviços (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999), esse processo se expressou pela concentração da produção no setor primário, caracterizando uma dinâmica simultânea de desindustrialização e reprimarização (OREIRO, 2012).

Já Oreiro e Marconi (2014) afirmam que a desindustrialização brasileira não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento do país, mas que apresenta um caráter precoce que decorre também da política cambial adotada pelos governos. Além disso, destacam que a desindustrialização brasileira assume esse caráter precoce, comparativamente aos países desenvolvidos, porque o Brasil começou a se desindustrializar com um nível de renda *per capita* muito inferior ao nível de renda desses países. Por fim, enfatizam que ao longo das últimas décadas a desindustrialização do país vem sendo acompanhada por uma reprimarização da pauta exportadora, sendo que a apreciação da taxa de câmbio real se transformou em um dos principais fatores que explicam a perda de competitividade da indústria de transformação do país.

Em grande medida, esses fatos estão ocorrendo porque o Brasil não completou o caminho de sua industrialização, diferentemente de outros países. Neste caso, a Coreia do Sul talvez possa ser considerada o melhor exemplo de um país bem sucedido do ponto de vista da transição de uma economia agrária para uma economia industrial, uma vez que no início do século XXI tal nação se situa no seleto grupo de países do mundo considerados os mais avançados tecnologicamente. Segundo Zagato e Augusto (2020), a política industrial desse país adotada ainda na década de 1970 foi capaz de promover avanços tecnológicos a partir da escolha de setores estratégicos que seriam beneficiados e incentivados. Segundo os autores, “o Estado não se limitou a dar incentivos a empresas, já que assegurou um sistema no qual apenas empresas privadas que apresentassem resultados continuariam a ser beneficiadas pelo setor público. Isso foi crucial para evitar o problema de *rent-seeking*, no qual empresas receberiam proteção sem contrapartidas de progresso tecnológico e de competitividade que o desenvolvimento econômico exige. Um dos grandes pontos fortes do Estado desenvolvimentista coreano foi sua grande capacidade de não apenas “escolher vencedores”, mas também “podar perdedores”, isso

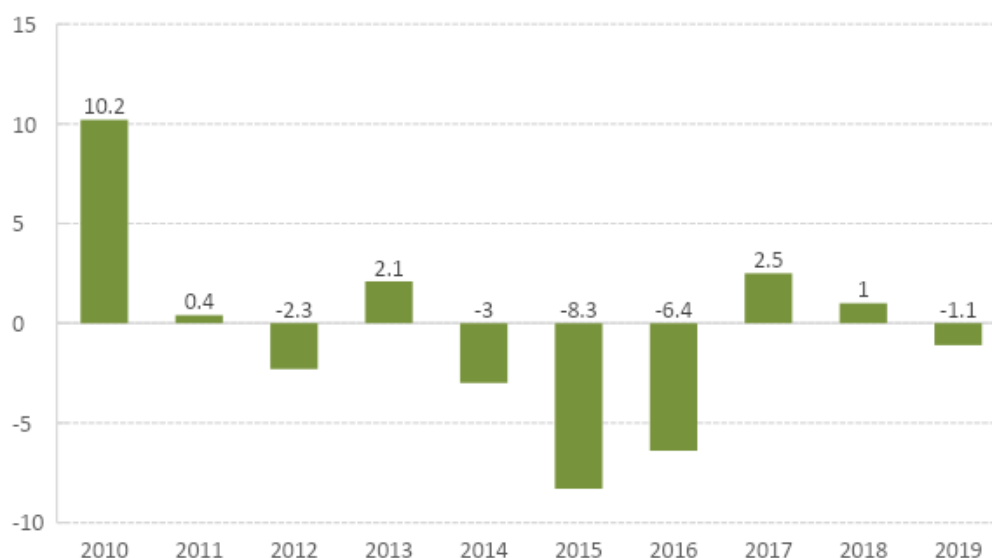
é, “não apenas conceder benefícios a empresas potencialmente capazes, mas também retirar benefícios a empresas que se mostrassem incompetentes” (ZAGATO; AUGUSTO, 2020, p. 2).

No Brasil, a lógica que prevalece é exatamente no caminho contrário ao exemplo anterior, uma vez que o país cada vez mais se especializa nas exportações de produtos de base natural – produção agrícola e extração mineral – com baixo valor agregado, ao mesmo tempo em que amplia sua dependência de importações de produtos de base tecnológica superior. O resultado são quedas sequenciais da participação da produção industrial na produção agregada do país, além de perdas sequenciais da participação do país na produção industrial global, além de perda de espaço nas exportações de produção manufaturada no mercado mundial.

2. O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2010

O desempenho global do setor industrial do país após o ano de 2010 foi extremamente precário, deixando visível a tendência de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira. Registre-se que o resultado positivo obtido no ano de 2010 - alta de 10,2% - só foi possível diante da recuperação das atividades econômicas do país como reação à brutal retração que ocorreu em 2009 provocada pela crise financeira global. Desta forma, nota-se que em todos os anos posteriores ocorreram quedas expressivas e/ou reações com pouca magnitude, as quais foram incapazes de compensar o processo contínuo de perdas.

Os dados do Gráfico 1 apresentam o desempenho da produção industrial entre os anos de 2010 e 2019, período em que, com exceção do primeiro ano da série, o desempenho da produção industrial do país foi extremamente crítico. Assim, nota-se que na primeira metade da década os resultados só não foram negativos devido ao desempenho verificado em 2010, conforme já comentado anteriormente. Nos anos seguintes (2011-2014) o resultado foi pífio, inclusive com um saldo acumulado negativo que já indicava a gravidade do setor no contexto produtivo do país.

Gráfico 1: Produção Industrial Anual do Brasil – variação em relação ao acumulado do ano anterior (2010 – 2019)

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

A partir de 2014, o problema da perda relativa da participação industrial na produção global do país tornou-se mais evidente à luz de diversos indicadores macroeconômicos que revelaram a existência de um forte processo de recessão econômica que tomou conta do país nos dois anos seguintes. Após uma queda de 3% na produção acumulada no período anterior, no ano de 2015 agravou-se ainda mais a queda da produção industrial, uma vez que o patamar de retração foi da ordem de 8,3%, maior percentual auferido desde o início da série histórica. Já em 2016 registrou-se uma nova retração de 6,4%, enquanto nos dois anos seguintes foram registrados saldos positivos, porém em percentuais bastante baixos que se revelaram incapazes de reverter a acentuada queda anterior. Por fim, em 2019 observou-se novamente saldo negativo da ordem de 1,1% no ano, fazendo com o desempenho da segunda metade da década de 2010 foi ainda pior que aquele verificado na primeira parte. Sem dúvida, esse conjunto de informações é revelador de um problema estrutural de grande dimensão que está em curso no seio da estrutura industrial do país.

Além disso, é importante ressaltar que essa queda no nível geral de produção industrial também revelou um agravante ainda maior, ou seja, a perda de competitividade desse setor, conforme pode ser verificado por meio do Quadro 1, que apresenta a variação percentual dos saldos obtidos pelas grandes categorias econômicas ao longo da década. Com isso, nota-se que as indústrias de Bens de Capitais e de Bens de Consumo Duráveis,

representantes da parcela industrial de maior complexidade e competitividade, foram aquelas que apresentaram as maiores retrações na década de 2010, registrando um recuo de 33,3% e 24,2%, respectivamente. Já o setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, mesmo com percentuais menores, também apresentaram resultados negativos. Portanto, esses indicadores revelam a profunda crise que está instaurada no setor industrial do país há mais de uma década.

Quadro 1: Variação da Produção Industrial do Brasil, por Grandes Categorias Econômicas (2010 – 2019)

Bens de Capital	-33,3%
Bens Intermediários	-15,6%
Bens de Consumo Duráveis	-24,2%
Bens de Consumo semiduráveis e não duráveis	-6,5%

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Esse processo foi se agravando ainda mais no período recente, particularmente após a grande crise econômica iniciada em 2015, cujos efeitos ainda continuam afetando o nível de atividade e a produtividade do setor industrial do país. Em 2015 o setor industrial teve uma queda de 8,3%, a maior registrada até aquele momento. Já em 2016 a queda continuou, porém em um patamar um pouco menor, da ordem de 6,6%. Em ambos os anos as maiores quedas foram verificadas nas indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, quesitos essenciais para a competitividade industrial do país. A partir de 2017 e 2018, com crescimentos respectivos de 2,5% e 1,0%, observou-se o esboço de recuperação, o qual já foi interrompido na sequência, uma vez que a produção industrial voltou a apresentar queda de 1,1% em 2019. Os dados revelaram que a produção industrial encerrou tal ano com uma clara desaceleração, sobretudo porque a produção de dezembro de 2019 caiu em 1,2%, comparativamente à produção no mesmo mês do ano anterior.

A queda verificada em 2019 pode parecer pequena, todavia deve-se recordar que ela ocorreu a partir de um desempenho produtivo muito fraco, o qual refletia a perda de dinamismo e de competitividade de muitos setores. Portanto, é inegável que está em curso um processo de encolhimento da produção industrial do país, fato que por si só corresponde a um cenário de desindustrialização e de reprimarização cada vez mais forte, cujo indicador é a perda cada vez maior de participação da indústria de bens de capital no agregado produtivo industrial. Com isso, projeta-se uma tendência crescente do país

exportar cada vez mais matérias-primas de baixo valor agregado e importar bens tecnológicos de elevado valor, aumentando a dependência geral da nação.

Nesse sentido, o cenário em que a indústria brasileira iniciou o ano de 2020 não era nada favorável, tanto em função dos efeitos negativos decorrentes do processo de reestruturação produtiva que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 como da crise anteriormente reportada em relação à década de 2010. Tais situações levaram a uma redução da participação relativa do setor no Produto Interno Bruto (PIB) do país, fato que pode ser mensurado tanto pela retração de indicadores da produção física como pela perda significativa da competitividade industrial no cenário global, uma vez que o espaço do Brasil na produção industrial mundial reduziu para 1,19% no ano de 2019.

3. BREVE CENÁRIO DO SETOR INDUSTRIAL ANTERIOR AO INÍCIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

É importante registrar que no início do presente ano a produção industrial deu apenas pequenos espasmos de crescimento, os quais já começaram a se esvaír a partir do mês de fevereiro, uma vez que nesse mês ocorreu um aumento de apenas 0,5% em relação ao mês de janeiro, já descontados os efeitos sazonais. De alguma forma, o aumento de 1,2% na produção industrial de janeiro compensou um pouco a queda acumulada, sobretudo nos últimos meses de 2019. Todavia, essa compensação foi limitada diante do fato de que o nível da produção no primeiro mês de 2020 ainda ficou quase 1% abaixo do verificado no mês de outubro de 2019.

No mês de fevereiro o ritmo da produção industrial do país se manteve em um patamar muito baixo. Por um lado, ocorreu uma queda de 0,4% em relação ao mês de fevereiro de 2019 e de 1,2% em relação ao acumulado dos últimos doze meses e, por outro, apenas uma pequena parte dos ramos de atividade industrial apresentou alguns avanços ainda que mínimos.

Com relação aos macrossetores, observa-se que os bens de consumo duráveis apresentaram uma retração de 5,4% no período de janeiro-fevereiro de 2020 em relação a igual período do ano anterior, sendo que tal queda está diretamente ligada às retrações ocorridas na produção de automóveis e eletrodomésticos. Em parte, é possível que esses resultados negativos possam estar associados às interrupções verificadas na cadeia internacional de fornecedores que naquele momento já estava sendo impactada pelo novo coronavírus.

Já o macrossetor dos bens intermediários pode ser considerado a exceção, uma vez que apresentou aumento de 0,4% no período janeiro-fevereiro de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em grande medida, esse desempenho decorre da alta de 2,5% observada no mês de fevereiro de 2020, uma vez que o desempenho foi negativo no primeiro mês de 2020 e nos dois últimos meses de 2019.

Finalmente, o macrossetor de bens de consumo semi e não duráveis e o de bens de capital apresentaram quedas em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro grupo a retração foi puxado pelo desempenho negativo dos subsetores de vestuário, alimentos e combustíveis, enquanto que no caso de bens de capital observaram-se resultados negativos em todos os subsetores, problema que já está ocorrendo há muito tempo nesse macrossetor.

Neste sentido, é importante destacar os principais setores industriais que já estavam apresentando resultados negativos no início do ano de 2020, com destaque para: equipamentos eletrônicos e de informática (-5,8%); equipamentos de transportes (-8,7%), setor que acumulou uma redução de 17% desde novembro de 2019; manutenção e reparo de máquinas (-13,5); impressão e reprodução de gravações (-25,8%); máquinas e materiais elétricos (-3,6%); petróleo e biocombustíveis (-1,8%); etc. Com isso, observou-se que somente no setor de bens de consumo durável houve uma queda acumulada de 0,7%, enquanto no segmento de bens de capital a retração acumulada nos dois primeiros meses de 2020 foi de 0,6%.

Em síntese, pode-se dizer que o desempenho positivo de alguns setores no início de 2020 apenas compensaram parcialmente perdas acumuladas nos meses anteriores, sendo que o resultado geral do setor industrial já era negativo. Isso indicava claramente que os efeitos negativos da pandemia deveriam ter impactos expressivos na produção industrial do país.

De fato, essa situação já se agravou no mês de março, mesmo que os impactos do novo coronavírus sobre as atividades econômicas ainda não eram totalmente sentidos, uma vez que a pandemia não tinha se estabelecido no país de forma aguda e generalizada como vemos atualmente. Em primeiro lugar, destaca-se que a produção industrial recuou em 23 dos 26 ramos de atividades industriais considerados pelo IBGE. Com isso, o comportamento agregado mensal apresentou uma queda de 9,1% em relação ao mês anterior e de 3,8% em relação ao mês de março de 2019. Novamente, os bens de capital e de bens de consumo duráveis foram os mais afetados, demonstrando que a pandemia

viria a agravar ainda mais os setores industriais que já vinham apresentando resultados ruins nos últimos períodos. Dentre os setores, as maiores quedas foram verificadas da forma como segue: veículos automotores e carrocerias (28%); produtos de borracha e materiais plástico (12,5%); indústria de bebidas (19,4%); indústria de vestuário e acessórios (37,8%); artigos de viagens e calçados (31,5%), etc.

Foi nesse cenário de produção industrial bastante complexo e heterogêneo que os efeitos da COVID-19 passaram a incidir com toda sua força a partir do mês de abril, enfatizando-se, mais uma vez, que a produção industrial do país ainda não tinha se recuperada de forma consistente do grande tombo ocorrido no período entre 2014 e 2016.

4. OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO SETOR INDUSTRIAL DO PAÍS

Como vimos na seção anterior, os dois primeiros meses de 2020 apresentaram pequenas variações positivas nos níveis de produção, as quais sequer chegaram a compensar as perdas dos últimos meses do ano anterior. Essas pequenas altas, quando comparadas aos mesmos meses do ano anterior, não representaram qualquer possibilidade de retomada de um nível maior de crescimento, conforme dados do Quadro 1. Com isso, em janeiro de 2020 observou-se uma retração de 0,9% em relação ao mesmo mês de 2019, enquanto em fevereiro registrou-se uma queda de 0,3%. Quando se analisa a variação percentual acumulada nos últimos 12 meses também foram registradas retrações de 1% em janeiro e de 1,2% em fevereiro. Isso significa que o comportamento da atividade industrial do país já sinalizava, mesmo antes do Brasil ser afetado pela pandemia provocada pelo novo coronavírus, uma tendência pessimista para o ano de 2020. É importante levar essas informações em consideração nas análises posteriores a esse período inicial, uma vez que as quedas da produção industrial não decorrem apenas da pandemia, dado que o setor industrial do país já se encontrava em um contexto de grandes fragilidades e debilidades.

Ainda de acordo com o Quadro 2, observa-se que no mês de março, quando a pandemia de fato se instalou no país, houve grandes efeitos sobre os indicadores da indústria, uma vez que a produção física registrou queda de 9,3% em relação ao mês imediatamente anterior. Já em relação ao mesmo mês no ano de 2019 ocorreu uma retração da ordem de -3,8%. No mês seguinte (abril) a queda continuou, porém com variação negativa de grande monta: em relação ao mês anterior a retração foi de 19,5%, enquanto o comparativo com abril de 2019 apresentou recuo de 27,5%. Indiscutivelmente, abril se configurou como o pior mês durante o período de pandemia.

Com isso, ao final desses dois meses o acumulado do ano foi de -8,3%, enquanto o comparativo dos últimos 12 meses registrou uma queda de 2,9%.

A partir de maio, as variações mês a mês da Produção Física já esboçavam um primeiro movimento de reação. Todavia, os dados comparados com os níveis de 2019 ainda demonstravam a disparidade decorrente do efeito pandemia. Em maio de 2020, mesmo que tenha ocorrido um aumento de 8,7% em relação ao mês anterior, a produção industrial foi 21,8% inferior ao registrado no mesmo mês de 2019 e com um resultado acumulado negativo de 11,3% para igual período do ano anterior. Junho e julho foram meses em que a produção se manteve em alta novamente, porém continuando com taxas negativas em relação ao mesmo mês do ano anterior da ordem de -8,8% e -2,7%, respectivamente. Da mesma forma, o acumulado no ano comparativamente ao mesmo período do ano anterior se manteve negativo ao nível de 10,9 e 9,6%, respectivamente.

Quadro 2: Variação mensal da atividade industrial no Brasil em 2020

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Janeiro	1	-0,9	-0,9	-1
Fevereiro	1	-0,3	-0,6	-1,2
Março	-9,4	-3,8	-1,7	-1
Abril	-19,5	-27,6	-8,3	-2,9
Maio	8,7	-21,8	-11,3	-5,4
Junho	9,6	-8,8	-10,9	-5,6
Julho	8,6	-2,7	-9,6	-5,6
Agosto	3,6	-2,5	-8,6	-5,7
Setembro	2,6	3,4	-7,2	-5,5

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

No mês de agosto o ritmo de crescimento se reduziu para 3,6% em relação ao mês anterior, o que contribuiu para reduzir o acumulado no ano para -8,6%. Mesmo assim, esse resultado continua negativo em relação ao mesmo mês do ano anterior em 2,5%. Já em setembro a indústria cresceu 2,6% em relação ao mês anterior e 3,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Segundo o IBGE (2020), os resultados positivos apresentados nos meses de maio a setembro foram decisivos para eliminar as perdas expressivas sofridas nos meses de março e abril. Com isso, a partir do mês de setembro a atividade industrial do país se encontra levemente superior ao patamar do mês de fevereiro de 2020, quando o país ainda não tinha sido afetado pela COVID-19. Além disso, afirma-se que o crescimento de 3,4%

no mês de setembro interrompeu uma sequência de resultados negativos e que esse percentual de aumento registrado no último mês da série teve um perfil generalizado de crescimento, ao alcançar todos os macrossetores e 22 dos 26 ramos pesquisados.

Todavia, é importante destacar que nesse comparativo é preciso levar em consideração que os níveis de produção ao final de 2019 eram baixos e expressavam um quadro de fraco desempenho desde os princípios da crise econômica. Portanto, os efeitos da pandemia sobre o nível de produção industrial apenas enaltecem um quadro complexo e preocupante do setor que, sem dúvida, ainda está longe de atingir o patamar anterior à crise de 2014-2016, ou seja, o nível atual está estimado em 16% abaixo daquele verificado no referido período.

Por isso, também é relevante analisar como tem sido o desempenho acumulado em 2020 das grandes categorias econômicas da indústria brasileira, conforme Tabela 1. Inicialmente, nota-se uma queda expressiva das indústrias de Bens de Capitais apresentou resultados positivos nos meses de julho (15,8%), agosto (4,7%) e setembro (7%). Mesmo assim, esse macrossetor ainda foi negativo em 2% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, ao mesmo tempo em que apresentou resultado negativo de 17,9% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já a grande categoria de Bens de Consumo Duráveis também apresentou resultados positivos nos meses de julho (34,7%), agosto (11%) e setembro (10,7%). Com isso, esse macrossetor ficou positivo em 2,2% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, porém apresentou resultado negativo de 26,7% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 1: Variação da Produção Industrial do Brasil, por Grandes Categorias Econômicas, acumulado de 2020

Bens de Capital	-17,9%
Bens Intermediários	-3,1%
Bens de Consumo Duráveis	-26,7%
Bens de Consumo semiduráveis e não duráveis	-7,6%

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Quanto ao macrossetor dos Bens Intermediários, verifica-se que também apresentou resultados positivos nos meses de julho (10,5%), agosto (2,2%) e setembro

(1,3%). Com isso, esse macrossetor ficou positivo em 5,5% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, porém apresentou resultado negativo de 3,1% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, a grande categoria econômica dos bens de consumo semi e não duráveis também apresentou resultados positivos nos meses de julho (5,1%), agosto (1,4%) e setembro (3,7%). Com isso, esse macrossetor ficou positivo em 1,8% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, porém apresentou resultado negativo de 7,6% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Gráfico 2 apresenta a desagregação desses macrossetores por ramos de atividades industriais, destacando-se que no mês de setembro 22 dos 26 ramos pesquisados apresentaram resultados positivos. Mesmo assim, 42% dos ramos de atividade permanecem com nível de produção abaixo do verificado no mês de fevereiro de 2020. Já em relação ao acumulado do ano, verifica-se que apenas 6 ramos apresentam resultados positivos, com destaque para produtos do fumo (7,4%), produtos alimentícios (5,8%), derivados de petróleo e biocombustíveis (4,5%), produtos de limpeza, perfumaria e higiene pessoal (3,9%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (2,1%) e celulose, papel e produtos de papel (0,9%). Quanto ao crescimento dos produtos alimentícios esse aumento é perfeitamente compreensível uma vez que a demanda do setor foi praticamente contínua durante a pandemia. Já o crescimento da demanda de produtos de higiene provavelmente deve estar associado aos efeitos da pandemia, além do fato de que os cuidados de higiene da vida cotidiana também permaneceram durante a pandemia.

Quanto aos segmentos que apresentaram resultados negativos, destacamos aqueles com contribuição acumulada acima de 10%: impressão e reprodução de gravações (-37,9%), veículos, automotores e carrocerias (-37%), artigos de vestuário e acessórios (-31,8%), couros, artigos de viagem e calçados (-28,5%), outros equipamentos de transporte (-31,2%), produtos diversos (-20,3%), manutenção de máquinas e equipamentos (-17,4%), produtos têxteis (-14%), metalurgia (-12,9%), móveis (-8,3%).

Em síntese, esses dados da produção física dos primeiros nove meses de 2020 revelam, ao mesmo tempo, a continuidade de uma tendência de baixo desempenho de diversos setores industriais, que tem origem no contexto de crise que se arrasta há quase uma década, e a emergência de novas particularidades decorrentes da pandemia de COVID-19. Isso porque, mesmo diante de resultados muito favoráveis em diversos ramos

nos últimos meses, esse movimento de retomada se mostrou insuficiente para eliminar os efeitos da pandemia em importantes setores industriais. Portanto, uma retomada mais forte da produção industrial neste momento é essencial para o país, especialmente em termos de geração de emprego e de geração de receitas para as administrações públicas que estão enfrentando sérios desafios decorrentes da pandemia.

Gráfico 2: Produção Física Industrial acumulada em 2020, por seções e atividades industriais



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Em síntese, é importante ressaltar os resultados positivos obtidos no mês de setembro em relação ao mesmo mês do ano anterior, uma vez que é a primeira vez que isso ocorre desde o mês de outubro de 2019. Mas o fato concreto que o desempenho acumulado nos primeiros nove meses de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, continua negativo para todas as grandes categorias econômicas. Em grande medida, esses resultados decorrem da forte queda na utilização da capacidade instalada durante os meses agudos da pandemia.

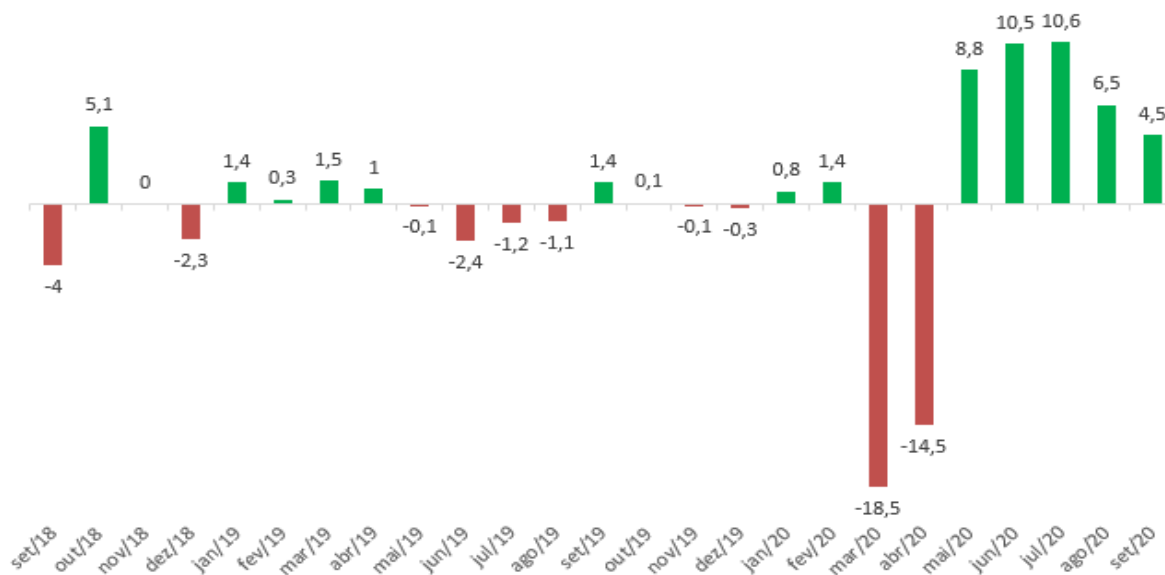
5. OS IMPACTOS DA COVID-19 NA INDÚSTRIA CATARINENSE EM 2020

5.1. A situação da indústria catarinense antes do início da pandemia

O Gráfico 3 apresenta a evolução da produção industrial catarinense desde o segundo semestre de 2018, destacando-se que a trajetória produtiva já vinha apresentando importantes oscilações e com fraco desempenho, ainda que na média o estado se situasse em um patamar ligeiramente superior ao resultado do conjunto da produção industrial do país.

No ano de 2019, observa-se novamente um desempenho pífio, uma vez que a produção industrial catarinense apresentou importantes resultados negativos, especialmente no período entre os meses de maio e agosto, e resultados ligeiramente negativos também nos dois meses finais do respectivo ano. Os cinco meses de 2019 com resultados positivos foram bastante tímidos e sequer foram suficientes para compensar os períodos de baixa produção. Com isso, pode-se dizer que no ano de 2019 a produção da indústria catarinense esteve praticamente estagnada.

Gráfico 3: Produção Física Industrial em SC - Variação (%) no mês (com ajuste sazonal) – 24 meses



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

5.2. O cenário da indústria catarinense durante a pandemia

A trajetória da indústria de Santa Catarina no ano de 2020, em linhas gerais, tem acompanhado as variações observadas no setor industrial nacional. Como ilustra o Quadro 3, nos dois primeiros meses foram registradas pequenas variações positivas,

sendo 0,8% em janeiro e 1,4% em fevereiro. O comportamento da indústria catarinense, portanto, assim como no restante país, não apresentava naquela oportunidade nenhum sinal de retomada para um nível mais elevado de crescimento no período que antecedeu a eclosão da pandemia da COVID-19.

Todavia, a partir de março a pandemia causou fortes impactos, fazendo com que a variação da produção física industrial caísse 18,5% em relação ao mês anterior. No mês de abril ocorreu nova queda, porém em menor magnitude (-14,5%). Já nos meses seguintes (maio, junho e julho) houve uma mudança na trajetória, uma vez que os resultados mensais passaram a ser positivos da ordem de 8,8%, 10,5% e 10,6%, respectivamente. No entanto, tal recuperação não foi suficiente para recompor as perdas ocorridas nos meses de março e abril. Já os meses de agosto e setembro, apesar de continuarem mostrando resultados positivos, apresentaram uma desaceleração do ritmo de crescimento industrial. Com isso, o comparativo do desempenho acumulado em 2020 em relação ao mesmo período de 2019 continuou segue negativo da ordem de 9,7%.

Quadro 3: Produção Física Industrial em Santa Catarina em 2020

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Janeiro	0,8	-0,5	-0,5	2,1
Fevereiro	1,4	1,8	0,7	1,9
Março	-18,5	-16,1	-5,3	0,3
Abril	-14,5	-31,1	-11,9	-2,6
Maio	8,8	-28,6	-15,6	-6,6
Junho	10,5	-12,4	-15,0	-7,5
Julho	10,6	-5,1	-13,5	-8,0
Agosto	6,5	-1,2	-11,9	-7,8
Setembro	4,5	7,6	-9,7	-7,6

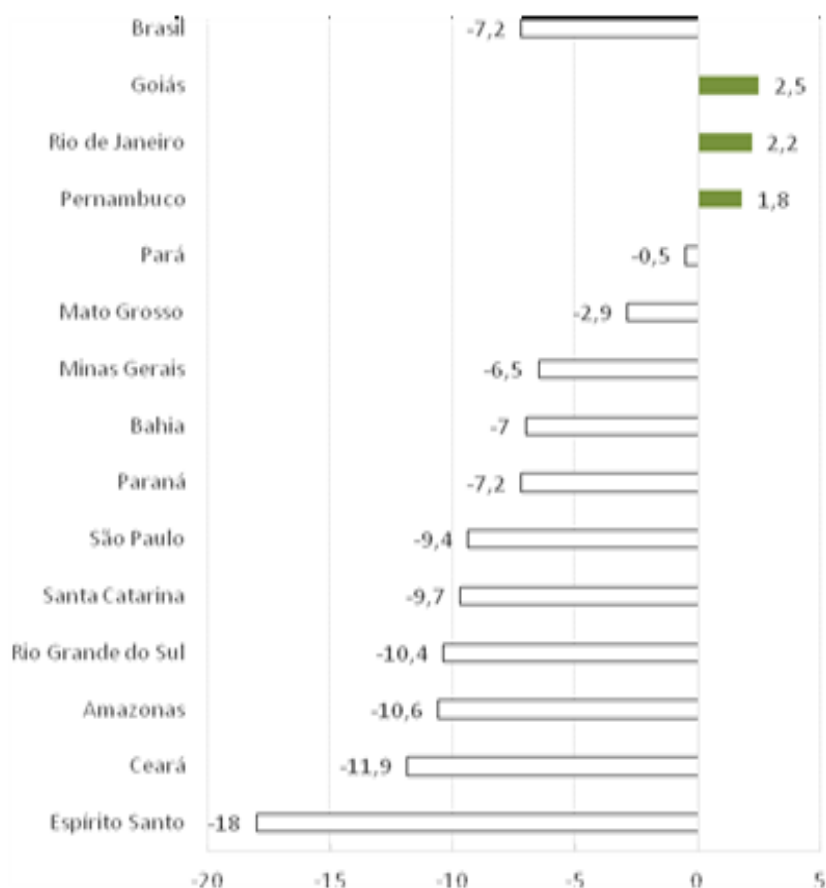
Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Ao se analisar a produção física industrial em cada mês de 2020 relativamente ao mesmo período do ano anterior, verifica-se que apenas em fevereiro houve uma variação positiva. Neste caso, o maior recuo aconteceu no mês de abril, quando foi registrada uma variação de -31,1% em relação ao mesmo mês de 2019. Até o mês de agosto esses resultados continuaram sendo negativos, sendo que o melhor desempenho desse indicador desde o início do impacto da pandemia ocorreu no mês de setembro de 2020 se verificou um resultado positivo de 7,6% em relação ao mesmo mês de 2019.

Cabe ressaltar que a variação no mês de setembro em relação ao mesmo mês anterior foi maior em Santa Catarina do que em nível nacional. Enquanto no Brasil a alta foi de 3,4%, em Santa Catarina o desempenho de setembro foi de 7,6%. Contudo, a variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior foi de -9,7%, enquanto a do Brasil ficou em -7,2%, indicando que o caminho que se retornar ao patamar de 2019 é mais longo no estado catarinense.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do resultado acumulado para o país e diversas unidades da federação até o mês de setembro 2020, ou seja, de janeiro a setembro de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Neste caso, observa-se que para o país esse percentual é negativo da ordem de 7,2%, sendo que apenas três unidades da federação (Goiás, Pernambuco e Rio de Janeiro) tiveram com saldo positivo, ao passo que todas as demais onze unidades da federação pesquisadas apresentaram saldo acumulado negativo.

Gráfico 4: Produção Física Industrial acumulado em 2020, por Unidade da Federação



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

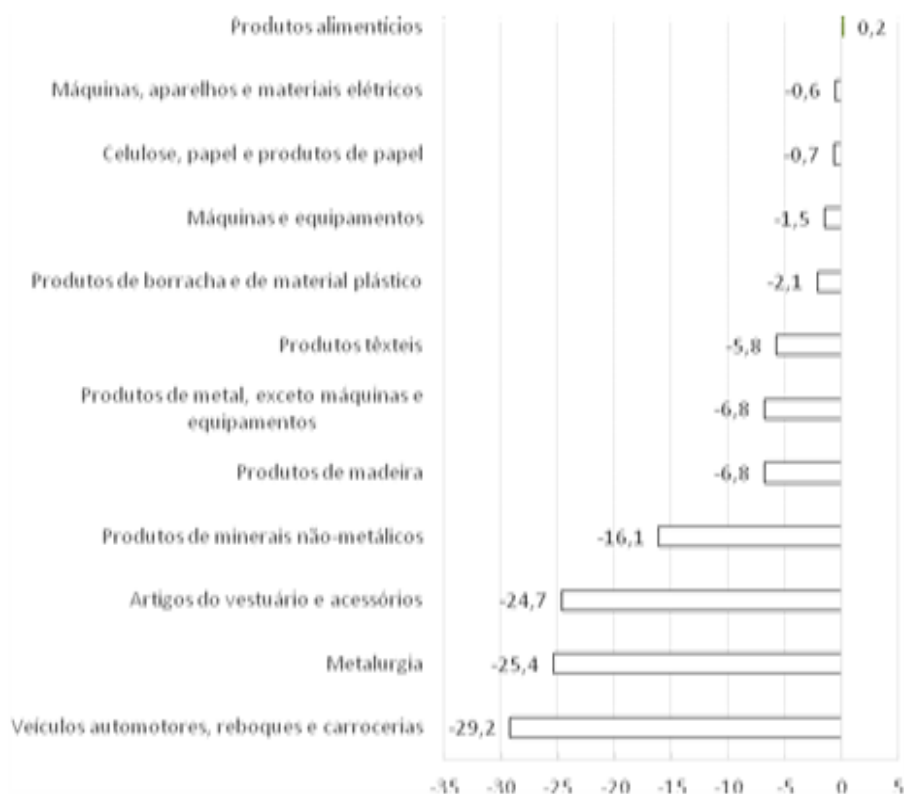
O estado de Santa Catarina apresentou um resultado negativo bastante expressivo, uma vez que se situou atrás de outros seis estados que também apresentaram desempenho acumulado negativo no período considerado. Assim, de acordo com as informações da PMS relativas às 14 Unidades da Federação, nota-se que o resultado da produção industrial acumulada catarinense superou apenas o desempenho dos estados do Espírito Santo (-18%), Ceará (-11,9%), Amazonas (-10,6%) e Rio Grande do Sul (-10,4%).

Além disso, quando se compara com o resultado acumulado do país (-7,2%), a situação continua sendo desfavorável para o estado catarinense (-9,7%). De alguma forma, esses percentuais estão indicando que os impactos da crise econômica e da pandemia incidiram de forma mais aguda na produção industrial de SC, comparativamente ao agregado do país.

Já o Gráfico 5 apresenta a produção física setorial no ano de 2020, tornando possível identificar os setores que mais afetaram a produção industrial acumulada no estado. De um modo geral, o cenário setorial é extremamente adverso, sendo que apenas o setor de Produtos Alimentícios apresentou uma taxa ligeiramente positiva, com variação de 0,2%. Todos os demais setores apresentaram taxas negativas, sendo a mais expressiva registrada no setor de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-29,2%), Metalurgia (-25,4%), Artigos de vestuário e acessórios (-24,7%), Produtos minerais não-metálicos (-16,1%), Produtos de madeira (-6,8%), Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-6,8%) e Produtos têxteis (-5,8%). Embora com taxas menores, todos os demais setores também apresentam resultados acumulados negativos até o momento.

O acompanhamento do desempenho da indústria catarinense ao longo dos últimos anos tempo permitiu perceber que foram poucos os setores de atividades que apresentavam um desempenho adequado nos meses que antecederam ao início da pandemia. Mesmo tais setores, ao serem impactados pela pandemia, passaram a apresentar resultados negativos por diversos meses.

Gráfico 5: Produção física industrial acumulada por setores em Santa Catarina em 2020



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Em linhas gerais, observa-se que em Santa Catarina as indústrias com pior desempenho foram exatamente aquelas concentradas nos setores de Bens de Capital e de Bens de Consumo Duráveis, fato que segue a mesma trajetória verificada no âmbito do país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo ficou demonstrado que a indústria brasileira vem enfrentando sérios problemas estruturais há muito tempo. Com um processo cada vez mais expressivo de reprimarização de sua economia, verificam-se quedas sequenciais da participação da produção industrial na produção agregada do país, além de perdas sequenciais da participação do país na produção industrial global, bem como de perda de espaço do Brasil nas exportações de produção manufaturada no mercado mundial.

Na última década (2010-2019) a perda relativa da participação industrial na produção global do país tornou-se evidente, sendo bem mais visível durante o forte processo de recessão econômica que tomou conta do país entre 2014-2016. Durante esse período verificaram-se quedas da produção industrial que comprometeram o desempenho

do setor ao longo de toda década, uma vez que os resultados positivos nos últimos três anos (2017-2019) foram incapazes de reverter o cenário produtivo. Neste caso, os macrossetores industriais de Bens de Capitais e de Bens de Consumo Duráveis foram os mais afetados, apesar do setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis também ter apresentado resultados negativos.

Com isso, é importante destacar que o cenário da produção industrial do país no início de 2020 já era bastante incerto, mesmo antes da incidência dos efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Contudo, é inegável que a pandemia potencializou um processo de perdas generalizadas em praticamente todos os setores industriais. Esse “efeito pandemia” pode ser visualizado tanto em nível nacional quanto estadual, especialmente nas retrações da produção nos meses de março e abril - os dois primeiros meses após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil.

Em termos dos agregados setoriais, verifica-se que o saldo dos nove primeiros meses do ano reafirma a tendência de perdas nos setores mais competitivos, em especial naqueles setores que compõem as indústrias de Bens de Capital e de Consumo Duráveis. São justamente esses dois grupos que apresentam maiores dificuldades para retomar o nível de produção após os impactos mais expressivos da pandemia. Neste sentido, é importante frisar que os setores que registraram saldos positivos no acumulado do ano são justamente aqueles com maior nível de demanda contínua, particularmente os produtos alimentícios, ou aqueles que possuem atividades produtivas relacionadas, direta ou indiretamente, com demandas típicas do período de pandemia.

É importante registrar, ainda, que esse cenário acabou sendo agravado pelas medidas de política econômica adotada pelo governo federal que, na essência, produziram poucos efeitos no sentido de mitigar o problema. Ao contrário, no caso das micro, pequenas e médias empresas, que são aquelas que mais geram empregos, se verificou um total descrédito das ações governamentais, uma vez que esses segmentos empresariais tiveram pouco acesso às linhas de crédito anunciadas exclusivamente para os mesmos. Com isso, além de ficar sem recursos para pagar custos fixos, especialmente com salários dos trabalhadores, tiveram que retrain suas atividades e, conseqüentemente, demitir parcelas expressivas de funcionários. E o resultado não poderia ser diferente: provocar a explosão do desemprego.

No caso particular de Santa Catarina, verifica-se que o desempenho da indústria é muito similar ao quadro nacional, uma vez que a recuperação verificada a partir do mês

de maio foi insuficiente para recompor as perdas sofridas em apenas dois meses. Com isso, notou-se que o estado catarinense obteve a quinta pior taxa acumulada de produção física dentre todas as unidades da federação no ano de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Em grande medida, esse comportamento se deve, da mesma forma que na maioria das demais unidades da federação, ao fato de que os maiores impactos da pandemia ocorreram justamente nos grupos de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Neste caso, verifica-se que as maiores perdas ocorreram nos setores de metalurgia; veículos automotores, reboques e carrocerias; produtos minerais não metálicos; e produtos têxteis. Apenas o setor da indústria de alimentos apresentou, ainda que tímidos, resultados positivos em praticamente todo o período de maior incidência da pandemia.

Todavia, tal desempenho não pode ser atribuído exclusivamente à pandemia, uma vez que nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 a produção industrial catarinense apresentou baixas taxas de crescimento, inclusive sem mostrar qualquer sinal de recuperação em relação aos níveis do ano anterior, que também não foram nada excepcionais. Já o período entre os meses de março e setembro mostrou dois comportamentos distintos: por um lado, altas taxas negativas em março (18,5%) e abril (14,5%) e, por outro, um lento processo de recuperação nos meses seguintes. Todavia, essa recuperação se mostrou incipiente para compensar as enormes perdas sofridas durante os dois meses mais agudos da pandemia. Com isso, o resultado acumulado dos primeiros nove meses de 2020 continua negativo.

Além disso, quando se compara com o resultado acumulado do país (-7,2%), a situação continua sendo desfavorável para o estado catarinense (-9,7%). De alguma forma, esses percentuais estão indicando que os impactos da crise econômica e da pandemia incidiram de forma mais aguda na produção industrial de SC, comparativamente ao agregado do país.

Esse cenário de incertezas na produção industrial do país e das unidades da federação recoloca alguns aspectos que deverão permear os debates futuros na área industrial. Isto porque, decorrente dos mais variados impactos da pandemia, reconfigurações das cadeias globais deverão ocorrer e impor novos desafios ao processo produtivo industrial do país. Com isso, fica claro que o Brasil necessita de uma nova estratégia econômica que seja capaz de estancar o processo de desindustrialização em curso desde o início dos programas de estabilização macroeconômica na década de 1990.

Para tanto, são necessárias revisões de todos os programas e políticas industriais, adequando-os aos novos tempos, particularmente do Programa Brasil Produtivo.

Além disso, é urgente enfrentar o problema dos diferenciais de produtividade entre os diversos segmentos produtivos, uma vez que tal diferencial entre pequenas, médias e grandes empresas continua sendo extremamente significativo, chegando a atingir o patamar de 50% entre o primeiro grupo em relação às grandes indústrias. A resultante é que a produtividade agregada do setor industrial se torna baixa e prejudica a competitividade do país no cenário internacional.

Soma-se a isso o fato de que o país precisa repensar a relação entre a elevada importação de insumos e a exportação limitada de produtos manufaturados. Isto porque o coeficiente de reexportação desses insumos é muito baixo, ou seja, o valor exportado agregado é muito baixo em relação aos custos de importação. Com isso, a posição do país em termos de coeficiente de exportações no cenário global é muito inferior em relação ao espaço ocupado pelo Brasil dentre as principais economias mundiais. Neste cenário, o tema da competitividade industrial do país é reposto, o qual não pode ficar restrito a uma simples discussão da carga tributária, como costumeiramente tem sido feito pelas entidades representativas do setor industrial.

Para tanto, dois aspectos são cruciais para aumentar a complexidade tecnológica do país e gerar maiores níveis de competitividade. Por um lado, é necessário ampliar o processo de inovação tecnológica dotando o setor de capacidades mínimas para acompanhar as principais tendências globais, tanto em termos tecnológicos como em termos de modelos de negócios. Por outro, é preciso ter em mente que a industrialização do país deve ser um processo articulado a um sistema produtivo que seja capaz de conformar cadeias produtivas que mobilizem segmentos locais, regionais e nacionais.

Por fim, é importante destacar que no momento em que as preocupações com o meio ambiente ocupam espaço central nas agendas políticas, são necessários pesados investimentos para modernizar o parque industrial na perspectiva de adequá-lo aos novos tempos. Por isso, os desafios são imensos diante do processo histórico que, no caso brasileiro, não seguiu a lógica observada em diversos sistemas econômicos mundiais. Isto porque no Brasil a industrialização, que sequer foi completada, acabou sendo seguida por um processo de reprimarização que deu impulso ao setor de serviços, o qual dificilmente terá condições de promover um crescimento de longo prazo sem um nível de demanda mais intenso do setor industrial.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal da Indústria (PIM)**, 2020.

_____. **Pesquisa Mensal da Indústria** – Produção Física Regional, 2020.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Carta IEDI**, n. 42. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 17 nov. 2020.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, 2010.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses equivocadas no debate sobre a desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. In: **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, jan-jun/2014, p.24-48.

PALMA, J. G.. De-industrialization, premature de-industrialization and the *Dutch Disease*. In: **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, jan-jun/2014, p. 7-23.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, Trade, and Deindustrialization**. IMF Staff Papers, vol.46, n.1, march 1999.

ZAGATO, L.; AUGUSTO, F. **Chaebols, campeões nacionais e parasitas na Coreia do Sul**. 2020. Disponível em: <www.paulogala.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Recebido em 13 de novembro de 2020 e aceito em 22 de novembro de 2020.

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NOS PRIMEIROS OITO MESES DE 2020

*Lilian de Pellegrini Elias**

*Mateus Victor Cassol Fronza***

*Lauro Mattei****

Resumo: O setor de serviços é o maior componente do Produto Interno Bruto (PIB), seja do Brasil ou de Santa Catarina, chegando a patamares de 60% a 70%, respectivamente. Com ganhos de participação ao longo dos anos, em detrimento da tendência de desindustrialização brasileira, ele assume a função de setor responsável por absorver a mão de obra de baixo custo e baixa produtividade nas atividades tradicionais, carregando consigo um histórico de setor de baixa formalização do mercado de trabalho. Dentro da análise desagregada dos seus subsetores componentes, no que se refere aos efeitos da pandemia de COVID-19, percebe-se que quase todos tiveram resultados com tendência de queda ao longo dos últimos meses (principalmente entre abril e maio) e leves recuperações (de maneira desigual) entre junho e agosto. No entanto, em sua grande maioria, seja nacionalmente ou em Santa Catarina, os resultados são inferiores aos mesmos meses de anos anteriores e negativos no acumulado do ano. Apesar desses subsetores serem tão diferentes entre si – o que configura os serviços como um setor heterogêneo – o fator comum entre eles é que são dependentes da presença física de público. Assim, o isolamento social, ao determinar a parada das atividades não essenciais, atingiu de forma expressiva o setor. Desta forma, os impactos da pandemia no setor de serviços em termos de perda de emprego e de renda das pessoas, diante de um cenário em que a pandemia poderá prosseguir por tempo ainda indeterminado, permitem conjecturar que a recuperação da crise brasileira não será uma tarefa fácil, pelo menos no curto prazo.

Palavras-chave: Setor de serviços; pandemia; COVID-19; Brasil; Santa Catarina.

IMPACTS OF COVID-19 ON SERVICES SECTOR IN BRAZIL AND SANTA CATARINA IN THE FIRST EIGHT MONTHS OF 2020

Abstract: The service sector is the largest component of the Gross Domestic Product (GDP), whether from Brazil or Santa Catarina State, reaching levels of 60% to 70%, respectively. The growth of the service sector's participation in the economy over the years makes the sector responsible for absorbing low-cost and low-productivity labour in traditional activities. Historically, the service sector has been characterized by its low level of formalization in the labour market. Within the disaggregated analysis of its component sub-sectors, with regard to the effects of the COVID-19 pandemic, it can be seen that almost all had results with a downward trend over the last few months (mainly in April and May) and slight recoveries between June and August. However, in the vast majority, either nationally or in Santa Catarina State, the results are lower than the same

* Economista com doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Pesquisadora do Necat/UFSC. E-mail: lilianpellegrini@gmail.com.

** Estudante de Economia na UFSC e bolsista do Necat/UFSC. E-mail: mateusvfronza@gmail.com.

*** Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

months of previous years and negative for the current year. Although these sub-sectors are so different from each other – which configure services as a heterogeneous sector – it is a common factor among many of them that are dependent on the physical presence of the public, thus, social isolation, when determining the stop of non-essential activities, reached brutally the sector. The impact of the pandemic on the services sector with regard to the loss of people's income and fear of exposing themselves to risk, since the pandemic will remain present for an indefinite time, leads to conjecture that the Brazilian economic recovery will be not an easy task, especially in the short term.

Keywords: Service sector; pandemic; COVID-19; Brazil; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 implicou em medidas de isolamento social a partir do mês de março no Brasil e em Santa Catarina. As aulas foram suspensas, o comércio foi fechado, bares e hotéis fecharam as portas, restaurantes deixaram de poder atender clientes no local, o transporte interestadual, interurbano e urbano foi interrompido, além de viagens com origem e destino para o exterior. As atividades não essenciais que envolviam contato pessoal foram interrompidas. Isso significou um forte impacto no setor de serviços, principalmente no que diz respeito aos subsectores alojamento e alimentação; serviços prestados às famílias e transportes. Tais atividades foram fortemente afetadas em função da paralisação das atividades e interrupção do fluxo de pessoas.

Para compreender a dimensão dos impactos da pandemia sobre o setor de serviços é preciso, primeiramente, localizar adequadamente o setor no âmbito das economias brasileira e catarinense para, posteriormente, compreender as características específicas desse setor, destacando-se que tal setor representa, respectivamente, 70% e 60% do produto interno do Brasil e de Santa Catarina quando analisado em conjunto com a indústria e a agropecuária (IBGE, 2020b). Além disso, o setor de serviços se caracteriza no Brasil por dispor de grande parcela de mão de obra pouco ou sem qualificação e com elevado grau de informalidade (ARBACHE, 2006). Ao paralisar a maior parcela de um setor que representa mais de dois terços da economia e cujos empregos são pouco estáveis, a pandemia provocou impactos econômicos diretos e imediatos.

Com o intuito de subsidiar análises sobre as economias brasileira e catarinense, busca-se neste artigo compreender melhor os impactos diretos da COVID-19 sobre o setor de serviços. Além dessa breve introdução, o texto está dividido em mais quatro seções, sendo que na primeira delas discutem-se algumas particularidades do setor de serviços no país. Na segunda apresentam-se breves notas sobre os efeitos da pandemia no setor de serviços para o conjunto do país. Na terceira, a análise se volta para o comportamento

desse setor no estado de Santa Catarina. Finalmente, a quarta seção apresenta as considerações finais do estudo.

1. O SETOR DE SERVIÇOS E SUAS PARTICULARIDADES

O setor de prestação de serviços se distingue dos demais setores por três fatores centrais. Os dois primeiros fatores são intrínsecos, ou seja, a imaterialidade da sua produção e a grande heterogeneidade de suas atividades (IBGE, 2020a). O terceiro é a ampliação da participação do setor nas economias em todo o mundo e diz respeito aos resultados das mudanças estruturais nas economias em direção ao setor de serviços que se aceleraram nas últimas décadas (DE SOUZA et al, 2015).

Essa ampliação da participação desse setor nas economias é percebida de forma distinta entre os países. Por um lado, nos países desenvolvidos a ampliação do setor de serviços se dá em um contexto “pós-industrial” em que a população rural diminuiu. Nesta configuração a economia se caracteriza pelo crescimento da renda, há uma diminuição da participação do trabalho manual e não qualificado no mercado de trabalho e, conseqüentemente, há um crescimento do consumo de serviços (DE SOUZA et al, 2015).

Por outro lado, países como o Brasil, apresentam crescimento da população e migração para as áreas urbanas que se intensifica a partir da metade do século XX sem que suas economias fossem suficientemente dinâmicas para absorver o aumento da oferta de mão de obra no meio urbano (PAIVA, 1984). A impossibilidade de absorção no mercado de trabalho de toda a população adicional nos centros urbanos fez com que o setor de serviços tivesse disponível uma mão de obra de baixo custo e de baixa produtividade nas atividades tradicionais e nas informais (PANDIT; CASSETTI, 1989).

No Brasil, ocorreram, portanto, dois movimentos importantes no que se refere ao setor de serviços. Primeiro, a ampliação deste setor como resultado de uma mudança estrutural. No país a participação dos serviços, quando somado a indústria e agropecuária, era de 54% na metade do século XX, sendo que a agropecuária contribuía com 21% e a indústria com 25%. Em 2020 a contribuição dos serviços, na mesma comparação, é de 74% - agropecuária contribui com 5% e indústria com 21% (IBGE, 2020b). Segundo, a disponibilidade de mão de obra abundante e com pouca ou baixa qualificação em função da intensa migração e do crescimento populacional. Com isso, formou-se no país um setor de baixa qualificação e alta informalidade, características que impactam na produtividade do setor, e, por consequência, na capacidade do setor em dinamizar a economia

(ARBACHE, 2006). São exatamente esses dois fatores que ampliam o espaço que o setor de serviços vem ocupando nas economias, cujas características marcantes são a baixa qualificação da mão de obra e a alta informalidade no mercado de trabalho, as quais estão por trás do baixo dinamismo econômico.

2. OS EFEITOS DA PANDEMIA NO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL

Nas últimas décadas o setor de serviços passou a ocupar maior espaço no valor adicionado da economia brasileira. Isto ocorreu em função da continuidade do processo de desindustrialização relativa pelo qual o país vem passando desde a década de 1990, além de outros fatores que influenciam a expansão desse setor, como a rápida urbanização, as mudanças de hábitos da população e a maior mobilidade das pessoas. Geralmente, a concentração da população urbana demanda maior oferta de serviços comparativamente à população rural, ao mesmo tempo em que mudanças nos hábitos de consumo da população fazem aumentar a demanda por serviços diversos tipos de serviços.

Segundo as Contas Nacionais (IBGE, 2020), do total do valor adicionado no início dos anos 2000, os serviços respondiam por 68%, enquanto a indústria 27% e a agricultura 6%. Nos quatro últimos trimestres (os dois últimos de 2019 e os dois primeiros de 2020), o setor de serviços passou a contribuir com 73%, a indústria com 21% e a agricultura continuou com 6%. Já no segundo trimestre de 2020, meses que se seguiram às medidas de isolamento social em função da pandemia da COVID-19, o setor de serviços representou 72,1% do valor adicionado, enquanto no mesmo trimestre do ano anterior essa participação foi de 73,2%.

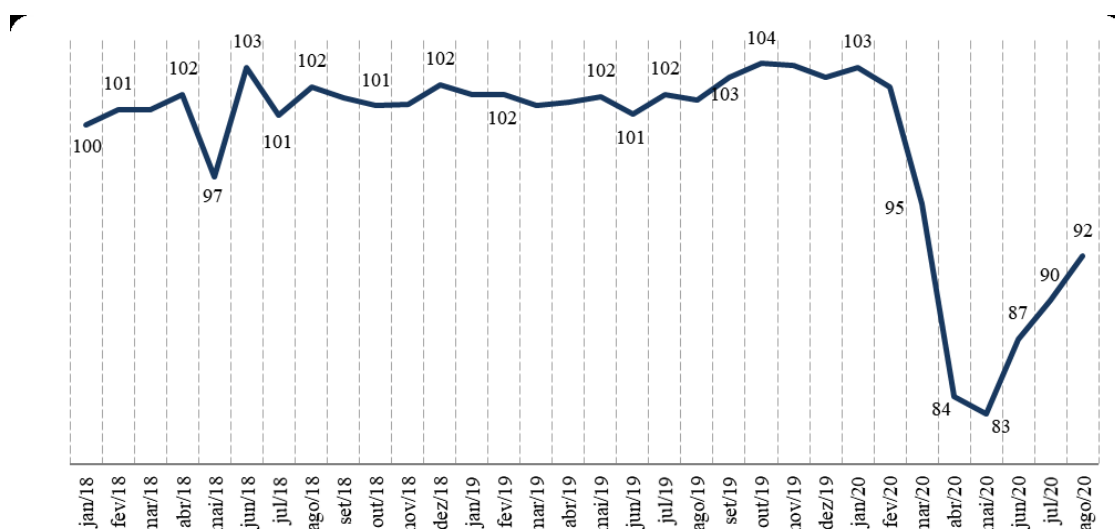
A leve queda na participação do setor de serviços verificada em 2020, que coincide com o período de medidas de isolamento social em função da pandemia de COVID-19, se deve à retração de 5,6% em termos de valores correntes no segundo trimestre de 2020. Neste período de 2020, o setor de serviços e a indústria perderam espaço para a agropecuária, que contribuiu com 8,5% do valor adicionado, patamar superior ao segundo trimestre de 2019, quando sua contribuição foi de 5,8%.

A retração do setor de serviços se deve ao forte impacto da pandemia, por conter as atividades que foram as mais afetadas com o fechamento dos hotéis e restaurantes e interrupção do fluxo de pessoas. Para analisar detalhadamente este movimento, utilizam-se os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que abrange 33 atividades, incluindo alojamento, alimentação, atividades culturais, de recreação e lazer e esportivas,

telecomunicações, serviços de tecnologia da informação e audiovisuais, publicidade, transportes, etc. (IBGE, 2020a)¹. A diversidade de atividades do setor contempla também formas muito distintas de organização do trabalho. Abarcando desde a baixa ou pouca qualificação até formações mais especializadas, essas atividades requerem o “uso exclusivo de força de trabalho humano” até mesmo aquele que faz uso de “alta intensidade de recursos tecnológicos” (IBGE, 2020a, p. 7).

Os dados da PMS do IBGE para o conjunto do país revelaram que o início da trajetória descendente do setor de serviços ocorreu ainda no mês de fevereiro de 2020, quando a pandemia não tinha se alastrado pelo Brasil. “O resultado negativo de fevereiro ainda não era decorrente das medidas de isolamento social e sim de uma acomodação do setor de serviços frente ao avanço do final de 2019” (IBGE, 2020c). A queda dos indicadores de volume de serviços pode ser relacionada com a incidência da COVID-19 em março, quando a queda na atividade se acelerou. O setor atingiu seu patamar mínimo no mês de maio, quando caiu para 83 pontos, conforme série apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Volume de serviços (índice base fixa com ajuste sazonal, 2018=100)



Fonte: PMS (2020); Elaboração: Necat/UFSC

Após atingir o menor índice da série que começou em 2018 (abril de 2020), o setor iniciou um processo de recuperação, ainda que lenta. Com isso, o desempenho setorial ao final do período considerado se encontrava 8 pontos abaixo do valor verificado no início do ano de 2020.

¹ Ver lista completa no Apêndice.

Conforme a Tabela 1, o setor de serviços vem apresentando resultados positivos no que diz respeito à variação do mês em relação ao mês imediatamente anterior desde o mês de junho, porém de forma muito lenta e insuficiente para recompor sua participação relativa na economia brasileira, abalada fortemente durante os meses agudos da pandemia. No mês de agosto de 2020 o avanço em relação ao mês imediatamente anterior foi de apenas 2,9%, porém quando comparado com o mesmo mês do ano anterior a atividade apresentou queda de 10%. Já a variação acumulada até o mês de agosto em relação ao mesmo período do ano anterior foi negativa da ordem de 9%, enquanto a variação acumulada nos últimos 12 meses foi de -5,3%.

Tabela 1: Variação do volume de serviços no Brasil e em Santa Catarina (janeiro a agosto de 2020)

	Mês / mês anterior ¹	Variação Mensal em relação ao ano anterior ²	Variação acumulada no ano ³	Variação acumulada de 12 meses ⁴
Janeiro	0,6	1,6	1,6	1,0
Fevereiro	-1,0	0,6	1,1	0,7
Março	-6,9	-2,8	-0,2	0,7
Abril	-11,9	-17,3	-4,5	-0,6
Mai	-1,2	-19,3	-7,6	-2,6
Junho	5,2	-12,2	-8,4	-3,4
Julho	2,6	-12,0	-8,9	-4,5
Agosto	2,9	-10,0	-9,0	-5,3

Fonte: PMS 2020 (IBGE)

Nota 1: Base: mês imediatamente anterior - com ajuste sazonal.

Nota 2: Base: igual mês do ano anterior.

Nota 3: Base: igual período do ano anterior.

Nota 4: Base: 12 meses anteriores.

As tabelas de 2 a 5 apresentam as variações das atividades de serviços no país, com suas respectivas subdivisões. Inicialmente nota-se que a atividade “Serviços prestados às famílias” após meses de seguidas perdas (tal como -45,0% em abril) apresentou uma variação positiva de 33,3% no mês de agosto em relação ao mês anterior (Tabela 2), porém com variação negativa da ordem de 45,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior (Tabela 3) e de -40,4% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 4). Esses resultados revelam que essa atividade apresentou a maior queda dentre todas as demais atividades de serviços consideradas em todos os períodos de comparação, tomando-se como referência o último mês da série.

A recuperação apresentada no último mês da série (agosto) se deve, em grande medida, ao valor positivo do subsetor “Serviços de alojamento e alimentação” (37,9%)

em relação ao mês anterior (Tabela 2). No entanto, trata-se apenas de uma recuperação parcial, visto que a recuperação é insuficiente para recuperar as perdas no setor nos meses anteriores, tal como março (-34,3%) e abril (-47%). Na análise dos demais períodos, é perceptível que a recuperação ainda é incipiente frente ao agregado e com trajetória descontinuada, visto que apresentou queda no mês de julho. Nota-se que esse subsetor continua fortemente negativo (-45,3%) em relação ao mesmo mês do ano anterior (Tabela 3) e apresenta -40,9% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme a Tabela 4.

Tabela 2: Variação mês/mês imediatamente anterior do volume das atividades de serviços e suas subdivisões para o Brasil (janeiro a agosto de 2020)

	Variação mês / mês anterior ¹							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	0,6	-1,1	-6,8	-11,9	-1,2	5,3	2,6	2,9
Serviços prestados às famílias	0,4	-0,5	-31,8	-45,0	13,8	14,4	-10,8	33,3
Serviços de alojamento e alimentação	0,0	-0,2	-34,3	-47,0	14,9	17,3	-13,3	37,9
Outros serviços prestados às famílias	5,0	-0,4	-21,3	-32,1	4,0	3,6	3,7	9,1
Serviços de informação e comunicação	-1,0	-1,2	-1,4	-2,9	-2,8	3,9	2,4	-1,4
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-1,3	-0,3	-0,2	-0,9	-2,6	3,8	1,5	-1,6
Telecomunicações	-0,2	0,3	-2,2	0,0	-1,0	0,7	0,3	0,2
Serviços de Tecnologia da Informação	-2,0	-1,3	2,0	-2,3	-3,2	3,8	6,2	-4,1
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	0,4	-4,2	-8,5	-22,2	-5,2	6,6	6,0	3,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-0,4	-0,1	-7,1	-9,1	-3,0	1,8	2,5	1,0
Serviços técnico-profissionais	-2,1	-2,9	1,9	-5,1	-6,4	0,7	9,3	0,9
Serviços administrativos e complementares	-0,1	-1,5	-7,0	-11,1	-1,3	2,4	0,6	0,8
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,9	0,4	-8,8	-18,0	4,6	7,1	2,1	3,9
Transporte terrestre	4,3	1,0	-10,5	-20,6	6,7	3,6	6,1	4,3
Transporte aquaviário	7,6	5,1	-0,8	-0,3	-1,7	-2,6	1,2	-1,9
Transporte aéreo	0,0	-1,8	-30,5	-74,2	24,1	57,8	17,1	14,6
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,0	-1,0	-0,5	-6,2	2,0	5,0	0,7	2,0
Outros serviços	0,9	1,4	-2,0	-6,4	-3,6	7,3	3,5	0,8

Fonte: PMS 2020 (IBGE)

Nota 1: Base: mês imediatamente anterior - com ajuste sazonal.

Durante o período de restrições de atividades não essenciais decorrente das medidas para conter a pandemia, hotéis e restaurantes permaneceram fechados por alguns períodos desde o mês de março, afetando negativamente o desempenho do subsetor. Com a flexibilização das medidas de controle da pandemia a partir de junho, os resultados

positivos nos meses seguintes eram esperados. O que ocorre, porém, é um retorno às atividades ainda insuficientes para cobrir o grande déficit dos meses anteriores. Já o subsetor “Outros serviços prestados às famílias” mostrou resultado positivo na análise mês/mês imediatamente anterior desde maio, com retomada modesta entre maio e julho (perto dos 4%) e apresentando resultado de 9,1% em agosto (Tabela 2).

Tabela 3: Variação mensal do volume das atividades de serviços e suas subdivisões para o Brasil (janeiro a agosto de 2020)

	Variação mensal ¹							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	1,6	0,6	-2,8	-17,3	-19,3	-12,2	-12,0	-10,0
Serviços prestados às famílias	0,2	3,4	-33,5	-65,3	-61,6	-57,5	-55,0	-43,8
Serviços de alojamento e alimentação	0,5	4,2	-35,9	-68,1	-63,8	-60,1	-57,2	-45,3
Outros serviços prestados às famílias	-1,4	-0,7	-19,9	-50,6	-50,3	-42,4	-42,6	-35,3
Serviços de informação e comunicação	2,0	-0,4	-0,2	-4,7	-8,9	-3,0	-2,5	-4,0
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	1,5	0,3	0,8	-0,7	-4,9	0,7	0,9	-1,1
Telecomunicações	-4,0	-2,3	-4,0	-3,9	-5,1	-4,2	-3,7	-3,0
Serviços de Tecnologia da Informação	13,0	5,6	9,8	5,7	-4,7	9,7	9,5	2,3
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	5,3	-5,5	-7,9	-32,6	-36,3	-30,5	-26,1	-24,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,0	-3,4	-3,7	-17,5	-21,3	-15,9	-14,7	-14,0
Serviços técnico-profissionais	0,4	-6,2	3,2	-12,3	-15,8	-10,0	-5,3	-1,5
Serviços administrativos e complementares	-0,1	-2,4	-6,0	-19,4	-23,2	-17,9	-17,9	-18,3
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,0	1,6	0,4	-21,2	-20,5	-11,3	-11,6	-8,5
Transporte terrestre	-3,1	-1,0	-5,7	-28,4	-24,1	-17,3	-15,7	-12,6
Transporte aquaviário	9,9	12,4	24,1	16,3	10,8	9,1	6,3	2,5
Transporte aéreo	8,8	6,8	-11,6	-77,1	-75,9	-59,0	-51,4	-39,6
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	3,5	2,1	8,3	-4,4	-5,1	7,5	2,5	4,2
Outros serviços	9,7	9,3	14,0	0,8	-7,3	4,1	4,5	7,2

Fonte: PMS 2020 (IBGE)

Nota 1: Base: igual mês do ano anterior.

Quanto à atividade “Serviços de informação e comunicação”, observou-se uma queda de 1,4% em agosto em relação ao mês anterior, após resultados positivos nos meses de junho e julho, os dois únicos positivos desde janeiro (Tabela 2). Além disso, a atividade recuou 4% em agosto em relação ao mesmo mês do ano anterior (Tabela 3) e 2,7% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 4), desde janeiro a atividade não apresenta crescimento positivo em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em grande parte, esses resultados decorrem do desempenho bastante restritivo dos dois subsetores que compõem essa atividade. Este subsetor apresentou resultados negativos no mês de agosto em relação ao mesmo mês anterior, além de resultados negativos nas demais comparações e, por outro, apesar do subsetor de “serviços audiovisuais, de edição e de agências de notícias” ter apresentado resultado positivo de 3,3% no mês de agosto em relação ao mês anterior (Tabela 2), no comparativo com o mesmo mês do ano anterior o resultado seguiu na tendência de crescimento negativo desde janeiro e atingiu os -24,3% (Tabela 3). O resultado do acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior continuou em queda e resultou num montante negativo da ordem de 20,1% (Tabela 4). Uma explicação plausível para tal desempenho pode estar relacionada ao processo de readequação da própria demanda, meses após a flexibilização de medidas de isolamento social.

Tabela 4: Variação acumulada no ano das atividades de serviços e suas subdivisões para o Brasil (janeiro a agosto de 2020)

	Acumulada no ano ¹							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	1,6	1,1	-0,2	-4,5	-7,6	-8,4	-8,9	-9,0
Serviços prestados às famílias	0,2	1,7	-10,2	-23,6	-31,0	-35,2	-38,2	-38,9
Serviços de alojamento e alimentação	0,5	2,2	-10,7	-24,5	-32,1	-36,6	-39,7	-40,4
Outros serviços prestados às famílias	-1,4	-1,0	-7,5	-18,6	-25,1	-27,8	-29,9	-30,6
Serviços de informação e comunicação	2,0	0,8	0,5	-0,8	-2,5	-2,6	-2,6	-2,7
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	1,5	0,9	0,9	0,5	-0,6	-0,4	-0,2	-0,3
Telecomunicações	-4,0	-3,2	-3,4	-3,5	-3,8	-3,9	-3,9	-3,8
Serviços de Tecnologia da Informação	13,0	9,2	9,4	8,5	5,7	6,4	6,8	6,2
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	5,3	-0,1	-2,6	-10,3	-15,9	-18,3	-19,4	-20,1
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,0	-1,7	-2,4	-6,3	-9,5	-10,6	-11,2	-11,6
Serviços técnico-profissionais	0,4	-3,0	-0,9	-4,0	-6,5	-7,1	-6,8	-6,2
Serviços administrativos e complementares	-0,1	-1,2	-2,9	-7,1	-10,5	-11,8	-12,7	-13,4
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,0	1,3	1,0	-4,6	-8,0	-8,5	-9,0	-8,9
Transporte terrestre	-3,1	-2,1	-3,3	-9,6	-12,7	-13,4	-13,8	-13,6
Transporte aquaviário	9,9	11,2	15,6	15,8	14,7	13,8	12,6	11,2
Transporte aéreo	8,8	7,8	1,6	-16,6	-30,4	-35,2	-37,7	-37,9
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	3,5	2,8	4,6	2,3	0,8	1,9	2,0	2,3
Outros serviços	9,7	9,5	11,0	8,4	5,2	5,0	4,9	5,2

Fonte: PMS 2020 (IBGE)

Nota 1: Base: igual período do ano anterior.

A atividade “Transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios” apresentou um resultado positivo de 3,9% em agosto em relação ao mês de julho (Tabela 2). Todavia, o resultado continua sendo negativo da ordem de 8,5% quando comparado ao mesmo mês do ano anterior (Tabela 3) e de -8,9% no acumulado do ano em relação ao mesmo período ano anterior. Em termos dos subsetores, nota-se que esse resultado positivo de agosto pode ser credenciado, em grande medida, ao desempenho de “Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio” que teve crescimento de 2% em relação ao mês anterior e também resultados positivos em todos os demais comparativos. Além disso, o subsetor transporte aéreo apresentou um crescimento de 14,6% em agosto em relação ao mês anterior, muito embora continuasse negativo em 39,6% no mês de agosto de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019. Em parte, esse desempenho bastante positivo no mês de agosto está relacionado ao processo de recuperação, ainda que lenta, da demanda, uma vez que as pessoas voltaram a viajar mais após a flexibilização do isolamento social, seja por motivos de trabalho, negócios ou turismo.

Finalmente, o subsetor “outros serviços” apresentou variação positiva em agosto em relação ao mês anterior e também em todos os demais comparativos.

No que diz respeito ao comportamento nos diferentes estados brasileiros, na Tabela 5 consta as variações do volume de serviços na comparação do mês em relação ao mês imediatamente anterior de janeiro a agosto de 2020. Como vimos anteriormente, o setor de serviços no conjunto do país obteve dois meses seguidos com resultados positivos em comparação ao mês imediatamente anterior: em agosto, cresceu 2,9% e em julho obteve um aumento de 2,6%. Estes foram os primeiros meses com resultados positivos após o início da pandemia. Esse resultado para o país no mês de agosto decorre do resultado positivo apresentado por 21 das 27 unidades da federação, sendo que os estados com as maiores variações percentuais entre os meses de agosto e julho foram Amapá, Acre, Minas Gerais, Piauí e Paraíba, os quais cresceram 7,0%, 6,2% e 5,8%, 5,3% e 5,3%, respectivamente. Já Santa Catarina ficou na décima segunda posição no conjunto do país ao apresentar um crescimento percentual de 3,4% no mês de agosto em relação ao mês anterior, desempenho superior aos outros dois estados da região Sul: o Paraná cresceu 1,5% e o Rio Grande de Sul 0,10%. A variação nacional foi de 2,9%, o que implica que 14 UFs tiveram resultado inferior ao patamar do país, tal que seis delas apresentaram resultados negativos. Sendo que Alagoas e Roraima, duas das seis negativas, tiveram os melhores resultados em julho, quando cresceram 8,4% e 8,2%, respectivamente.

Tabela 5: Variação mês/mês imediatamente anterior do volume das atividades de serviços para o Brasil e suas unidades federativas (janeiro a agosto de 2020)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Brasil	0,6	-1,1	-6,8	-11,9	-1,2	5,3	2,6	2,9
Rondônia	-0,3	2,9	2,7	-2,3	4,4	-4,3	0,6	-1,0
Acre	-2,3	9,8	-8,7	-23,8	-0,5	12,2	2,6	6,2
Amazonas	0,6	-4,7	2,7	-16,6	3,6	8,5	2,1	2,1
Roraima	-12,2	5,6	-7,4	-16,3	2,0	4,1	8,2	-3,2
Pará	-0,6	1,3	-6,9	-8,5	-2,4	7,5	3,7	1,3
Amapá	0,2	-1,6	-2,0	-16,4	-2,0	9,7	2,9	7,0
Tocantins	6,1	-1,9	0,3	-4,2	1,7	-1,7	4,2	-5,5
Maranhão	-0,1	-0,3	0,8	-14,2	1,9	6,0	0,0	4,6
Piauí	-2,5	0,0	-8,3	-16,0	-4,6	6,7	1,3	5,3
Ceará	1,2	-1,3	-4,2	-21,8	-0,2	5,1	-1,4	3,8
Rio Grande do Norte	-0,7	2,5	-19,3	-13,7	-0,7	2,8	-0,6	3,9
Paraíba	0,9	-2,6	-5,6	-20,3	4,8	1,4	3,0	5,3
Pernambuco	6,1	-2,4	-10,3	-18,9	0,5	5,7	4,7	3,5
Alagoas	2,8	0,2	-6,0	-26,5	-4,1	3,8	8,4	-1,3
Sergipe	0,0	-0,8	-6,0	-15,0	-0,8	-0,2	2,7	-0,3
Bahia	0,8	0,3	-7,2	-20,6	2,1	1,1	-0,7	3,0
Minas Gerais	1,6	-2,6	-2,7	-11,9	0,1	5,3	1,0	5,8
Espírito Santo	0,4	-1,6	-2,7	-5,7	0,7	-0,8	1,9	4,1
Rio de Janeiro	-1,1	1,2	-8,1	-12,9	0,6	4,8	3,1	1,9
São Paulo	-0,8	-1,0	-5,2	-12,6	-1,0	6,8	1,6	2,5
Paraná	1,7	-1,7	-4,4	-10,7	0,8	-1,0	1,6	1,5
Santa Catarina	0,1	-0,5	-6,9	-13,5	7,5	3,9	3,2	3,4
Rio Grande do Sul	-1,6	1,4	-12,8	-16,2	5,5	5,8	3,5	0,1
Mato Grosso do Sul	0,5	3,7	-6,5	-1,2	-1,7	1,5	-0,7	1,5
Mato Grosso	17,2	2,3	-13,1	9,8	2,7	-3,6	3,9	-2,7
Goiás	0,9	-1,9	-4,9	-9,6	2,7	1,6	0,4	3,9
Distrito Federal	5,4	-1,3	-13,1	-3,7	-13,5	7,0	6,0	2,7

Fonte: PMS 2020 (IBGE).

Quando se compara o resultado de agosto de 2020 com o mesmo mês do ano anterior, o resultado é que 26 das 27 unidades da federação apresentaram resultados negativos, sendo que apenas o estado de Rondônia apresentou resultado positivo nos dois períodos (cresceu 5,3% em relação ao ano passado). No caso do Brasil, o recuo foi de -10,0% e em Santa Catarina de -4,0%. Destaca-se ainda que Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Alagoas, estados da região Nordeste, apresentaram quedas de 20% ou mais, sendo que Bahia e Alagoas apresentaram, de forma idêntica, as maiores variações (-23,4%).

No acumulado do ano até o mês de agosto de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior o país apresentou desempenho negativo de 9,0%, sendo que 26 unidades

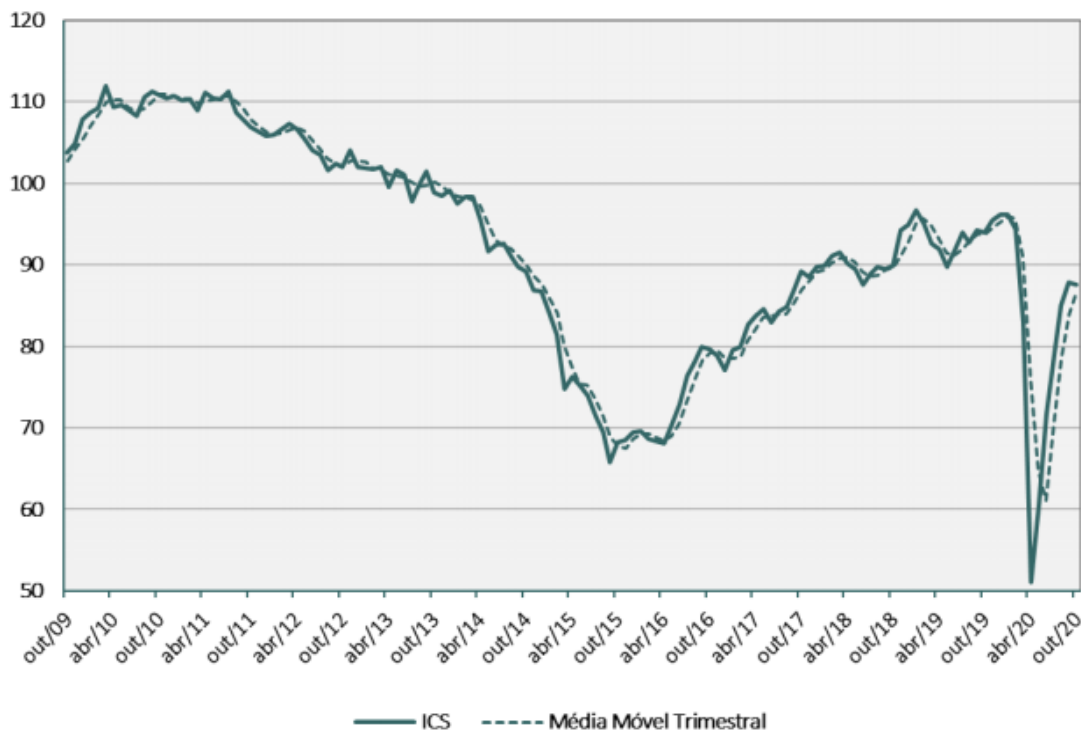
da federação também apresentaram resultados negativos. A única exceção foi o estado de Rondônia, com variação de 3,5%.

Os dados com pequenas melhoras dos resultados totais nos meses de junho, julho e agosto, quando comparado ao mês anterior foram acompanhados por incrementos no índice de confiança dos serviços. O índice, calculado pelo IBRE/FGV, apresenta que desde janeiro já havia um indício de queda na confiança, quando reduziu de 96,2 (dez/2019) para 96,1 (jan/2020). Em abril o índice teve sua pior queda desde que começou a ser produzido - isto é, desde 2008 -, sendo que nesse mês o montante foi de 51,1 pontos. As expectativas com o retorno das atividades e maior abertura levaram o índice ao patamar de 87,9 pontos em setembro. Porém, outubro apresentou uma nova redução:

Após cinco meses em recuperação, a confiança do setor de serviços acomodou em patamar abaixo do observado antes da pandemia. A piora das expectativas foi fator determinante para queda da confiança no mês. A grande cautela dos consumidores e a incerteza sobre a evolução da pandemia sugerem que o setor ainda enfrenta dificuldades para retornar ao ritmo de recuperação observado do início do ano. (IBRE, 2020).

Conforme Gráfico 2, nota-se que em outubro de 2020 o índice de confiança se reduziu para o patamar de 87,5 pontos, situando-se 0,4 pontos abaixo do patamar verificado em setembro de 2020.

Gráfico 2: Índice de Confiança de Serviços do Brasil (2009 a 2020)



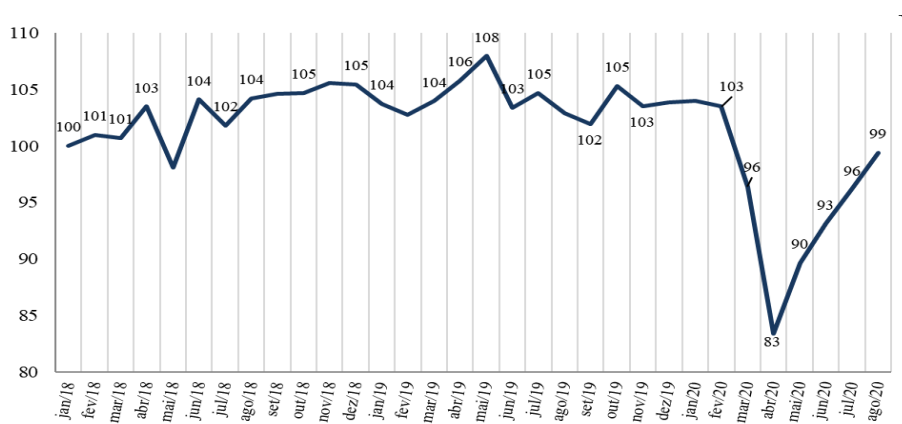
Fonte: Índice de Confiança de Serviço - IBRE/FGV; Elaboração: IBRE/FGV

3. O SETOR DE SERVIÇOS EM SANTA CATARINA

O setor de serviços no estado de Santa Catarina apresenta movimentos gerais muito similares aos verificados no Brasil, porém resguardando-se algumas particularidades. Na metade do século XX o estado ainda mantinha uma importância limitada do setor de serviços na economia, por volta de 30% (GOULARTI, 2001), percentual significativamente menor do que os 54% do Brasil (IBGE, 2020b). A agropecuária seguiu contribuindo com mais da metade da renda interna do estado na década de 1950, enquanto no Brasil a participação já era de menos de 30% (GOULARTI, 2001). No que se refere ao período mais recente, a participação do setor de serviços atinge aproximadamente 60% do produto interno bruto catarinense, enquanto o país apresenta uma participação maior de 10 pontos percentuais (IBGE, 2020b). No caso de Santa Catarina, observa-se que o estado tem uma participação maior, tanto da agropecuária quanto da indústria, especialmente desse último setor.

A série histórica do setor de serviços apresentada no Gráfico 3 começa em 2018 com o objetivo de mostrar a forte oscilação provocada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no primeiro semestre do referido ano. Tal episódio, apesar de ter tido uma curta duração, provocou efeitos expressivos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. Já a pandemia da COVID-19 provocou efeitos abruptos e profundos entre os meses de março e maio de 2020, conforme pode ser observado por meio do Gráfico 3. Tal figura também revela que o processo de recuperação das perdas é bastante lento, sendo que no mês de agosto o índice ainda se encontrava oito pontos abaixo do valor observado no mês de janeiro de 2020.

Gráfico 3: Volume de serviços (índice base fixa com ajuste sazonal, 2018=100)



Fonte: PMS (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

No caso particular de Santa Catarina observou-se uma leve tendência de crescimento no período posterior à greve dos caminhoneiros (maio de 2018) até os primeiros meses de 2019. A partir de então, houve momentos de grandes oscilações do setor no estado até o ápice obtido em dezembro de 2019, quando o índice praticamente se iguala ao verificado em dezembro de 2018. A partir daí teve início uma trajetória descendente do setor de serviços no estado de forma semelhante àquela observada no país. Portanto, o processo de desaceleração do setor serviços já estava em curso antes mesmo do início da pandemia, podendo ser explicado pela acomodação em relação aos avanços apresentados nos últimos meses de 2019.

Do ponto de vista específico da pandemia, nota-se que o comportamento dos serviços revela os efeitos decorrentes das medidas adotadas para o controle da crise sanitária a partir de março, às quais tiveram maior incidência até o mês de abril, quando o índice caiu para 83 pontos. Com a flexibilização das regras de isolamento social a partir do mês de maio, o estado passou a apresentar resultados mensais positivos, porém lentos e incapazes de compensar as perdas ocorridas durante os meses de restrições sociais. Com isso, no mês de agosto o setor ainda se encontrava em um patamar ligeiramente inferior ao verificado no mês de fevereiro e antes mesmo do início da pandemia.

O desempenho do setor de serviços também pode ser analisado por meio da Tabela 6, que apresenta as variações mensais entre os meses de janeiro e agosto de 2020 e uma comparação com o país. Após o mês de janeiro apresentar estabilidade comparativamente ao mês anterior (0,1%), fevereiro, março e abril apresentaram resultados negativos, sendo que em abril houve a maior queda de todo o ano (-13,5%).

Após esse período de fortes oscilações negativas, o mês de maio apresentou uma variação positiva de 7,5%, enquanto o país apresentou uma variação ligeiramente negativa (-0,9%). Todavia, ao se considerar essas informações em relação ao mesmo mês do ano anterior, verifica-se que a variação negativa ocorrida em Santa Catarina (-20,5%) foi maior que aquela apresentada pelo conjunto do país (-19,5%). Quando se considera o acumulado do ano com igual período do ano anterior, nota-se que no período de janeiro a maio a variação negativa novamente foi maior em Santa Catarina (-9,0%), comparativamente ao conjunto do país (-7,6%). Além disso, quando se considera o mês de maio em relação aos últimos 12 meses anteriores, observa-se que a variação negativa de Santa Catarina (-4,2%) também foi superior à varia negativa do país (-2,7%).

Todavia, essa recuperação ensaiada no mês de maio não teve o mesmo fôlego nos meses seguintes, quando houve crescimento ao redor de 3%. Porém, quando se considera

esses resultados com os períodos anteriores os resultados ainda são todos negativos. Assim, ao tomar o mês de agosto como referência, nota-se que Santa Catarina apresentou uma variação negativa de 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior, enquanto a variação do conjunto do país foi de -10%.

Tabela 6: Comparação da variação do volume de serviços em Santa Catarina e do Brasil (agosto de 2020)

	Mês / mês anterior ¹		Variação Mensal ²		Variação acumulada no ano ³		Variação acumulada de 12 meses ⁴	
	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC
Janeiro	0,6	0,1	1,6	1,5	1,6	1,5	1,0	1,1
Fevereiro	-1,1	-0,5	0,6	1,2	1,1	1,3	0,7	0,9
Março	-6,8	-6,9	-2,8	-5,2	-0,2	-0,9	0,7	0,4
Abril	-11,9	-13,5	-17,3	-20,7	-4,5	-6,0	-0,6	-1,5
Maiο	-1,2	7,5	-19,3	-18,7	-7,6	-8,6	-2,6	-4,0
Junho	5,3	3,9	-12,2	-8,6	-8,4	-8,6	-3,4	-4,6
Julho	2,6	3,2	-12,0	-7,4	-8,9	-8,4	-4,5	-5,5
Agosto	2,9	3,4	-10,0	-4,0	-9,0	-7,9	-5,3	-5,6

Fonte: PMS 2020 (IBGE); Elaboração: Necat/UFSC.

Nota 1: Base: mês imediatamente anterior - com ajuste sazonal.

Nota 2: Base: igual mês do ano anterior.

Nota 3: Base: igual período do ano anterior.

Nota 4: Base: 12 meses anteriores.

Quando se considera o acumulado do ano com igual período do ano anterior, nota-se que no período de janeiro a agosto a variação negativa foi ligeiramente inferior em Santa Catarina (-7,9%), comparativamente ao conjunto do país (-9%). No entanto, quando se considera a variação acumulada no mês de agosto em relação aos últimos 12 meses, observa-se que a variação negativa de Santa Catarina (-5,6%) foi superior à variação negativa do país (-5,3%).

Os dados referentes ao volume de serviços de Santa Catarina por atividades podem ser observados por meio das tabelas 7, 8 e 9. Como registrado anteriormente, a variação do mês de agosto em relação ao mesmo mês do ano anterior foi negativa em 4%. Dentre as diversas atividades de serviços, destaca-se que os “Serviços prestados às famílias” apresentaram uma variação negativa da ordem de 34,5% quando esse resultado é comparado ao igual mês do ano anterior (Tabela 7). Porém, quando se considera o acumulado de janeiro a agosto em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 8), nota-se que a variação negativa ficou em 28,6%. Por fim, o resultado de agosto em relação aos doze meses anteriores foi de -19,2% (Tabela 9).

Tabela 7: Variação mensal em comparação com igual mês do ano anterior do volume das atividades de serviços em Santa Catarina (janeiro a agosto 2020)

	Variação mensal ¹							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	1,5	-7,4	-8,6	-7,4	-4,0	-8,6	-7,4	-4,0
Serviços prestados às famílias	1,4	-44,1	-40,6	-44,1	-34,5	-40,6	-44,1	-34,5
Serviços de informação e comunicação	-7,3	-10,1	-7,3	-10,1	-7,9	-7,3	-10,1	-7,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-0,4	14,8	-0,4	14,8	20,7	-0,4	14,8	20,7
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-4,9	-2,7	-4,9	-2,7	-2,3	-4,9	-2,7	-2,3
Outros serviços	-0,8	2,3	18,1	-7,7	-6,4	-3,5	-6,1	-0,9

Fonte: PMS 2020 (IBGE); Elaboração: Necat/UFSC.

Nota 1: Base: igual mês do ano anterior.

A atividade de “Transportes, serviços auxiliares de transportes e correio” por sua vez apresentou um resultado negativo da ordem de 2,3% em agosto quando comparado ao igual mês do ano anterior (Tabela 7). Já quando se considera o acumulado entre janeiro a agosto em relação ao mesmo período do ano anterior, verifica-se que a queda foi de 5,3% (Tabela 9).

Tabela 8: Variação acumulada no ano do volume das atividades de serviços em Santa Catarina (janeiro a agosto 2020)

	Variação acumulada no ano ¹							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	1,5	1,3	-0,9	-6	-8,6	-8,6	-8,4	-7,9
Serviços prestados às famílias	1,4	6,9	-7,6	-17,7	-22,4	-25,1	-27,8	-28,6
Serviços de informação e comunicação	0,5	-1,2	-4,2	-6,6	-9,4	-9,1	-9,2	-9,1
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,4	1,1	1,7	-4,1	-5	-4,3	-1,6	1,1
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,8	1,6	2	-3,7	-6,6	-6,3	-5,8	-5,3
Outros serviços	0,8	1,5	6,8	3	1,1	0,3	-0,6	-0,7

Fonte: PMS 2020 (IBGE); Elaboração: Necat/UFSC.

Nota 1: Base: igual período do ano anterior.

Quanto às atividades de “Serviços profissionais, administrativos e complementares”, nota-se que apresentaram um resultado positivo em agosto da ordem de 20,7% quando comparado ao igual mês do ano anterior (Tabela 7). Já quando se considera o acumulado no período janeiro-agosto de 2020, verifica-se estabilidade, com

variação positiva de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 8). Por fim, o resultado até agosto em relação aos últimos doze meses anteriores foi de estabilidade, com variação positiva de 0,4% (Tabela 9).

Tabela 9: Variação acumulada nos últimos 12 meses do volume das atividades de serviços em Santa Catarina (janeiro a agosto 2020)

	Variação acumulada de 12 meses ¹							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	1,5	1,3	-0,9	-6	-8,6	-8,6	-8,4	-7,9
Serviços prestados às famílias	1,4	6,9	-7,6	-17,7	-22,4	-25,1	-27,8	-28,6
Serviços de informação e comunicação	0,5	-1,2	-4,2	-6,6	-9,4	-9,1	-9,2	-9,1
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,4	1,1	1,7	-4,1	-5	-4,3	-1,6	1,1
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,8	1,6	2	-3,7	-6,6	-6,3	-5,8	-5,3
Outros serviços	0,8	1,5	6,8	3	1,1	0,3	-0,6	-0,7

Fonte: PMS 2020 (IBGE); Elaboração: Necat/UFSC.

Nota 1: Base: 12 meses anteriores.

Do ponto de vista da atividade “Serviços de informação e comunicação”, verifica-se que apresentou resultados negativos em todas as comparações, destacando-se que o resultado no mês de agosto em relação ao mesmo mês do ano anterior foi de -7,9% (Tabela 7), enquanto no acumulado de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior foi negativo em mais de 9% (Tabela 8). Embora os subsetores dessa atividade não sejam apresentados pelo IBGE, é bem provável que no estado de Santa Catarina os subsetores que estão provocando essas quedas sejam praticamente os mesmos observados no conjunto do país.

Por fim, cabe mencionar que o fraco desempenho do setor de serviços incide diretamente sobre o nível de emprego, considerando-se que o avanço do setor de serviços também na economia catarinense representa, por si só, o estabelecimento de uma dinâmica no mercado de trabalho marcada pelas vagas com baixa ou pouca qualificação, além de baixo nível de remuneração. A pandemia e os efeitos negativos no desempenho do setor aprofundaram essa a situação, ao provocar de forma abrupta a expansão do desemprego para uma parcela da população de baixa remuneração. Em Santa Catarina, o mercado de trabalho do setor de serviços foi o setor mais afetado pela COVID-19, por contemplar atividades que foram interrompidas durante as medidas de isolamento social. No segundo trimestre de 2020, artes, cultura, esporte e recreação apresentou queda de -

25,3% no emprego (8 mil postos de trabalho); nos serviços pessoais a queda foi de -22,3% (25 mil postos de trabalho); Serviços domésticos -16,7% (30 mil postos de trabalho) e Alojamento e alimentação -15,5% (22 mil postos de trabalho). As quatro áreas citadas representam cerca da metade das ocupações perdidas no período (HEINEN, MATTEI, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de serviços, por ser o maior componente do Produto Interno Bruto (PIB) no conjunto do país e também no estado de Santa Catarina, deve ser observado com atenção. Na verdade, a retração e o fraco desempenho deste setor são reflexos do comportamento da economia como um todo. Como vimos anteriormente, as características do setor, por ser absorver da maior parte da mão de obra e sendo esta de baixa qualificação e alocada na informalidade, fazem com que a recuperação ainda continue extremamente lenta, apesar de ser fundamental para que indicadores de emprego e renda voltem a ser positivos.

No âmbito nacional, apesar do setor ter mostrado uma recuperação nos últimos três meses (junho a agosto), ela ainda se encontra em um patamar muito baixo, comparativamente a outros setores, como comércio e indústria. A consequência é que esse setor continua mais distante dos níveis apresentados anteriormente ao início da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Assim, um breve comparativo entre os meses de fevereiro e agosto de 2020 revela que o resultado no setor de serviços apresenta um valor negativo da ordem 9,8%, enquanto na indústria esse valor é de -2,6% e no comércio é de 2,2% acima do patamar registrado no mês de fevereiro de 2020. De um modo geral, essas informações revelam que a recuperação recente não apresentou consistência suficiente para repor as perdas acumuladas durante os meses mais agudos da pandemia.

Em grande medida, esse baixo desempenho se deve ao fato de que nesse setor as atividades ainda não foram totalmente normalizadas, apesar da progressiva flexibilização das medidas de isolamento social. Isso ocorre porque, por um lado, os diversos protocolos de medidas sanitárias ainda detêm um conjunto de restrições em relação à utilização completa da capacidade instalada e, por outro, há certa reticência dos próprios consumidores, seja por medo de serem contaminados pelo novo coronavírus, seja por perda de renda durante a pandemia.

Ainda no âmbito geral do país, destacam-se mais dois aspectos. Por um lado, dentre aquelas atividades que ainda mantêm elevado déficit no ano de 2020, destacam-se a atividade “Serviços prestados às famílias”, subsetor de “alojamento e alimentação” e a atividade “Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio”, subsetor “transporte aéreo” que, embora tenham apresentado uma reação no último mês, seus déficits ainda são enormes devido às grandes quedas verificadas nos meses de março e abril. Por outro lado, destacam-se as atividades que mostraram perda de dinamismo no último mês, especialmente a atividade “Serviços profissionais, administrativos e complementares”, subsetor de “serviços administrativos” e a atividade “Serviços de informação e comunicação”, subsetor de “tecnologia de informação”.

Neste sentido, as perspectivas do setor serviço no país, que já não eram positivas antes mesmo do início da pandemia, se agravaram ainda mais durante a pandemia, fazendo com que os resultados para o ano de 2020 sejam bastante desfavoráveis, fato que certamente irá ter um impacto expressivo no PIB do país.

No caso particular de Santa Catarina, apesar de apresentar uma variação positiva de 3,4% no mês de agosto em relação ao mês anterior, deve-se registrar que quando se compara esse mês (agosto) em relação ao mesmo mês do ano anterior, observa-se um resultado negativo da ordem de 4,0%. Além disso, o acumulado de janeiro a agosto de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior é de -7,9%.

Quando se observa o desempenho no estado das atividades de serviços verificam-se dois movimentos distintos. Por um lado, as atividades “Serviços prestados às famílias” e “Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio” continuaram apresentando resultados negativos, tanto em relação ao mês anterior como no acumulado do ano. Por outro, apenas as atividades “Serviços profissionais, administrativos e complementares” apresentaram resultados positivos, tanto no comparativo com o mesmo mês do ano anterior como no comparativo do acumulado de janeiro a agosto de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em síntese, as informações analisadas até o momento não explicitam nenhuma reação mais consistente da atividade de serviços também no estado de Santa Catarina, uma vez que todas as comparações metodológicas definidas pela PMS são amplamente desfavoráveis ao desempenho atual desse setor no estado, o que poderá impactar negativamente na composição do PIB do ano de 2020.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, J. Produtividade no Setor de Serviços. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: IPEA, vol. 2, 2006. p. 277-300.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços. Série Relatórios Metodológicos**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

_____. **Sistemas de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

_____. **Serviços crescem 2,6% em julho, mas ainda não recuperam perdas da pandemia**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37RBoEn>. Acesso em: 25 set. 2020c.

IBRE. **Sondagem de Serviços**: outubro. Rio de Janeiro: FGV, 2020. 3 p. Disponível em: <portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-10/sondagem-de-servicos-fgv_press-release_out20_0.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

HEINEN, V. L.; MATTEI, L. H. Quem foram os trabalhadores mais atingidos pela crise associada à pandemia da Covid-19 em Santa Catarina? 2020. Disponível em: <necat.ufsc.br/category/blog>. Acesso em: 20 out. 2020.

DE SOUZA, K. B.; BASTOS, S. Q. A.; PEROBELLI, F. S.. Multiple trends of tertiarization: A comparative input–output analysis of the service sector expansion between Brazil and United States. In: **EconomiA**, v.17, n. 2, 2016, p. 141-158.

PAIVA, Paulo de Tarso A.P. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: de 1950 a 2000. In: **Revista brasileira de estudos de população**, v. 3, n. 1, p. 63-86, 1986.

PANDIT, K.; CASETTI, E., The shifting patterns of sectoral labor allocation during development: developed versus developing countries. In: **Journal Annals of the Association of American Geographers**, v. 79, n. 3, 1989.

APÊNDICE

Quadro 1: Atividades de seleção da PMS e correspondentes agregados de CNAEs

Atividade
Alojamento e alimentação
Atividades culturais e de recreação e lazer
Atividades esportivas
Telecomunicações
Serviços de tecnologia da informação
Serviços audiovisuais
Edição e edição integrada à impressão
Agências de notícias e outros serviços de informação
Atividades jurídicas, de contabilidade e de consultoria empresarial
Publicidade e pesquisa de mercado
Outros serviços técnico-profissionais
Aluguéis não imobiliários (exceto automóveis)
Seleção de mão-de-obra e serviços de apoio às empresas
Transporte metroferroviário de passageiros
Transporte rodoviário municipal de passageiros, transporte de táxi, escolar e sob regime de fretamento
Trens turísticos, teleféricos e similares
Transporte por navegação interior de passageiros
Transporte aéreo de passageiros
Transporte rodoviário de cargas
Transporte dutoviário
Transporte marítimo de cabotagem e longo curso
Transporte por navegação interior de carga
Navegação de apoio
Transporte aéreo de carga
Armazenagem, serviços auxiliares dos transportes e correio
Outros serviços
Transporte por navegação de travessia
Transportes aquaviários não especificados
Serviços pessoais e de educação não continuada
Locação de automóveis sem condutor
Agências de viagens e operadoras turísticas
Transporte rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional
Transporte ferroviário de carga

Recebido em 30 de outubro de 2020 e aceito em 18 de novembro de 2020.

O MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE DIANTE DA CRISE DA COVID-19

*Vicente Loeblein Heinen**

Resumo: A crise associada à pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação do mercado de trabalho brasileiro, que já se encontrava em patamares históricos de deterioração. O objetivo deste artigo é analisar os impactos dessa crise sobre o mercado de trabalho de Santa Catarina. Para tanto, são utilizados principalmente os dados da PNAD Contínua referentes ao 2º trimestre de 2020, visando identificar o comportamento da força de trabalho, as principais características dos postos de trabalho perdidos e os efeitos sobre a renda do trabalho no período. O mercado de trabalho catarinense foi fortemente atingido a partir de março de 2020, com quedas históricas no nível de ocupação. Os primeiros trabalhadores a serem atingidos foram aqueles que se encontravam em ocupações mais flexíveis, com menor grau de proteção social. Durante o período mais agudo da pandemia, a maior parte dos postos de trabalhos perdidos esteve concentrada entre os empregados informais, os trabalhadores dos serviços e a população negra. Com a contração da população ocupada e do número de horas trabalhadas, houve uma intensa queda nos rendimentos do trabalho, destacadamente nas menores faixas salariais. Esses resultados indicam que os impactos da atual crise não devem ser de curta duração, incidindo de forma permanente sobretudo na informalização do emprego, na elevação das desigualdades de renda e na deterioração das condições de trabalho.

Palavras-chave: Santa Catarina; Covid-19; desemprego; renda do trabalho.

THE LABOR MARKET OF SANTA CATARINA ON THE COVID-19 CRISIS

Abstract: The crisis associated with the Covid-19 pandemic has further aggravated the situation of the Brazilian labor market, which was already at a historic level of deterioration. The purpose of this article is to analyze the impacts of this crisis on the labor market in the state of Santa Catarina. For this purpose, the study is based on the PNAD Contínua data, mainly referring to the 2nd quarter of 2020, which are used to identify the behavior of the labor force, the main characteristics of the jobs lost and the impacts on labor income in that period. The labor market of Santa Catarina was strongly hit from March 2020, with a historical slump in the level of occupation. Workers in more flexible occupations, with a lower degree of social protection, were the first to be hit. During the most acute period of the pandemic, most of the jobs lost were concentrated among informal employees, service workers and the black population. With the contraction of the employed population and the number of hours worked, there was an intense fall in the level of income from work, especially in the lower salary ranges. These results indicate that the impacts of the current crisis may not end in the short term, tending to affect negatively and permanently the levels of informal employment, income inequalities and working conditions.

Keywords: Santa Catarina; Covid-19; unemployment; income from work.

* Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: vicenteheinen@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por um profundo processo de deterioração nos últimos anos, atingindo índices de desemprego superiores inclusive aos registrados na década de 1990¹. A taxa de desocupação, que flutuava ao redor de 7% no início de 2014, ultrapassou a marca dos 13% em 2017. Nos dois anos seguintes, a situação permaneceu adversa, uma vez que o desemprego seguiu em torno dos 12% até 2019 (PNADC/T, 2020).

Apesar de se manter com o menor índice de desemprego do país, o mercado de trabalho de Santa Catarina também foi fortemente atingido nesse processo. A taxa de desocupação estadual saltou de 3,1% para 7,9% entre o 1º trimestre de 2014 e de 2017, mediante a incorporação de 191 mil novos desempregados. Desde então, houve uma gradual redução dessa taxa, no entanto o patamar atingido ao final de 2019 (5,3%) ainda era quase duas vezes superior ao registrado no mesmo período de 2014 (PNADC/T, 2020).

Com a chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil, fatores como o fechamento de estabelecimentos, as restrições logísticas, o encarecimento dos insumos e a queda generalizada na demanda deflagraram uma crise que agravou ainda mais esse cenário. Por um lado, essa crise levou ao encerramento ou à redução das atividades das pequenas e médias empresas, com impactos mais severos justamente nos ramos mais intensivos em mão de obra, como o varejo e os serviços prestados às famílias. Por outro lado, empresas de grande porte de diversos segmentos responderam (ou ainda responderão) à crise com a reestruturação de suas atividades, reduzindo a força de trabalho empregada.

Diante disso, a tendência é de uma acelerada centralização do capital, acompanhada de um fechamento massivo de postos de trabalho, os quais dificilmente serão recuperados num futuro próximo. Assim, a pandemia Covid-19 no Brasil pode ter deflagrado a pior crise da história do mercado de trabalho nacional.

Tendo em vista esse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o comportamento do mercado de trabalho de Santa Catarina no período mais crítico da pandemia da Covid-19, que abrange sobretudo o 2º trimestre de 2020. Para tanto, serão utilizados

¹ A retropolação da PNAD Contínua feita por Bacciotti e Marçal (2020) fornece uma série histórica da taxa de desemprego do Brasil para o período 1976-2016. Segundo esses dados, o país atingiu seu pico histórico de desemprego ao final de 2016, com uma taxa que chegou a ser 3 pontos percentuais maior do que a máxima registrada ao longo de toda a década de 1990.

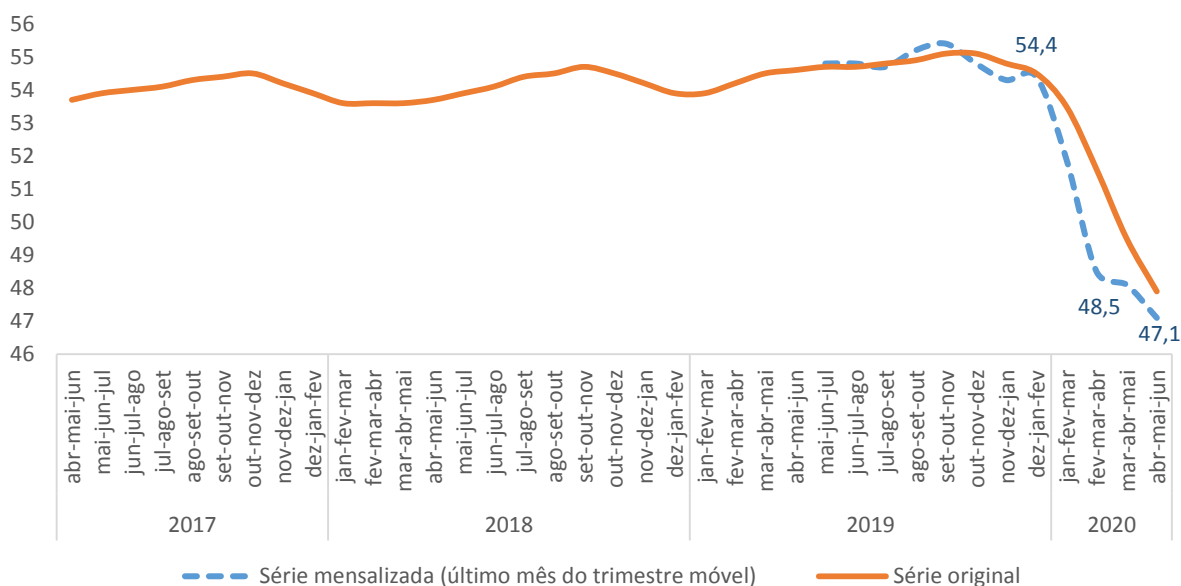
principalmente os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral.

Para além desta introdução, o artigo conta com outras quatro seções. A primeira delas examina a evolução recente da força de trabalho e de seu nível de utilização no Brasil e em Santa Catarina. A segunda seção avalia as principais características dos postos de trabalho perdidos e dos trabalhadores catarinenses mais atingidos no 2º trimestre de 2020. Já a terceira aborda os impactos da crise da Covid-19 sobre os rendimentos do trabalho em Santa Catarina. Por fim, a última seção traz as considerações finais do estudo, destacando as principais perspectivas para o mercado de trabalho estadual.

2. A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NO 1º SEMESTRE DE 2020

Às vésperas da pandemia, o mercado de trabalho brasileiro ainda se encontrava em grande medida condicionado pelos efeitos da crise econômica deflagrada em 2014. Esse cenário se refletiu no comportamento do nível da ocupação (proporção da população em idade de trabalhar que se encontra ocupada), indicado na Figura 1. Ao longo de 2019, esse indicador flutuava em torno dos 54% no país, cerca de 3 pontos percentuais (p.p.) abaixo da média de 2014.

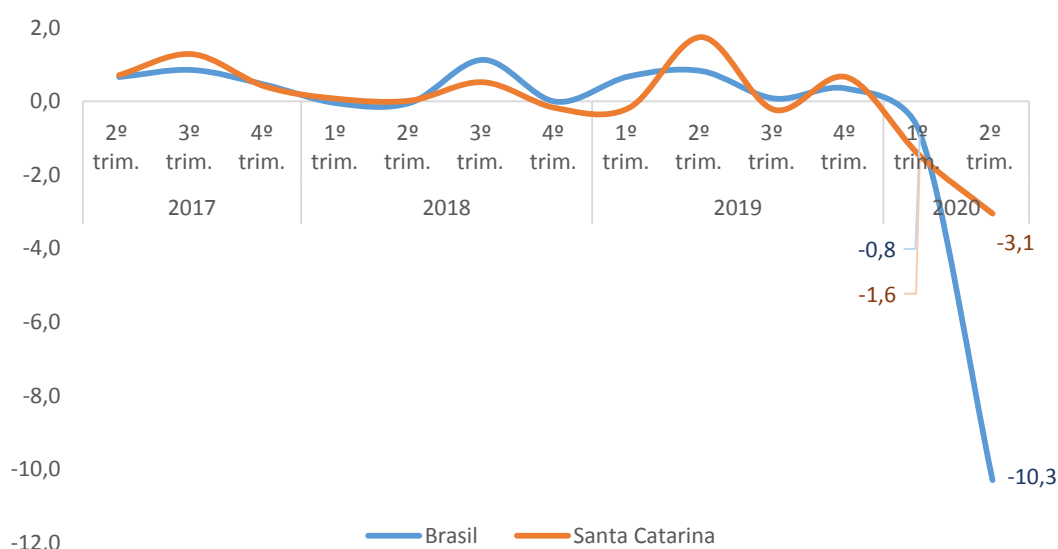
Figura 1 – Nível da ocupação (% nos trimestres móveis encerrados entre junho de 2017 e de 2020 e na série mensalizada entre junho de 2019 e de 2020).



Com os primeiros impactos da crise associada à Covid-19, teve início um período de abrupta queda nas ocupações em todo o país. De acordo com a mensalização da série da PNAD Contínua elaborada por Marcos Hecksher (2020), essa queda começou em março de 2020, agravando-se nos meses seguintes. Somente entre março e junho de 2020, o Brasil já havia perdido 11,3 milhões de postos de trabalho. Com isso, o nível da ocupação, que era de 54,4% em fevereiro, caiu aceleradamente para 48,5% em abril, atingindo 47,1% em junho. Desse modo, pela primeira vez na série histórica, mais da metade das pessoas de 14 anos ou mais de idade no país não trabalhou sequer uma hora na semana de referência da pesquisa.

Para situar Santa Catarina nesse cenário, a Figura 2 apresenta as taxas de crescimento trimestral da população ocupada no estado e no país nos últimos três anos, calculadas a partir de séries com ajustes². Esses dados indicam que, assim como ocorreu no conjunto do país, o mercado de trabalho catarinense também sofreu uma perda de empregos em ritmo inédito no 1º semestre de 2020.

Figura 2 – Crescimento trimestral da população ocupada no Brasil e em Santa Catarina, série com ajustes (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Em comparação com a média nacional, a queda nas ocupações em Santa Catarina foi mais severa no 1º trimestre de 2020 (basicamente em março), mas relativamente menos intensa no 2º trimestre, a despeito da continuidade do cenário adverso.

² Para eliminar efeitos sazonais (que tendem a influenciar fortemente os indicadores dos primeiros meses de cada ano), os cálculos de todas as taxas desta seção foram feitos a partir de séries com ajustes.

Descontados os efeitos sazonais, a população ocupada no estado caiu 1,6% entre janeiro e março e outros 3,1% entre abril e junho de 2020. No Brasil, essas retrações foram de 0,8% e 10,3%, respectivamente.

Ainda que tenha fechado relativamente menos vagas do que o restante do país, Santa Catarina perdeu cerca de 110 mil postos de trabalho no 2º trimestre de 2020³. Somando essas perdas às registradas no 1º trimestre, já foram fechadas 164 mil vagas no estado. Para termos uma noção da dimensão dessa queda, vale notar que ela foi quatro vezes maior do que a perda acumulada no biênio 2015-2016, ou seja, no período mais intenso da recente crise econômica nacional.

Além do aumento das demissões, outra tendência importante em meio à pandemia foi o afastamento dos trabalhadores de seus postos de trabalho. Segundo dados da PNAD Covid-19 (2020), somente os afastamentos devidos ao distanciamento social chegaram a representar cerca de 14% da população ocupada brasileira e 7% da catarinense em junho de 2020. Em grande medida, essa prática foi potencializada pelo “Programa Emergencial para Preservação da Renda e do Emprego” (MP nº 936/ Lei nº 14.020), que levou à suspensão de 207 mil contratos de trabalho em Santa Catarina entre abril e junho deste ano⁴.

Nesse sentido, observamos que a realocação dos trabalhadores que foram demitidos ou afastados no período também foi muito distinta no estado e no país. Em Santa Catarina, grande parte desses trabalhadores permaneceram no mercado de trabalho, ocasionando um crescimento de 17,6% na população desocupada⁵ no 2º trimestre de 2020 (Figura 3). O número de desocupados no estado chegou a 257 mil pessoas nesse período, representando um aumento de 37 mil pessoas em relação ao trimestre anterior, descontados os efeitos sazonais.

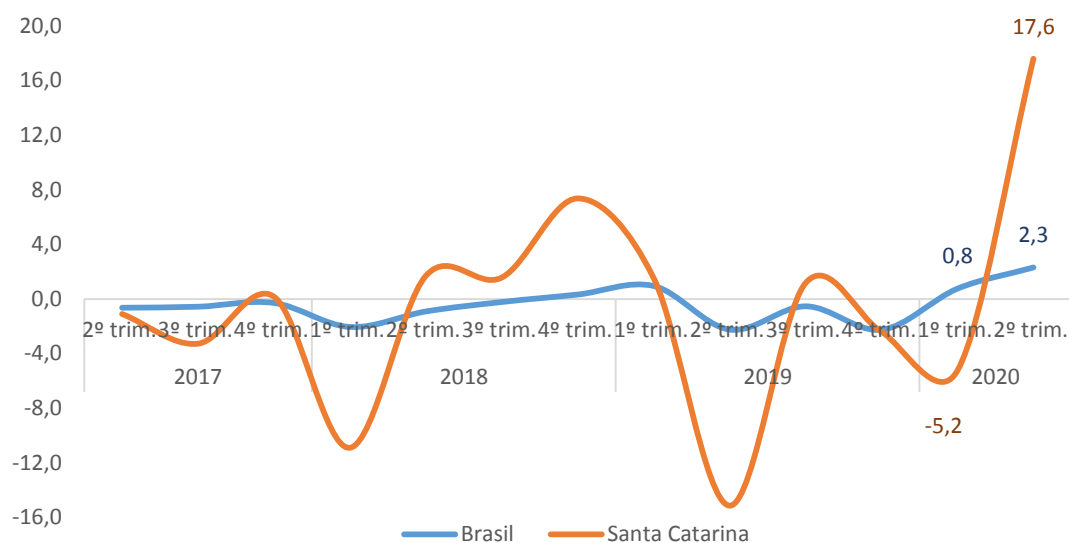
Esse resultado contrasta com o que ocorreu no conjunto do Brasil, onde a perda de empregos não se refletiu em uma grande elevação na procura por trabalho durante o 2º trimestre. Por consequência, a população desocupada no país cresceu relativamente menos (2,3%), aumentando em 284 mil pessoas com relação ao 1º trimestre.

³ Considerando-se a série sem ajuste sazonal, o estado perdeu 137 mil postos de trabalho entre março e junho de 2020.

⁴ Para uma análise dos impactos desse programa sobre o mercado de trabalho catarinense, cf. HEINEN (2020).

⁵ Segundo a metodologia da PNAD Contínua, são consideradas desocupadas as pessoas que não estão trabalhando, que realizaram procura efetiva por trabalho no mês de referência da pesquisa e que estariam disponíveis para assumi-lo, caso encontrassem (IBGE, 2020).

Figura 3 – Crescimento trimestral da população desocupada no Brasil e em Santa Catarina, série com ajustes (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Existem dois determinantes principais que explicam a discrepância no comportamento desses indicadores nas duas regiões. O primeiro é a expectativa de encontrar emprego, que é mais elevada em Santa Catarina, comparativamente à média do país. Nesse aspecto, foi decisiva não apenas a queda menos intensa da população ocupada no estado, mas principalmente o patamar do desemprego no período pré-pandemia⁶. O segundo determinante é o período em que as medidas de distanciamento social mais restritivas estiveram em vigor em cada região. Tanto a adoção de medidas de distanciamento social mais rígidas, quanto sua posterior “flexibilização” começaram antes em Santa Catarina⁷. Dessa forma, houve uma defasagem importante na fase mais aguda de afastamentos e de demissões, bem como na fase em que a população volta a procurar trabalho.

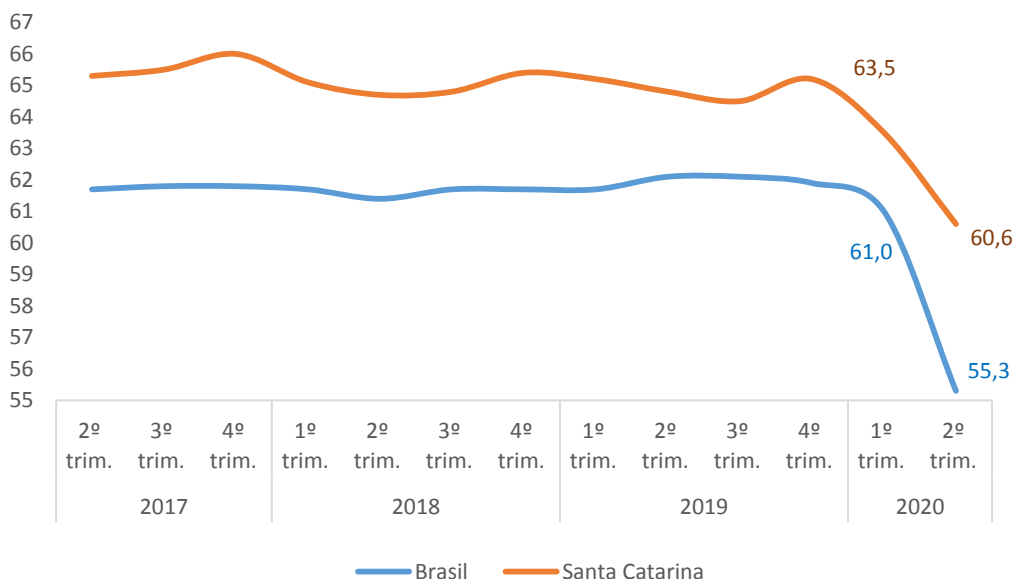
Esses movimentos são sintetizados na evolução da taxa de participação na força de trabalho, retratada na Figura 4. No período anterior à pandemia, essa taxa assumia lenta tendência de queda em Santa Catarina, e encontrava-se praticamente estável no Brasil. Com a forte queda do emprego no estado já a partir de março, ela caiu 1,7 p.p. no

⁶ O fato do estado contar com uma população desocupada mais reduzida também potencializa a dimensão de sua taxa de crescimento, que é calculada sobre uma base menor.

⁷ O índice de distanciamento social em Santa Catarina atingiu seu maior nível em março, aproximando-se dos 70% na última semana daquele mês. Já a partir de abril, o estado passou a flexibilizar a quarentena, enquanto medidas mais restritivas continuaram sendo adotadas em outras unidades da federação (MATTEI; DOURADO, 2020).

1º trimestre, atingindo os 63,5%. No mesmo período, a taxa nacional recuou 0,9 p.p., ficando em 61%.

Figura 4 – Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

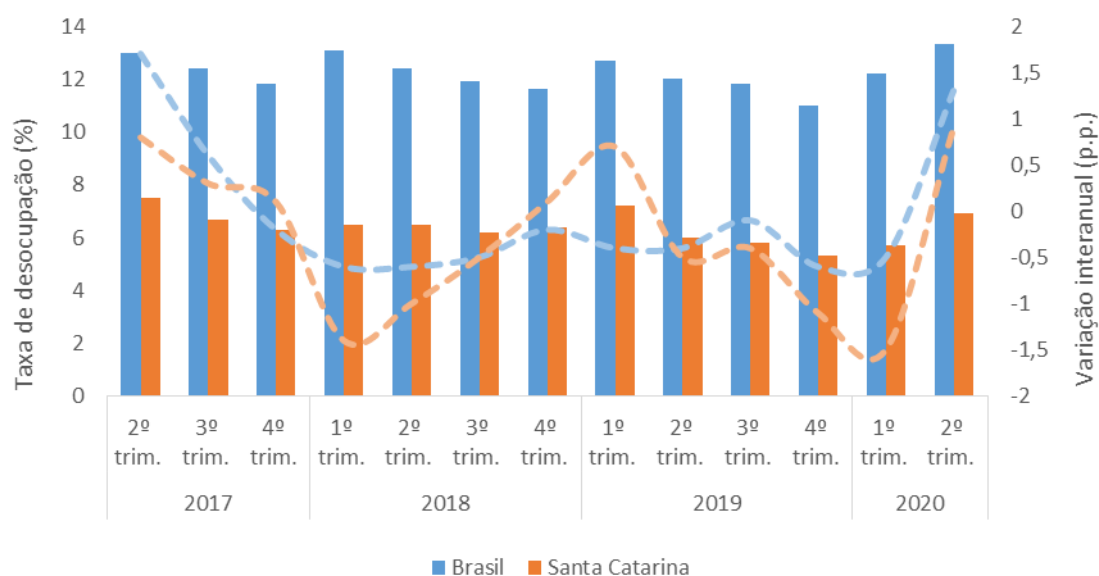
Já no 2º trimestre, a queda na taxa de participação foi mais intensa no Brasil (-5,7 p.p.), embora também tenha sido muito expressiva em Santa Catarina (-2,9 p.p.). Com isso, a proporção da população incorporada à força de trabalho atingiu sua mínima histórica em ambos os casos, sendo de 55,3% no país e 60,6% no estado. No conjunto do semestre, estima-se que cerca de 150 mil catarinenses e outros 10 milhões de brasileiros tenham saído do mercado de trabalho.

O comportamento desses indicadores é fundamental para compreender a dinâmica atípica da taxa de desocupação no período, conforme Figura 5. No 1º trimestre de 2020, o desemprego foi de 12,2% no Brasil e de 5,7% em Santa Catarina, o que corresponde a uma queda interanual em ambos os casos (-0,5 p.p. e -1,5 p.p., respectivamente). Particularmente no caso catarinense, essa queda mais robusta se explica pelo crescimento do emprego ao longo de 2019 e pela saída massiva da população da força de trabalho em março de 2020⁸.

⁸ A saída da força de trabalho conteve o crescimento da população em busca de emprego e, por consequência, a taxa de desocupação no período (HEINEN; MATTEI, 2020).

Já no trimestre compreendido entre abril e junho, a taxa de desocupação foi de 13,3% no Brasil e de 6,9% em Santa Catarina. Esse resultado faz com que o estado siga com o menor índice de desemprego dentre todas as unidades da federação, no entanto já representa um crescimento de 0,9 p.p. com relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 5 – Taxa de desocupação no Brasil e em Santa Catarina (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Além do indicador de desocupação, outras dimensões da corrente deterioração do mercado de trabalho podem ser observadas por meio das demais medidas de subutilização da força de trabalho⁹. Conforme os dados contidos na Figura 6, a taxa composta de subutilização da força de trabalho manteve-se em patamares muito elevados, contudo praticamente estáveis nos últimos anos¹⁰.

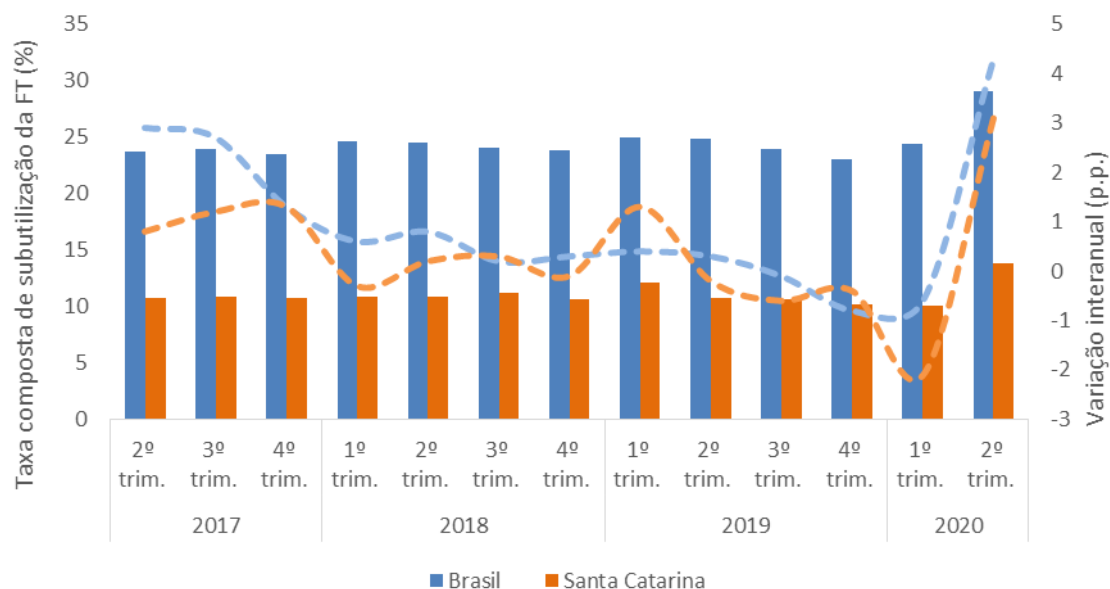
No 1º trimestre de 2020, subutilização ficou em 24,4% no Brasil e 10% em Santa Catarina, correspondendo a uma queda interanual de 0,6 p.p. e 2,1 p.p., respectivamente. No caso estadual, esse resultado também se explica pelas pessoas que deixaram o mercado de trabalho, com destaque para os subocupados. Por tenderem a ocupar postos de trabalhos mais flexíveis, grande parte destes trabalhadores estiveram entre os primeiros

⁹ A força de trabalho subutilizada é composta pelos desocupados, pela força de trabalho potencial (pessoas que desejariam estar trabalhando, mas que não procuram emprego ou não puderam assumir) e pelos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (pessoas que têm jornadas de trabalho inferiores a 40 horas semanais e necessitariam trabalhar mais horas). Para mais detalhes, cf. MATTEI; HEINEN (2019).

¹⁰ Em 2014, essa taxa era de aproximadamente 5% em Santa Catarina e 15% no Brasil. Após elevar-se enormemente até 2017, a subutilização ficou estagnada nos anos seguintes, principalmente por causa da transição dos desocupados para a população subocupada e para a força de trabalho potencial.

a serem demitidos (no caso dos empregados) ou a terem seus trabalhos inviabilizados (no caso dos autônomos) com a chegada da pandemia¹¹.

Figura 6 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (2017-2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

No 2º trimestre de 2020, a taxa de subutilização já bateu os 29,1% no Brasil, avançando 4,3 p.p. com relação ao mesmo período do ano anterior. Em Santa Catarina, essa taxa atingiu os 13,8%, com crescimento interanual de 3,1 p.p. O principal determinante para esse resultado foi o crescimento inédito da força de trabalho potencial, que passou a abranger 183 mil catarinenses. Com relação ao trimestre anterior, houve um aumento em 85 mil pessoas na força de trabalho potencial, sendo que 23 mil delas passaram à condição de desalento (não procuraram trabalho por julgarem que não encontrariam). Com isso, o total de desalentados no estado subiu para 54 mil. No conjunto do país, a força de trabalho potencial aumentou em 5,2 milhões de pessoas e o desalento em 913 mil somente entre abril e junho de 2020.

¹¹ Os microdados da PNADC/T (2020) indicam que os subocupados representaram cerca de 1/3 dos trabalhadores que saíram da força de trabalho no 1º trimestre. Desse total, 33% eram trabalhadores por conta própria, 21,6% eram empregados no setor privado sem carteira de trabalho e outros 17,7% sem carteira.

3. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS DE TRABALHO PERDIDOS NO 2º TRIMESTRE DE 2020 EM SANTA CATARINA¹²

O 2º trimestre de 2020 compreende a fase mais aguda dos impactos da crise associada à Covid-19 sobre o mercado de trabalho catarinense, marcada por uma queda inédita na população ocupada. Nesta seção, trataremos de caracterizar os postos de trabalho perdidos nesse período, no intuito de destacar os segmentos sociais mais atingidos. Essa caracterização será feita a partir dos indicadores de setor de atividade econômica; posição na ocupação e categoria do emprego; sexo; e cor/raça dos trabalhadores.

3.1. Setor de atividade econômica

O setor mais afetado pela pandemia da Covid-19 em Santa Catarina foi o de serviços. Nele se encontram os quatro grupamentos que registraram as taxas de crescimento mais negativas no 2º trimestre de 2020: Artes, cultura, esporte e recreação (-25,3%); Serviços pessoais (-22,3%); Serviços domésticos (-16,7%) e Alojamento e alimentação (-15,5%). Essas quedas estiveram associadas sobretudo à inviabilização dos serviços prestados às famílias em meio à pandemia, e resultaram no fechamento de 8 mil, 25 mil, 30 mil e 22 mil postos de trabalho, respectivamente. Somando esses saldos, temos cerca da metade das ocupações perdidas entre abril e junho de 2020 (Tabela 1).

Outro setor fortemente afetado pela pandemia foi o da construção, que sofreu queda de 12,6%, com destaque para os serviços especializados para construção (eletricistas, encanadores, pintores, etc.). Em termos absolutos, esse setor teve o segundo pior saldo (-30 mil vagas), ficando atrás apenas da Indústria de transformação.

A Indústria de transformação perdeu 38 mil ocupações entre abril e junho de 2020, com variação de -4,8%. Com isso, já foram fechados aproximadamente 75 mil postos de trabalho no setor desde o início do ano. Esse desempenho foi puxado pelas demissões nas indústrias metal-mecânica, têxtil, gráfica e de material plástico¹³. O

¹² A propósito de simplificação, nesta seção utilizaremos as séries originais da PNAD Contínua, sem ajustes sazonais. Com isso, pode haver divergências marginais com relação aos resultados expostos na seção 1.

¹³ Em análise aos impactos da pandemia sobre o emprego industrial, Marcatto e Torraca destacam que “os setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica [exceto *commodities* agrícolas] foram os que apresentaram queda mais significativa. A maior parte das ocupações industriais ameaçadas estão em setores intensivos em empregos de menor qualificação e menor remuneração, com baixa proteção social e menor capacidade de realizar uma recomposição entre redução de carga horária e destruição de postos de trabalho” (2020, p. 24). As projeções realizadas pelas autoras indicam que as ocupações perdidas na indústria têxtil se devem especialmente à queda no consumo das famílias. Já no caso das indústrias metal-mecânica e de material plástico, destaca-se também os impactos derivados da queda das exportações e dos investimentos das empresas.

resultado só não foi pior em razão do aumento da população ocupada por conta própria na confecção de artigos do vestuário e acessórios (máscaras, em grande medida) e pelas contratações nas indústrias química e alimentícia.

Tabela 1 – População ocupada por grupamento de atividade econômica (1º e 2º trimestre de 2020, mil pessoas)¹⁴.

	1º Trim.	2º Trim.	Saldo	Var. (%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	347	344	-3	-0,9
Indústria geral	815	787	-28	-3,4
Indústrias de transformação	784	746	-38	-4,8
Construção	235	205	-30	-12,6
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	651	629	-22	-3,4
Transporte, armazenagem e correio	162	162	0	-0,2
Alojamento e alimentação	145	122	-22	-15,5
Informação e comunicação	58	79	21	36,3
Atv. financeiras, imobiliárias, de seguros e serv. relacionados	77	71	-6	-7,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas	134	144	11	8,0
Atividades administrativas e serviços complementares	123	116	-7	-5,5
Adm. pública, defesa e seg. social; educação; saúde e serv. sociais	523	535	13	2,4
Artes, cultura, esporte e recreação	32	24	-8	-25,3
Outras atividades de serviços (serviços pessoais)	113	88	-25	-22,3
Serviços domésticos	180	150	-30	-16,7
	3.595	3.458	-137	-3,8

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

O grupamento de Comércio e reparação de veículos foi responsável pelo fechamento de 22 mil ocupações no 2º trimestre de 2020, apresentando queda de 3,4%. Em termos relativos, essa queda contrasta enormemente com o resultado nacional do setor, cuja variação foi de -12,3%. Além disso, também foram registradas variações negativas nas Atividades financeiras, imobiliárias, de seguros e serviços relacionados (-7,4%); e nas Atividades administrativas e serviços complementares (-5,5%). Já os setores agropecuário e de transportes foram menos afetados, apresentando saldos praticamente nulos.

Apenas três grupamentos apresentaram saldos positivos no período. O principal deles foi o das atividades de Informação e comunicação, que geraram 21 mil novas vagas, registrando crescimento da ordem de 36%. Essa expansão significativa se deve em grande medida à disseminação do regime de trabalho remoto no estado. E isso principalmente

¹⁴ Durante a pandemia o IBGE passou a coletar os dados da PNAD Contínua por telefone, o que elevou a taxa de não-resposta às entrevistas. Em razão disso, houve um aumento no coeficiente de variação e do intervalo de confiança dos indicadores, que, por isso, devem ser analisados com cautela. (IBGE, 2020b).

por duas razões: primeiro, pela facilidade relativa em adotar esse regime de trabalho no próprio setor; segundo, pelo aumento da demanda por tecnologias da informação e comunicação ocasionada pela reestruturação de empresas de outros setores. Essas mudanças também podem estar relacionadas com o desempenho das Atividades profissionais, científicas e técnicas, que apresentaram crescimento de 8%, com saldo de 11 mil postos de trabalho.

Embora em escala menor, ainda houve expansão no grupamento de Administração pública, defesa, seguridade social; educação; saúde humana e serviços sociais (2,4%, ou 13 mil ocupações). Nesse caso, o destaque ficou por conta das novas vagas geradas na administração pública¹⁵.

3.2. Posição na ocupação e categoria do emprego

Em linhas gerais, as demissões foram mais frequentes entre os trabalhadores que se encontravam em ocupações mais precárias, com destaque àqueles que não puderam realizar suas atividades a distância. Nesse sentido, observamos que os trabalhadores informais foram relativamente mais afetados, com retração média de 4,7% no 2º trimestre de 2020, face ao recuo de 3,3% nas ocupações formais (Tabela 2).

Tabela 2 – População ocupada por posição na ocupação e categoria do emprego (1º e 2º trimestre de 2020, mil pessoas).

	1º Trim.	2º Trim.	Saldo	Var. (%)
Empregado no setor privado - com carteira	1.736	1.647	-89	-5,1
Empregado no setor privado - sem carteira	218	174	-44	-20,2
Trabalhador doméstico - com carteira	71	59	-12	-16,9
Trabalhador doméstico - sem carteira	107	91	-16	-15,0
Empregado no setor público - com carteira	48	46	-2	-4,2
Empregado no setor público - sem carteira	48	49	1	2,1
Funcionário público estatutário ou militar	270	310	40	14,8
Empregador	205	192	-13	-6,3
Conta própria	822	818	-4	-0,5
Trabalhador familiar auxiliar	70	73	3	4,3
Total	3.595	3.458	-137	-3,8
<i>Proxy das ocupações formais</i>	<i>2.330</i>	<i>2.254</i>	<i>-76</i>	<i>-3,3</i>
<i>Proxy das ocupações informais</i>	<i>1.265</i>	<i>1.205</i>	<i>-60</i>	<i>-4,7</i>

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

¹⁵ Particularmente no caso desse grupamento, observamos uma discrepância considerável na comparação com os dados do Novo Caged (2020), onde seu saldo foi negativo no período.

A maior queda relativa foi registrada na categoria dos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, que perdeu cerca de 20% de seus postos de trabalho no trimestre, registrando saldo de -44 mil ocupações. Em seguida, aparecem os trabalhadores domésticos, com quedas expressivas tanto entre os empregados com carteira (-16,9%), como entre os sem carteira (-15%). Devido ao fechamento de um grande número de micro e pequenos estabelecimentos, a população ocupada como empregador recuou 6,3%.

Sendo a categoria mais expressiva do mercado de trabalho catarinense, o emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada foi responsável pela maior perda absoluta no 2º trimestre, com saldo de -88 mil ocupações. Com isso, sua taxa de crescimento foi de -5,1%, abaixo inclusive da média da população ocupada. A rigor, foram as ocupações no setor público que contribuíram para evitar uma queda ainda maior do emprego formal, em razão de contarem com maior estabilidade no emprego.

Já no caso dos trabalhadores por conta própria sem CNPJ, a queda foi de 11,7%. Esse resultado foi muito próximo à retração média do conjunto das ocupações informais, que ficou em 11,8% com relação ao trimestre anterior.

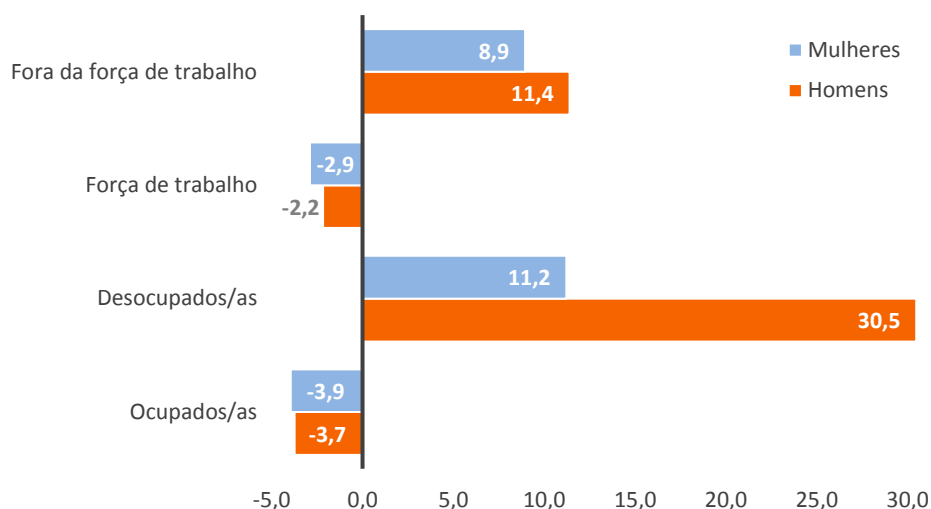
Essa discrepância entre as categorias revela a importância da formalização do emprego para a segurança social, em contraste com a falta de garantias de emprego e renda que tendem a acompanhar os trabalhos informais.

3.3. Sexo dos trabalhadores

Se por um lado as mulheres foram as mais afetadas pelas demissões no setor de serviço, por outro lado o volumoso fechamento de vagas na indústria e na construção atingiram principalmente os homens. Com isso, a queda nas ocupações foi praticamente proporcional entre os sexos, uma vez que a variação nos postos de trabalhos ocupados por mulheres foi negativa da ordem de 3,9%, enquanto nos ocupados por homens foi de -3,7% (Figura 7).

No entanto, diferenças importantes são reveladas por outros indicadores. Um exemplo disso é o fato de que a população desocupada masculina cresceu mais do que a feminina (30,5%, face a 11,2% entre as mulheres). Isso indica que, embora as demissões tenham incidido em mesma intensidade em ambos os sexos, os homens tiveram mais condições de realizar procura efetiva por trabalho. Essa dinâmica deve se refletir em um aumento da desigualdade entre os sexos no período de retomada das ocupações.

Figura 7 – Taxa de crescimento trimestral da força de trabalho por sexo e condição de ocupação (2º trimestre de 2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

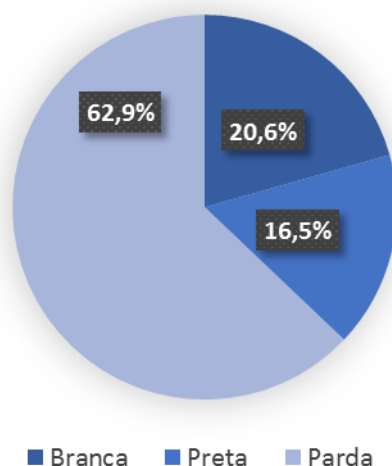
Em contraste, a saída do mercado de trabalho foi um movimento mais comum entre as mulheres, sobretudo em razão do agravamento das duplas jornadas de trabalho, associadas à sobrecarga de trabalho doméstico e ao fechamento de creches e escolas. Com isso, o número de mulheres fora da força de trabalho cresceu 11,4% no 2º trimestre de 2020, enquanto para os homens esse crescimento foi de 8,9%.

3.4. Cor ou raça

Ainda mais dramática foi a forma como a pandemia aprofundou as desigualdades raciais no mercado de trabalho catarinense. Embora representasse aproximadamente 18% no início de 2020 (Figura 8.1), a população negra concentrou cerca de $\frac{3}{4}$ de todos os postos de trabalho perdidos em Santa Catarina no 2º trimestre (Figura 8.2).

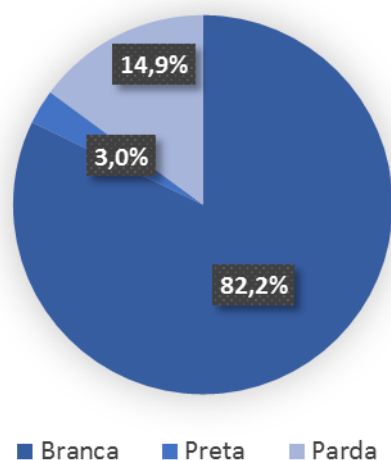
Particularmente no caso da população preta, cerca de uma em cada cinco pessoas perdeu sua ocupação no estado somente entre os meses de abril e junho de 2020. De forma semelhante, o desemprego também acometeu gravemente a população parda, para a qual a queda nas ocupações foi da ordem de 15%. Essa queda foi proporcionalmente bem inferior na população branca, que registrou variação negativa da ordem de 0,9%. Em termos absolutos, isso significou a perda de 80 mil postos de trabalho entre os pardos, 26 mil entre os brancos e 21 mil entre os pretos.

Figura 8.1 – Distribuição da população ocupada por cor/raça em Santa Catarina (1º trimestre de 2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Figura 8.2 – Distribuição dos postos de trabalho perdidos em Santa Catarina (segundo trimestre de 2020, em %).



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

4. IMPACTOS NOS RENDIMENTOS DO TRABALHO EM SANTA CATARINA

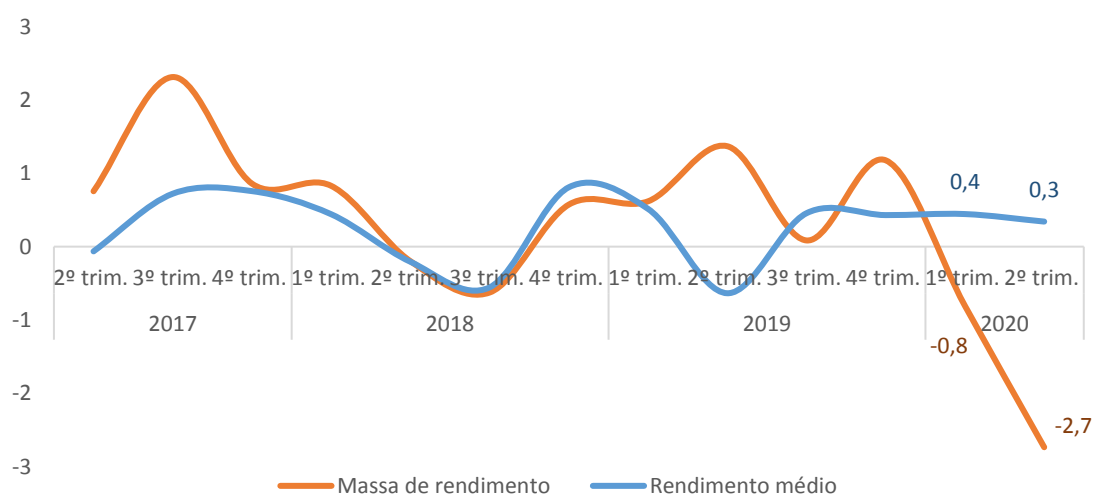
Do ponto de vista dos rendimentos, a situação do mercado de trabalho catarinense também já não era das melhores no período anterior à pandemia. Ao final de 2019, os rendimentos do trabalho no estado ainda se encontravam em patamares semelhantes aos registrados em 2014 (PNADC/T).

Com a crise associada à Covid-19, houve uma rápida elevação da população sem renda do trabalho, ao mesmo tempo em que os trabalhadores que conseguiram se manter ocupados viram seus rendimentos efetivos reduzidos. O número médio de horas

efetivamente trabalhadas em Santa Catarina durante o 2º trimestre de 2020 ficou 13% abaixo das jornadas habituais, o que foi acompanhado por reduções nos rendimentos, destacadamente aqueles de caráter variável, como no caso dos trabalhadores por conta própria. Embora tenham sido compensados por rendimentos de outras fontes (com destaque para o Auxílio Emergencial), essas perdas incidiram diretamente sobre o orçamento das famílias catarinenses, que tem no trabalho a fonte de cerca de 75% de sua renda total (PNADC/A, 2019).

De acordo com os dados contidos na Figura 9, a massa de rendimentos reais efetivamente recebida em todos os trabalhos em Santa Catarina caiu 2,7% no 2º trimestre de 2020, acumulando queda de 3,5% desde o início do ano, descontados os efeitos sazonais. No entanto, o rendimento real médio permaneceu praticamente inalterado no 2º trimestre (0,3%), apresentando inclusive um crescimento expressivo quando considerada sua medida habitual (4,7%)¹⁶.

Figura 9 – Taxa de crescimento trimestral do rendimento médio e da massa de rendimento real efetivamente recebidos em todos os trabalhos em Santa Catarina, série com ajustes (2017-2020, em %).



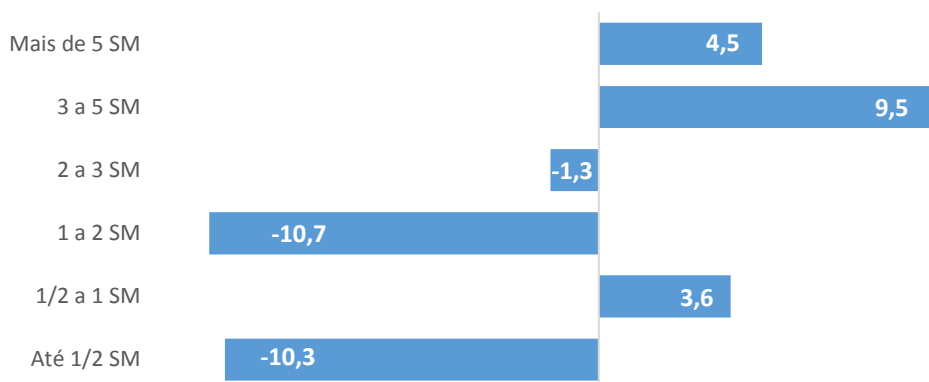
Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração própria.

A Figura 10 traz elementos que ajudam a explicar esse fenômeno. Por um lado, as classes de renda mais baixa foram as que mais perderam ocupações entre abril e junho de 2020, com destaque para as localizadas entre 1 e 2 salários mínimos (-10,7%) e de até

¹⁶ De acordo com a metodologia da PNADC, o rendimento habitual é o valor médio que o trabalhador normalmente receberia no período em sua ocupação atual, sem considerar descontos ou acréscimos esporádicos; já o rendimento efetivo diz respeito à remuneração de fato recebida no mês anterior à coleta, considerando descontos ou acréscimos extraordinários e/ou sazonais (IBGE, 2020a).

meio salário mínimo (-10,3%). Em grande medida, isso se deve ao fechamento de vagas entre os empregados sem carteira (tanto no setor público, quanto no privado), juntamente com a intensa queda nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria¹⁷.

Figura 10 – Taxa de crescimento trimestral da população ocupada por faixa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos, Santa Catarina (2º trimestre de 2020, em %).



Fonte: Microdados da PNADC/T (2020); Elaboração própria.

Por outro lado, houve crescimento das ocupações principalmente nas faixas de rendimentos superiores a 3 salários mínimos (9,5% até 5 salários mínimos, e 4,5% acima disso), basicamente em função das novas contratações de funcionários públicos e de trabalhadores nos serviços de informação e comunicação, que figuram entre as categorias melhor remuneradas do estado.

Ainda que a transição dos trabalhadores entre as classes de renda possa explicar parte desses resultados, o fato de eles estarem associados com uma redução significativa na massa salarial evidencia que a principal razão para o aumento do rendimento médio habitual no período foi que as demissões se concentraram nas classes de renda mais baixa.

Com isso, a desigualdade de renda, vista a partir da óptica dos rendimentos do trabalho, aumentou consideravelmente no período¹⁸. O índice de Gini da distribuição dos rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos em Santa Catarina subiu de 0,414 para 0,428 entre o 2º trimestre de 2019 e de 2020. Em que pese sua permanência

¹⁷ Além dos muitos trabalhadores por conta própria que tiveram suas ocupações inviabilizadas pela pandemia, os que permaneceram ocupados no 2º trimestre de 2020 trabalharam em média 17% menos horas do que habitualmente trabalhariam. Com isso, o rendimento efetivo desses trabalhadores ficou 13% abaixo do habitual.

¹⁸ De acordo com estudo publicado pelo IPEA, o aumento nos rendimentos de outras fontes (MP 936 e, principalmente, Auxílio Emergencial) tendem a compensar o aumento da desigualdade de renda provocado pela queda no nível de ocupação nos rendimentos do trabalho em geral (BARBOSA; PRATES, 2020).

em patamares muito inferiores à média nacional, esse é o maior índice de desigualdade já registrado no estado desde o início da série histórica da PNAD Contínua¹⁹.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou situar o mercado de trabalho catarinense diante da crise associada à pandemia da Covid-19. Essa crise incidiu sobre um cenário já bastante deteriorado, uma vez que o estado ainda não havia se recuperado completamente das perdas registradas entre 2015 e 2017. Assim, ainda que Santa Catarina conte com uma condição relativamente melhor que o restante do país, seu mercado de trabalho também foi fortemente atingido, sofrendo perdas sem precedentes na série histórica.

Embora os impactos da crise da Covid-19 sobre a economia catarinense tenham começado a aparecer basicamente a partir da segunda metade de março, eles rapidamente afetaram os principais indicadores do mercado de trabalho estadual. Ainda no 1º trimestre de 2020, a paralisação das atividades e a perda de perspectivas dos trabalhadores em encontrar emprego levaram a uma queda histórica da população na força de trabalho, que diminuiu em cerca de 100 mil pessoas. O mês de março também marcou o início do fechamento de postos de trabalho, que levou a uma queda da ordem de 1,6% na população ocupada no trimestre. Nesse contexto, os primeiros atingidos foram os trabalhadores que se encontravam em ocupações mais flexíveis, além de alguns segmentos da indústria.

O período entre abril e junho de 2020 compreende a fase mais aguda das demissões e dos afastamentos dos trabalhadores catarinenses de seus postos de trabalho. Nesse período, Santa Catarina perdeu cerca de 110 mil postos de trabalho, acumulando o fechamento de 164 mil vagas no semestre. Essa queda foi a maior da série histórica, incidindo em praticamente todos os setores da economia estadual.

À medida que a poupança das famílias foi se deteriorando e as restrições à circulação de pessoas foram sendo eliminadas pelo Governo Estadual, parte desses trabalhadores voltou ao mercado de trabalho, agora na condição de desocupados. Com isso, houve um primeiro impacto desta perda histórica de empregos sobre a taxa de desocupação, que passou de 5,7% para 6,9% entre o 1º e o 2º trimestre de 2020.

O crescimento do desemprego só não foi maior devido ao crescimento inédito da força de trabalho potencial, que passou a abranger 183 mil catarinenses no trimestre

¹⁹ Em 2014 o índice de Gini dos rendimentos do trabalho em Santa Catarina era de 0,403, cerca de 6% abaixo do índice atual.

compreendido entre abril e junho de 2020. Dessa forma, a taxa de subutilização da força de trabalho estadual atingiu os 13,8% no período.

Os trabalhadores mais prejudicados no período foram os que realizavam atividades de serviços (destacadamente os prestados às famílias), os negros e os empregados informais. Nesse sentido, o nível de formalização do emprego foi um dos principais fatores que diferenciaram os impactos da crise da Covid-19 no Brasil e em Santa Catarina. Embora o mercado de trabalho catarinense tenha passado por um intenso processo de informalização ao longo dos últimos anos, o maior acesso dos trabalhadores aos direitos trabalhistas e à rede de benefícios sociais contribuiu enormemente para reduzir os impactos da crise sobre o estado.

Com a queda da população ocupada e a redução no número de horas trabalhadas, os rendimentos do trabalho também foram comprimidos. Ao longo de todo o 1º semestre de 2020, as demissões concentraram-se nas faixas salariais mais baixas, provocando uma aceleração dos índices de desigualdade de renda no estado. O comportamento desse indicador revela graves problemas para o mercado de trabalho catarinense, especialmente tendo em vista a redução do valor do programa de Auxílio Emergencial do Governo Federal e seu término previsto para o final de 2020.

Nos períodos seguintes, a tendência é que o nível de atividade econômica estadual volte lentamente aos patamares prévios à pandemia. Esse processo deve ser acompanhado por uma retomada na taxa de participação na força de trabalho, cujos impactos sobre a taxa de desocupação dependerão do nível de reincorporação dos trabalhadores demitidos ou afastados na fase mais aguda da crise.

Ainda que a retomada das ocupações perdidas compense o aumento da procura por trabalho, a queda nos rendimentos das famílias e os movimentos de quebra e reestruturação das empresas devem deixar rastros permanentes sobre o mercado de trabalho catarinense. Sem a perspectiva de uma recuperação vigorosa dos investimentos, as novas ocupações geradas tendem a concentrar-se em categorias informais, com elevados índices de subocupação. Nesse cenário, a recomposição das taxas de lucro dependerá da compressão salarial e da intensificação do trabalho, com efeitos mais graves sobretudo para os trabalhadores inseridos em ocupações mais precárias.

REFERÊNCIAS

BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas: retroposição da PNAD contínua de 1976 a 2016. In: **Textos para Discussão**, São Paulo: FGV, nº 522, fev/2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y66y2dwc>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BARBOSA, R. J.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. In: IPEA, **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, n. 69, v. 26, jul/2020, p. 65-80.

Disponível em:

<www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_bmt%2069_web.PDF>. Acesso em: 27 out. 2020.

HECKSHER, Marcos. **Cinco meses de perdas de empregos e simulação de um incentivo a contratações**. Nota Técnica nº 87, DISOC/IPEA, ago/2020. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200828_nt_disoc_n_87.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

HEINEN, Vicente Loeblein. Quatro meses da MP 936: Balanço dos impactos no mercado de trabalho catarinense. In: **Textos para Discussão**, Necat/UFSC, 2020. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/textos-para-discussao>>. Acesso em: 09 set. 2020.

HEINEN, V. L.; MATTEI, L. **Primeiros impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho catarinense**, 2020. Disponível em: <necat.ufsc.br/primeiros-impactos-da-crise-da-covid-19-no-mercado-de-trabalho-catarinense/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNADC: Notas técnicas versão 1.8**. 2020a. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Informações referentes à divulgação dos dados do 2º trimestre de 2020**, Nota técnica. 2020b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3nzslpz>>. Acesso em: 27 out. 2020.

MARCATO, M. B.; TORRACA, J. (Coord.). Impactos da COVID-19 na indústria de transformação do Brasil. In: **Textos para Discussão**, IE/UFRJ, n. 19, 2020. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>>. Acesso em: 28 out. 2020.

MATTEI, L.; DOURADO, D. A. A COVID-19 em Santa Catarina: Interpretando o estudo do Imperial College e Londres. In: **Textos para Discussão**, Necat/UFSC, 2020. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/textos-para-discussao>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. In: XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019, Vitória/ES. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política**. Niterói/RJ: SEP, 2019. Disponível em: <sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao4.Mesas31_40/Mesa35/352.pdf>.

NOVO CAGED. **Painel de informações do Novo Caged**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3gzBiDb>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PNADC/A – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. **Rendimento de todas as fontes** [IBGE]. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=27257&t=resultados>>. Acesso em: 17 out. 2020.

PNADC/T – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral** [IBGE]. 2020. Disponível em: <<sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.

PNAD COVID-19 – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19** [IBGE]. 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 2 out. 2020.

Recebido em 31 de outubro de 2020 e aceito em 19 de novembro de 2020.

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ATÉ SETEMBRO DE 2020

*Lauro Mattei**

*Vicente Loeblein Heinen***

*Maria Eduarda Munaro****

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar os impactos da Covid-19 no mercado formal de trabalho de Santa Catarina em 2020 à luz do comportamento do emprego formal no país. Para tanto, foram utilizadas informações do Novo Caged, separadas em três períodos distintos: antes do início da pandemia, durante a fase aguda da pandemia e no período de recuperação das atividades econômicas. Esses dados foram analisados a partir dos seguintes quesitos qualitativos: grupamentos de atividades, sexo, faixa etária e grupamento ocupacional dos trabalhadores. As principais conclusões indicam que, tanto no Brasil como em Santa Catarina, os setores mais afetados foram os de comércio; alojamento e alimentação; transportes, armazenagem de cargas e correios; e serviços administrativos, enquanto o setor da indústria de transformação, que havia sido fortemente afetado na fase aguda da pandemia, apresentou o melhor desempenho na retomada das atividades econômicas. Além disso, as mulheres foram as mais afetadas durante a pandemia, sendo também as mais prejudicadas no período de recuperação, quando a maior parte das vagas foi destinada aos homens. Finalmente, o emprego dos jovens foi mais afetado durante a fase mais aguda da pandemia, porém recuperado no período de retomada das atividades, enquanto as pessoas mais idosas sofreram maiores restrições para permanecer no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Brasil; Santa Catarina; Covid-19; mercado formal de trabalho

THE COVID-19 IMPACTS ABOVE FORMAL LABOR MARKET OF SANTA CATARINA STATE UNTIL SEPTEMBER 2020

Abstract: The aim of this paper is to analyze the Covid-19 impacts above formal labor market in Santa Catarina State in 2020 in comparison with formal labor market behavior in the all country, explained by statistical data from Economy Ministry. These data were classified in three different periods: one before de beginning of pandemic, another during the pandemic, and other after the economic activities recovery. Moreover, the main quality information used was the activities groups, the workers gender, the age, and the occupation sectors. The main conclusions showed for both Brazil and Santa Catarina State that commerce, accommodation and foods, administrative services, transportations

* Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: vicenteheinen@gmail.com.

*** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: munaro19@gmail.com.

and mail sectors were the most affected. In the other side, the industry transformation sector had the better results after the economic activities recovery. Furthermore, the women were the groups more affected during the pandemic and also during the economic activities recovery because the most of occupation was allocated for the men. Finally, the young job was more affected during the pandemic and recovery very fast when the economic activities return to normal. In opposite situation were the old age people because they have more restrictions to continue in the formal labor market.

Keywords: Brazil; Santa Catarina State; Covid-19; formal labor market.

INTRODUÇÃO

Partindo da divisão do mercado de trabalho entre formal e informal, alguns autores definem o mercado formal de trabalho como um conjunto de relações contratuais de trabalho estabelecidas e regidas, em grande medida, por um conjunto de leis específicas (MATTOSO, 1999; CHAHAD, 1999). Além disso, o mercado formal também pode ser analisado à luz dos trabalhadores que possuem contratos legais e regulamentados para trabalhar, tanto no setor público como no privado, além de ter acesso aos direitos previdenciários, aos programas de proteção social e aos sistemas de aposentadorias (CACCIAMALI, 1999).

A crise econômica da década de 1980 deu início a um processo de redução do emprego formal, o qual foi fortemente ampliado na década de 1990 em função da política de estabilização e liberalização econômica adotada pelo país durante os governos FHC. Com isso, o nível de informalidade no país saltou de 36%, em 1986, para 59%, em 1999 (RAMOS, 2002).

Após duas décadas de redução da proporção dos trabalhadores que adentravam ao espaço ocupacional sem acesso a direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, no início do século XXI ocorreram importantes alterações no mercado de trabalho brasileiro. Com a formalização do mercado de trabalho, especialmente no período entre 2000-2014, houve um crescimento da renda real do trabalho, conjugada com redução das desigualdades de rendimentos (MATTOS, 2015). Segundo esse autor, para que tal comportamento ocorresse, foi decisivo o crescimento do PIB do país por vários anos seguidos.

Após esse período, o país ingressou em um novo processo de deterioração de seu mercado formal de trabalho, cujas características são muito semelhantes ao que foi observado na década de 1990. Nesse sentido, o processo atual é caracterizado por duas tendências básicas: o crescimento expressivo da informalidade e a degradação das condições de trabalho das próprias ocupações formais.

A primeira tendência está associada à queda no nível de atividade econômica (especialmente nos setores mais dinâmicos, que tendem a oferecer postos de trabalho mais qualificados), que se refletiu em uma redução na oferta de empregos formais e do patamar salarial desses postos de trabalho. Diante da dificuldade de se alocar no mercado formal de trabalho ou da insuficiência da remuneração obtida, uma massa de trabalhadores passa a assumir ocupações informais, seja para complementar sua renda ou mesmo para garantir uma fonte mínima de sobrevivência (CACCIAMALI, 1999).

Assim, a crise econômica nacional deflagrada em 2014 levou não somente à ascensão do desemprego, mas também ao crescimento acelerado da informalidade no país. Entre o início de 2014 e de 2020, o grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro caiu de 55,2% para 52,7%, puxado pela contração do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado e pela consequente expansão do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria (MATTEI; HEINEN, 2020).

A segunda tendência também está associada à crise econômica, entretanto se insere em um contexto histórico de desregulamentação do mercado de trabalho, que ganhou força nos últimos anos¹. Com as mudanças recentes na legislação trabalhista, o emprego formal no Brasil tem se tornado cada vez mais flexível, experimentando uma profunda redução de seu grau de proteção social (KREIN *et al*, 2018).

A tendência de ampliação da parcela dos trabalhadores que se encontram em ocupações com pouco ou nenhum nível de proteção social potencializou os efeitos negativos da pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. Apesar de terem sido solapados ao longo dos últimos anos, os direitos trabalhistas mínimos ainda garantidos aos celetistas certamente fizeram falta aos trabalhadores informais que perderam suas ocupações em meio à pandemia.

¹ A regulamentação do mercado de trabalho depende do “grau de organização política e social da nação e se apresenta como um conjunto de instituições públicas (estatais e civis) e normas legais que visam fornecer os parâmetros mínimos de demarcação e funcionamento do mercado de trabalho, notadamente no que diz respeito ao uso do trabalho (regulamentação das condições de contratação, demissão e da jornada de trabalho), sua remuneração (regulamentação das políticas e reajustes salariais em geral e do salário mínimo) e proteção ou assistência social aos ocupados e desempregados (regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, da política previdenciária, das práticas de formação e requalificação profissional, da ação sindical e da Justiça do Trabalho)” (CARDOSO JR, 2001, p. 34). Diversas mudanças na regulação das relações de trabalho têm levado à fragilização do emprego formal no Brasil desde 1980. Dentre as mais recentes, podemos destacar a Lei Complementar nº 128 de 2008 (que impulsionou relações de emprego disfarçada, transformando assalariados em pessoas jurídicas), a Lei nº 13.429 de 2017 (que estendeu a terceirização para atividades-fim), a reforma trabalhista de 2017 (que promoveu uma série de desfigurações na CLT) e a reforma da previdência de 2019 (que limitou enormemente o acesso à rede de benefícios sociais).

Particularmente no caso dos empregados informais, é importante salientar que a própria desproteção desses trabalhadores fez com que eles fossem mais facilmente demitidos. De acordo com as projeções realizadas por Barbosa, Costa e Hecksher (2020), a probabilidade de perda de emprego na fase inicial da pandemia foi de 8% entre os empregados com carteira assinada, chegando a cerca de 20% entre os empregados sem carteira.

Embora conte com um mercado de trabalho historicamente melhor estruturado em relação ao restante do país, Santa Catarina também foi fortemente atingida pelas tendências anteriormente mencionadas. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar os impactos da crise associada à Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho do brasileiro, em geral, e catarinense, em particular.

Para tanto, serão utilizadas as informações mensais do Novo Caged, disponibilizados pela Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (SEPrT/ME). Em razão das modificações na forma de captação e de divulgação dos dados do Caged, houve uma perda significativa na quantidade de variáveis e no grau de desagregação das informações disponíveis ao público². Assim, as variáveis utilizadas neste trabalho resumem-se à distribuição dos vínculos formais de trabalho por setor de atividade econômica, por sexo e faixa etária dos trabalhadores e por grupamento ocupacional. A análise compreende o período entre janeiro e setembro de 2020, cujos dados estão disponíveis no Painel de Informações do Novo Caged.

Além desta seção introdutória, o artigo conta com mais quatro seções. A primeira compara a evolução do emprego formal no Brasil e em Santa Catarina, enquanto a segunda analisa o comportamento do mercado formal de trabalho no conjunto do país, a partir dos indicadores selecionados. A terceira seção situa o estado nesse cenário, incluindo uma análise sobre os municípios mais atingidos durante a pandemia. Por fim, a quarta seção apresenta as conclusões do estudo.

1. A DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A crise associada à pandemia da Covid-19 provocou uma acelerada perda de ocupações no Brasil, com impactos em todas as unidades da federação. Para dimensionar esse impacto sobre o emprego formal, a Tabela 1 apresenta a evolução mensal do estoque,

² A apresentação dessas mudanças pode ser conferida em SERrT (2020). Para uma análise das implicações da substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial para as estatísticas do emprego formal, ver Almeida *et al* (2020).

das admissões, dos desligamentos e do saldo de vínculos formais de trabalho no Brasil e Santa Catarina entre janeiro e setembro de 2020.

Tabela 1 – Evolução mensal de estoque, admissões, desligamentos e saldo – série com ajustes (Brasil e Santa Catarina, janeiro a setembro de 2020).

	Brasil				Santa Catarina			
	Estoque	Admissões	Deslig.	Saldo	Estoque	Admissões	Deslig.	Saldo
jan/20	38.924.991	1.492.991	1.378.783	114.208	2.108.652	115.921	86.732	29.189
fev/20	39.149.418	1.593.985	1.369.558	224.427	2.129.298	114.499	93.853	20.646
mar/20	38.881.356	1.438.693	1.706.755	-268.062	2.121.322	90.823	98.799	-7.976
abr/20	37.941.693	642.781	1.582.444	-939.663	2.043.827	34.716	112.211	-77.495
mai/20	37.579.431	741.281	1.103.543	-362.262	2.019.559	47.553	71.821	-24.268
jun/20	37.554.890	931.986	956.527	-24.541	2.022.567	61.405	58.397	3.008
jul/20	37.694.602	1.131.473	991.761	139.712	2.037.396	78.311	63.482	14.829
ago/20	37.938.622	1.264.634	1.020.614	244.020	2.055.557	87.587	69.426	18.161
set/20	38.252.186	1.379.509	1.065.945	313.564	2.080.384	99.188	74.361	24.827
Acumulado	-1,4%	10.617.333	11.175.930	-558.597	0,0%	730.003	729.082	921

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Considerando-se o saldo acumulado no ano, nota-se que o Brasil apresentou uma queda de 558.597 vínculos, enquanto Santa Catarina apresentou um acréscimo de 921 vínculos formais de trabalho. No período anterior à pandemia, tanto o mercado formal de trabalho nacional quanto o estadual, registraram saldos positivos, seguindo a tendência sazonal de aumento das contratações nos primeiros meses do ano. Assim, o Brasil apresentou saldo de 115.368 vínculos em janeiro e de 226.815 vínculos em fevereiro, acumulando variação relativa de 0,9%. No mesmo período, Santa Catarina apresentou saldos de 29.207 e 20.761, respectivamente, com crescimento acumulado de 2,4%, percentual que revelava uma situação bem mais confortável no estado em relação ao conjunto do país.

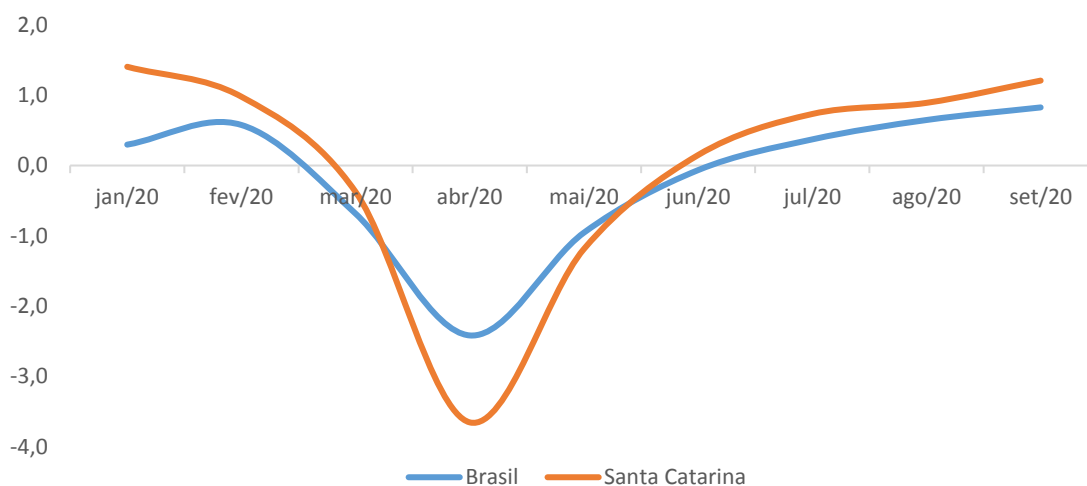
Passados esses dois meses tornaram-se visíveis os graves impactos da pandemia sobre o emprego formal. Ambas as esferas apresentaram saldos negativos entre março e maio, período em que o país perdeu 1.569.948 postos formais de trabalho, sendo 109.214 deles localizados em Santa Catarina. Essa queda representou a perda de 4% de todos os empregos formais do país e 5,2% no caso particular do estado catarinense.

A queda no estoque de empregos no estado de Santa Catarina cessou no mês de junho, enquanto no Brasil a mesma só ocorreu em julho. Deste mês até setembro, foram recuperadas 672.828 vagas no Brasil e 60.825 em Santa Catarina, correspondendo,

respectivamente, a 43% e 56% dos postos formais de trabalho perdidos no período anterior. Com isso, nota-se que entre os meses de julho e setembro o estoque de empregos formais cresceu 1,8% no país e 3% no estado catarinense. Assim, no mês de setembro de 2020 o mercado formal de trabalho catarinense conseguiu retornar aos patamares do final de 2019, porém acumulando uma variação praticamente nula no estoque de postos formais de trabalho. Já no caso do Brasil, a variação ainda continuava negativa ao final da série, com queda da ordem de 1,4%.

De uma maneira geral, Santa Catarina seguiu as tendências nacionais, como podemos observar a partir dos dados contidos no Gráfico 1, muito embora seja necessário ressaltar alguns pontos específicos desse comportamento. Por um lado, verifica-se que Santa Catarina apresentou queda mais acelerada no período correspondente à retração do emprego formal e, por outro, uma retomada mais acelerada no período entre os meses de junho a setembro. Parte desse comportamento se justifica pelo fato de que, tanto as medidas de isolamento social como sua posterior flexibilização começaram antes em Santa Catarina, com relação ao restante do país (HEINEN; MATTEI, 2020).

Gráfico 1 – Variação relativa do estoque de vínculos formais de trabalho – série com ajustes (%), Brasil e Santa Catarina, janeiro a setembro de 2020).



Fonte: NOVO CAGED (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Em função desses movimentos, neste artigo recorreremos a três períodos distintos para compreender os impactos associados à pandemia da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho catarinense. O primeiro considera o acumulado referente aos meses de janeiro e fevereiro, sendo o período pré-pandemia. O segundo considera o acumulado entre os meses de março a maio, correspondente ao período de maior retração do emprego

formal. Por fim, o terceiro considera o acumulado referente aos meses de junho a setembro, período de início de recuperação dos postos de trabalho perdidos.

2. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL SEGUNDO ALGUNS INDICADORES

Para compreender as principais características desse processo, esta seção analisa o comportamento do emprego formal no Brasil nos três períodos compreendidos entre janeiro e setembro de 2020, a partir dos indicadores de setor de atividade econômica, sexo, faixa etária e grupamento de ocupação dos trabalhadores.

A Tabela 2 apresenta os saldos do emprego formal no período, por grupamento de atividade econômica. Em razão das características da crise associada à pandemia, os setores mais atingidos foram aqueles relacionados aos serviços prestados às famílias, que exigem maior contato físico entre as pessoas. Essas características se sobressaem, especialmente no setor de serviços de alojamento e alimentação, que apresentou os piores resultados no acumulado do ano, tendo fechado 347.792 vagas, o que corresponde a 17,5% de todos os postos formais de trabalho desse grupamento. Além dos serviços de alojamento e alimentação terem sido fortemente atingidos entre março e maio de 2020, quando fecharam 291.440 vagas, eles não apresentaram recuperação no terceiro período, tendo queda de 75.583 empregos formais entre junho e setembro.

O comércio é o setor mais expressivo do mercado formal de trabalho brasileiro, concentrando 24% de todos os seus vínculos ao final de 2019. Ao ser diretamente afetado pelas medidas de restrição à circulação de pessoas e pela queda na renda das famílias, esse setor fechou 345.677 mil postos formais de trabalho desde janeiro, registrando o segundo pior saldo dentre todos os setores. Em termos relativos, houve uma queda da ordem de 3,7% em seu estoque de empregos formais no acumulado do ano. Essa queda se explica principalmente pelo saldo do setor no período mais agudo da crise (março a maio), quando foram fechadas 430.247 vagas (majoritariamente localizadas no comércio varejista), e, em menor medida, por seu desempenho nos dois primeiros meses do ano, quando já havia perdido 39.061 vínculos. Entre junho e setembro de 2020, o comércio recuperou 123.631 vagas, o que equivale a cerca de $\frac{1}{4}$ dos postos de trabalho perdidos nos períodos anteriores.

Tabela 2 – Saldo por grupamento de atividade econômica (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Estoque/2019	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado	Var. (%)
Agropecuária	1.487.079	20.218	2.865	79.384	102.467	6,9
Comércio	9.317.359	-39.061	-430.247	123.631	-345.677	-3,7
Construção	2.166.925	60.166	-112.172	154.114	102.108	4,7
Água e saneamento	329.765	2.541	-5.098	1188	-1.369	-0,4
Eletricidade e gás	125.966	-39	207	-16	152	0,1
Indústrias de transformação	6.840.134	96.099	-343.454	246.401	-954	0,0
Indústrias extrativas	213.892	1.415	-1.990	3.435	2.860	1,3
Administração pública, defesa e seguridade social	812.900	10.873	3.830	-1.275	13.428	1,7
Educação	1.800.832	63.733	-32.841	-58.247	-27.355	-1,5
Saúde humana e serviços sociais	2.369.688	16.256	14.584	47.857	78.697	3,3
Alojamento e alimentação	1.989.525	19.231	-291.440	-75.583	-347.792	-17,5
Atividades administrativas e serviços complementares	4.536.926	28.337	-157.116	116.789	-11.990	-0,3
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	920.280	3.713	-7.383	1.505	-2.165	-0,2
Atividades imobiliárias	159.479	2.335	-5.274	2.526	-413	-0,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.128.026	18.840	-36.055	26.483	9.268	0,8
Informação e comunicação	873.114	9.162	-19.806	20.747	10.103	1,2
Outros serviços	1.351.351	17.121	-58.788	-12.577	-54.244	-4,0
Serviços domésticos	3.624	9	-70	50	-11	-0,3
Transporte, armazenagem e correio	2.382.758	7.718	-89.700	-3.584	-85.566	-3,6
Total	38.809.623	338.667	-1.569.948	672.828	-558.597	-1,4

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

A terceira maior queda absoluta no acumulado foi a de transporte, armazenagem e correio, que perdeu 85.566 vínculos, acumulando variação de -3,6%. Esse resultado se deve, principalmente, às demissões no transporte rodoviário coletivo de passageiros, cujas atividades foram reduzidas em razão do risco iminente de aglomerações. Com isso, o setor ainda não logrou recuperar as 89.700 vagas perdidas entre março e maio.

Além desses casos, há dois setores cujo saldo acumulado no ano permanece negativo em razão da manutenção da trajetória de queda no terceiro período considerado. O primeiro deles é classificado como “outros serviços”, que reúne basicamente atividades culturais, de organizações associativas e de serviços pessoais e que perdeu 54.244 mil postos formais de trabalho desde o início do ano, registrando queda de 4% no estoque de empregos. O segundo é o setor da educação, que encerrou 27.355 vínculos entre janeiro e setembro, apresentando saldo negativo (-58.247) particularmente a partir de junho.

Em outros setores, a acentuada queda do emprego observada entre março e maio foi compensada pelos saldos nos demais períodos, fazendo com que eles retornassem a patamares semelhantes aos do ano anterior. Nesse grupo, encontram-se as indústrias de

transformação, os serviços industriais de utilidade pública e as atividades administrativas, financeiras, imobiliárias, profissionais, científicas e técnicas, cujas variações no estoque de empregos formais foram praticamente nulas no acumulado do ano.

Dentre esses casos, vale destaque o setor de indústrias de transformação, que representa aproximadamente 17% dos empregos formais do país. Após registrar saldo positivo nos dois primeiros meses do ano, esse setor apresentou uma profunda queda no segundo período, quando perdeu 343.454 postos formais de trabalho, sobretudo nos segmentos têxtil-vestuário e calçadista. Entre junho e setembro, o saldo desse setor foi de 246.401 vagas, representando a recuperação de cerca de 70% dos empregos perdidos no período mais agudo da crise.

Já entre os setores que apresentaram crescimento no acumulado do ano, o destaque ficou por conta da agropecuária (6,9%), da construção (4,7%) e da saúde e serviços sociais (3,3%). No primeiro caso, o desempenho se explica pelo fato de que o setor primário praticamente não teve suas atividades paralisadas durante a pandemia, além de ter sido impulsionada pela maior demanda (em grande medida externa) por alimentos. Assim, a agropecuária gerou 102.467 empregos formais desde o começo do ano, sendo este um resultado bastante atípico para o setor, que tende a empregar pouca mão-de-obra com registro.

Assim como a indústria de transformação, a construção também foi fortemente afetada nos primeiros meses da pandemia, tendo fechado 112.172 vínculos formais de trabalho entre março e maio. No entanto, a retomada desse setor foi muito mais robusta no período seguinte, quando gerou 154.114 vagas. Somente entre junho e setembro, o estoque de empregos do setor cresceu 13%, com destaque para as obras de infraestrutura³. Com isso, a construção acumulou saldo de 102.108 vínculos desde o início de 2020.

O crescimento do emprego formal nas áreas da saúde e da assistência social tem clara relação com a contenção da pandemia e seus efeitos sobre a população. Assim, esse grupamento seguiu sua trajetória de crescimento mesmo durante a pandemia, criando vagas, sobretudo entre junho e setembro. No acumulado do ano, seu saldo foi de 78.697 postos formais de trabalho.

³ Esse desempenho pode estar associado à aproximação das eleições municipais, quando as obras urbanas tendem a crescer aceleradamente.

Por fim, os setores de administração pública, defesa e seguridade social (1,7%), indústria extrativa (1,3%) e serviços de informação e comunicação (1,2%) foram pouco afetados pela crise associada à pandemia, acumulando saldos levemente positivos no ano.

A Tabela 3 apresenta a distribuição do saldo de empregos formais por sexo no Brasil entre janeiro e setembro de 2020. No período pré-pandemia, foram gerados 201.057 vínculos masculinos e 137.578 femininos. Nos primeiros meses da pandemia, ambos os sexos apresentaram quedas semelhantes, com perda de 867.206 vagas entre os homens e 702.781 entre as mulheres. No entanto, o mesmo não ocorreu no terceiro período, quando foram recuperados 558.514 postos formais de trabalho ocupados por homens, mas apenas 114.241 ocupados por mulheres. Com isso, o saldo de empregos formais perdidos pelas mulheres (-450.962) foi quatro vezes maior que o dos homens (-107.635) no acumulado do ano. Esse resultado pode estar associado à sobrecarga das mulheres com afazeres domésticos, sobretudo tendo em vista o fechamento de creches e escolas (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

Tabela 3 – Saldo por sexo (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Homens	201.057	-867.206	558.514	-107.635
Mulheres	137.578	-702.781	114.241	-450.962
Total	338.635	-1.569.987	672.755	-558.597

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

A Tabela 4 apresenta o saldo de empregos formais por faixa etária no Brasil. No período pré-pandemia, a maioria das faixas apresentou saldos positivos, com destaque para a faixa etária de 18 a 24 anos, que concentrou cerca da metade das novas vagas do período. As únicas faixas que apresentaram queda no período foram as de 50 a 64 anos (-18.555) e 65 anos ou mais (-9.948).

No período entre março e maio, os mais prejudicados foram os trabalhadores na faixa de 30 a 39 anos (-449.557), seguidos pelos jovens de 18 a 24 anos (-301.670). O único saldo positivo do período ficou por conta dos menores de idade (-9.787).

Já no terceiro período, se observa que a retomada foi mais robusta em relação aos trabalhadores mais jovens, uma vez que o melhor desempenho ocorreu na faixa entre 18 e 24 anos (430.388), seguido pela de 25 a 29 anos (141.143) e de 30 a 39 anos (131.820). Por outro lado, os trabalhadores mais idosos seguem sendo os mais prejudicados,

principalmente na faixa de 50 a 64 anos, que perdeu 106.541 postos formais de trabalho entre junho e setembro de 2020. Assim, essa faixa etária também apresentou o pior saldo no acumulado do ano (-365.706). Em parte, esse comportamento pode estar associado à menor capacidade dos trabalhadores mais idosos em se adaptar a nova realidade do mundo do trabalho, uma vez que o teletrabalho cresceu enormemente no período. Além disso, o fator população de risco pode ter contribuído para essa menor alocação das pessoas com idade mais avançada⁴.

Tabela 4 – Saldo por faixa etária (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Até 17 anos	61.782	9.787	80.320	151.889
18 a 24 anos	174.225	-301.670	430.388	302.943
25 a 29 anos	42.307	-271.129	141.143	-87.679
30 a 39 anos	57.264	-449.557	131.820	-260.473
40 a 49 anos	31.560	-283.796	25.151	-227.085
50 a 64 anos	-18.555	-240.610	-106.541	-365.706
65 anos ou mais	-9.948	-33.012	-29.526	-72.486
Total	338.635	-1.569.987	672.755	-558.597

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

A Tabela 5 apresenta a evolução do emprego formal por grupamento ocupacional no Brasil. No acumulado do ano, o pior resultado foi o do grupamento de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, que perderam 586.401 vínculos. Esse resultado se deve, sobretudo, às perdas registradas entre março e maio, associadas, em grande medida, ao desempenho do setor de comércio varejista e dos serviços de alojamento e alimentação.

Além desse grupamento, também houve queda significativa no acumulado do ano entre os trabalhadores de serviços administrativos (-178.343 vínculos) e os membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes (-64.718). A diferença entre esses dois grupamentos é que o impacto sobre o primeiro se concentrou mais entre março e maio, enquanto o segundo acumulou perdas em todos os períodos considerados entre janeiro e setembro de 2020.

⁴ Cf. O GLOBO. Desemprego entre idosos: com risco à saúde e exclusão digital, pandemia agrava situação dos maiores de 60 anos, 18 out. 2020. Disponível em: <oglobo.globo.com/economia/2020/10/18/2270-desemprego-entre-idosos-com-risco-saude-exclusao-digital-pandemia-agrava-situacao-dos-maiores-de-60-anos>.

O melhor resultado foi aquele verificado com os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que acumularam 151.552 novos vínculos. Esse desempenho se deve à forte recuperação desse grupamento entre junho e setembro, quando foram retomadas praticamente todas as vagas perdidas no período anterior (cerca de 450 mil vínculos).

Tabela 5 – Saldo por grupamento ocupacional (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	13.466	-34.362	9865	-11.031
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	158.817	-459.494	452.229	151.552
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	5.640	-9.669	100.087	96.058
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	20.727	-602.769	-4.359	-586.401
Trabalhadores de serviços administrativos	37.667	-317.235	101.225	-178.343
Técnicos de nível médio	50.152	-81.961	33.985	2.176
Profissionais das ciências e das artes	60.064	-16.422	-5.540	38.102
Membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	-7.912	-47.975	-8.831	-64.718
Não identificado	14	-100	-5.906	-5.992
Total	338.635	-1.569.987	672.755	-558.597

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Além disso, também vale destacar o crescimento do grupamento dos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, com saldo de 96.058 vínculos no acumulado do ano. Nos demais grupamentos, os saldos foram pouco expressivos, indicando uma lenta retomada dos empregos formais perdidos no período mais agudo da crise.

3. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA SEGUNDO ALGUNS INDICADORES

A Tabela 6 apresenta os saldos do emprego formal por grupamento de atividade econômica em Santa Catarina entre janeiro e setembro de 2020. O setor mais atingido no conjunto do período foi o de serviços de alojamento e alimentação, que perdeu 20.733 postos formais de trabalho, registrando retração de 21,2% e sendo o pior desempenho dentre todos os setores. No primeiro período (janeiro e fevereiro), seu saldo acumulado foi de 823 vínculos. Já no segundo período (março a maio), o setor teve saldo negativo de 17.388 vínculos, resultado negativo que voltou a ocorrer no terceiro período (junho a setembro), quando os serviços de alojamento e alimentação apresentaram nova queda de

4.168 vínculos. Tal comportamento resultou numa perda acumulada no período considerado de mais de 20 mil vínculos formais de trabalho.

Tabela 6 – Saldo por grupamento de atividade econômica (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Estoque/2019	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado	Var. (%)
Agropecuária	40.224	2.785	-3.127	130	-212	-0,5
Comércio	464.306	-2.587	-23.238	8.618	-17.207	-3,7
Construção	100.938	4.795	-4.447	4.265	4.613	4,6
Água e saneamento	15.970	140	-378	54	-184	-1,2
Eletricidade e gás	7.499	54	-42	-18	-6	-0,1
Indústrias de transformação	660.548	26.254	-41.263	32.691	17.682	2,7
Indústrias extrativas	6.997	62	-48	60	74	1,1
Administração pública, defesa e seguridade social	23.817	4.390	588	-237	4.741	19,9
Educação	71.104	2.384	-1.437	-2.301	-1.354	-1,9
Saúde humana e serviços sociais	74.656	882	-837	1.660	1.705	2,3
Alojamento e alimentação	97.759	823	-17.388	-4.168	-20.733	-21,2
Atividades administrativas e serviços complementares	187.398	4.731	-7.518	15.135	12.348	6,6
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	36.162	148	-221	292	219	0,6
Atividades imobiliárias	7.267	152	-283	226	95	1,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	56.911	1.196	-896	2.184	2.484	4,4
Informação e comunicação	45.253	1.184	-1.571	1.359	972	2,1
Outros serviços	59.124	1.366	-2.551	-284	-1.469	-2,5
Serviços domésticos	256	-1	-14	11	-4	-1,6
Transporte, armazenagem e correio	123.256	1.295	-4.543	1.148	-2.100	-1,7
Total	2.079.445	50.053	-109.214	60.825	1.664	0,1

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

O segundo pior resultado no saldo acumulado do ano foi do comércio, com perda de 17.207 postos formais de trabalho. Mesmo antes da pandemia, o setor já apresentava resultado negativo, tendo em vista os 2.587 vínculos perdidos nos dois primeiros meses de 2020. Essa situação se agravou no segundo período, quando as medidas de isolamento social necessárias ao combate da pandemia levaram ao fechamento de diversos estabelecimentos de varejo, ocasionando a perda de outros 23.238 vínculos no setor. Já no terceiro período houve um saldo positivo de 8.618 vínculos, porém insuficiente para compensar os desligamentos dos períodos anteriores. Com isso, o comércio apresentou a segunda maior queda relativa no acumulado do ano (-3,7%).

A terceira maior queda absoluta no acumulado do ano foi a do setor de transporte, armazenagem e correio, que representou o fechamento de 2.100 vínculos. Com relação ao estoque do final de 2019, essa queda representou uma variação negativa de 1,7%. Esse resultado se deve a um saldo positivo de 1.295 vínculos nos dois primeiros meses do ano,

a perda de 4.543 vínculos na fase mais aguda da pandemia e uma incipiente recuperação, com saldo de 1.148 vínculos entre junho e setembro.

Embora tenham sido relativamente menos afetados, os grupamentos de outros serviços (-1.469); educação (-1.354); agropecuária (-212); água e saneamento (-184); eletricidade e gás (-6) e serviços domésticos (-4); também chegaram a setembro com quedas acumuladas no ano. Com relação ao estoque de empregos de 2019, esses setores sofreram quedas de 2,5%, 1,9%, 0,5%, 1,2%, 0,1% e 1,6%, respectivamente.

Por outro lado, alguns setores apresentaram resultados positivos no acumulado, seja por terem gerado boa quantidade de vagas nos primeiros meses do ano, por terem sido menos afetados pelo cenário pandêmico ou por terem apresentado uma recuperação mais acelerada a partir de junho. Assim, o setor com melhor resultado no acumulado foi o das indústrias de transformação, com saldo de 17.682 vínculos e variação de 2,7% no ano. Esse resultado contou com contribuição importante do desempenho do setor no período pré-pandemia, quando seu saldo foi de 26.254 vínculos. Já no período de março a maio a indústria registrou o pior resultado entre todos os setores, tendo perdido 41.263 vínculos. Nessa fase crítica, o destaque ficou por conta das demissões nos ramos de confecção de artigos de vestuário e acessórios e da fabricação de produtos têxteis. Após ter apresentado a queda mais intensa, a indústria de transformação também apresentou a recuperação mais expressiva dentre todos os grupamentos de atividades, registrando saldo de 32.691 vínculos entre junho e setembro, puxado pela fabricação de produtos alimentícios e de produtos de borracha e material plástico. Essa recuperação foi fundamental para anular a queda do emprego no período mais agudo da crise, uma vez que o setor concentra 32% do mercado formal de trabalho catarinense.

O segundo setor com melhor resultado foi o das atividades administrativas e serviços complementares, que gerou 12.348 novas vagas entre janeiro e setembro de 2020, sendo puxada pelo subsetor de seleção, agenciamento e locação de mão de obra. No primeiro período, seu saldo foi de 4.731 vínculos, seguido por queda de 7.518 vínculos no segundo período e recuperação de 15.135 vínculos no terceiro período. No acumulado, o resultado representou uma variação de 6,6%.

Administração pública, defesa e seguridade social foi o setor com o terceiro melhor resultado no acumulado, com 4.741 novos vínculos. Esse acumulado representou o melhor desempenho relativo entre os setores, com variação de 19,9%. No primeiro período, o setor apresentou saldo de 4.390 vínculos, enquanto entre março e maio foram gerados outros 588 empregos formais, registrando o melhor resultado do período. Por

fim, apesar de ter apresentado queda de 237 vínculos no terceiro período, o saldo acumulado continuou positivo em 2020.

Os grupamentos de construção (4.613), atividades profissionais, científicas e técnicas (2.484), saúde humana e serviços sociais (1.705), informação e comunicação (972), atividades financeiras, de seguros e relacionadas (219), atividades imobiliárias (95) e indústrias extrativas (74) também apresentaram resultados positivos no acumulado do ano. Com relação ao estoque de empregos registrado em 2019, esses setores apresentaram variações de 4,6%, 4,4%, 2,3%, 2,1%, 0,6%, 1,3% e 1,1%, respectivamente.

A Tabela 7 apresenta os saldos acumulados por sexo em Santa Catarina entre janeiro e setembro de 2020. No período pré-pandemia, o saldo foi de 28.435 vínculos para homens e de 21.618 vínculos para mulheres. Posteriormente, no período que compreende os meses de maior retração do emprego formal, ambos os sexos apresentaram quedas semelhantes, havendo perda de 56.780 vagas entre os homens e 52.780 entre as mulheres.

Tabela 7 – Saldo por sexo (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Homens	28.435	-56.780	38.504	10.159
Mulheres	21.618	-52.434	22.321	-8.495
Total	50.053	-109.214	60.825	1.664

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Por fim, no terceiro período o saldo foi maior entre os homens (38.504) em comparação com as mulheres (22.321). Com isso, observa-se que as mulheres foram muito mais afetadas que os homens ao longo de todo o período. No acumulado do ano, o saldo para homens foi de 10.159 vínculos, enquanto para mulheres chegou a ser negativo em 8.495 vínculos. Neste caso, pode-se fazer uma correlação idêntica àquela feita para o conjunto do país, ou seja, esse resultado pode estar associado à sobrecarga das mulheres com afazeres domésticos, sobretudo tendo em vista o fechamento de creches e escolas (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

A Tabela 8 apresenta a distribuição do saldo de empregos formais por faixa etária. No primeiro período, o único saldo negativo foi registrado na faixa etária de 65 anos ou mais, que perdeu 379 vínculos. O restante das faixas apresentou saldo positivo, com

destaque para a faixa etária de 18 a 24 anos, que gerou 16.049 novas vagas, seguida pela faixa de até 17 anos, com 12.994 admissões líquidas.

O segundo período contempla a fase mais crítica da pandemia, refletindo em queda expressiva do emprego formal, já que a única faixa com saldo positivo foi a de até 17 anos, porém com apenas 643 vínculos. Nesse período, as faixas etárias que mais sofreram desligamentos foram de 30 a 39 anos (-28.861) e de 18 a 24 anos (-26.900).

Já no período entre junho e setembro, a maioria das faixas apresentou retomada, com destaque para os jovens entre 18 e 24 anos, que recuperaram 34.003 vagas. Por outro lado, as faixas que congregam trabalhadores mais idosos ainda não apresentaram sinais de recuperação, como no caso da faixa de 50 a 64 anos (-5.978) e de 65 anos ou mais (-1.148). Assim, o estado refletiu a tendência nacional de exclusão dos trabalhadores mais idosos do mercado formal de trabalho durante seu período inicial de recuperação.

Tabela 8 – Saldo por faixa etária (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Até 17 anos	12.994	643	11.276	24.913
18 a 24 anos	16.049	-26.900	34.003	23.152
25 a 29 anos	5.738	-19.174	10.098	-3.338
30 a 39 anos	9.443	-28.861	9.878	-9.540
40 a 49 anos	5.359	-18.259	2.696	-10.204
50 a 64 anos	849	-14.887	-5.978	-20.016
65 anos ou mais	-379	-1.776	-1.148	-3.303
Total	50.053	-109.214	60.825	1.664

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

No acumulado do ano, o pior saldo ficou por conta da faixa de 50 a 64 anos, com queda de 20.016 vínculos, seguida pela de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos, com quedas de 10.204 e 9.540 vínculos, respectivamente.

A Tabela 9 apresenta o saldo por grupamento ocupacional de Santa Catarina. No acumulado do ano, o pior resultado foi o do grupamento de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, com queda de 29.695 vínculos. No período pré-pandemia, esse grupamento apresentou saldo de 1.134 vínculos, no segundo período queda de 32.320 vínculos e no terceiro período queda de 1.491 vínculos.

Além desse, outros três grupamentos acumularam saldos negativos: membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes (-3.176 vínculos); trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca

(-566 vínculos); e não identificados (-131 vínculos). À exceção dos vínculos com idades não identificadas, os saldos negativos de todos os demais grupamentos estão relacionados ao resultado ruim do segundo período.

Tabela 9 – Saldo por grupamento ocupacional (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1.992	-2.146	453	299
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	25.526	-43.428	44.620	26.718
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2.360	-3.199	273	-566
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.134	-32.320	1.491	-29.695
Trabalhadores de serviços administrativos	9.067	-17.774	11.581	2.874
Técnicos de nível médio	5.682	-6.756	3.673	2.599
Profissionais das ciências e das artes	4.498	-875	-881	2.742
Membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	-209	-2.707	-260	-3.176
Não identificado	3	-9	-125	-131
Total	50.053	-109.214	60.825	1.664

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Já o melhor resultado foi o dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que acumulou 26.718 novos vínculos. No primeiro e no terceiro períodos, o grupamento gerou 25.526 e 44.620 empregos formais, respectivamente. Esses saldos compensaram a queda de 43.428 vínculos registrada no segundo período.

Além desse grupamento, outros quatro acumularam resultados positivos: trabalhadores de serviços administrativos (2.874 vínculos); profissionais das ciências e das artes (2.742 vínculos); técnicos de nível médio (2.599 vínculos) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (299 vínculos). No caso de profissionais das ciências e das artes, o resultado se manteve positivo devido ao período pré-pandemia. Já no caso de trabalhadores de serviços administrativos, técnicos de nível médio e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção, o terceiro período também contribuiu para evitar que a queda não levasse a um resultado negativo no acumulado.

A Tabela 10 apresenta os dez municípios de Santa Catarina com o pior desempenho acumulado no ano. Florianópolis ocupa a primeira colocação, com saldo negativo de 13.456 vínculos. Em seguida, aparecem Balneário Camboriú (-5.116), Bombinhas (-1.321), São João Batista (-1.024), Itapema (-874). Exceto São João Batista, todas as demais cidades têm grande parte de suas atividades econômicas vinculadas à

cadeia turística, a qual foi fortemente atingida pelas medidas adotadas para conter a pandemia.

Em termos relativos, as maiores quedas ocorreram em Bombinhas (-24,9%) e Garopaba (-14%), em razão da concentração das ocupações nos setores relacionados ao comércio e aos serviços de alojamento e alimentação. A terceira maior queda foi registrada em São João Batista (-11,9%), que foi fortemente atingida pela perda de empregos na indústria calçadista⁵, e a quarta em Sombrio, principalmente em razão da queda na confecção de artigos de vestuário e acessórios.

Tabela 10 - Saldo nos dez municípios com pior desempenho acumulado no ano (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Estoque/2019	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado	Var. (%)
Florianópolis	192.640	1.591	-13.626	-1.421	-13.456	-7,0
Balneário Camboriú	47.646	-172	-5.000	56	-5.116	-10,7
Bombinhas	5.310	-133	-1.504	316	-1.321	-24,9
São João Batista	8.592	1.002	-2.291	265	-1.024	-11,9
Itapema	20.032	255	-1.312	183	-874	-4,4
Tubarão	35.744	584	-1.995	636	-775	-2,2
Garopaba	5.230	-175	-761	204	-732	-14,0
Blumenau	123.646	4.223	-8.100	3.201	-676	-0,5
Sombrio	6.360	94	-697	-27	-630	-9,9
Imbituba	10.173	21	-726	130	-575	-5,7

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

No segundo período podemos observar os impactos da crise associada à pandemia em todas as regiões do estado. Entre março e maio, todos os dez municípios relacionados apresentaram saldos negativos expressivos, com destaque para Florianópolis (-13.626), Blumenau (-8.100) e Balneário Camboriú (-5.000). Finalmente, no terceiro período notou-se o início de uma recuperação, porém sem atingir todos os municípios. Por um lado, as cidades com maior presença de atividades industriais tenderam a apresentar recuperação mais acelerada, como foi o caso de Blumenau, cujo saldo de 3.201 vínculos no período se deve, em grande medida, à retomada da indústria têxtil. Por outro lado, a cidade de Florianópolis apresentou novamente o pior resultado dentre todos os municípios do estado (-1.421 vínculos), com a continuidade do fechamento de vagas nos serviços de alojamento e alimentação e nos transportes. Nos demais casos listados, houve

⁵ A indústria calçadista de São João Batista fechou cerca da metade de todos seus postos formais de trabalho nos três primeiros trimestres de 2020.

uma retomada muito lenta dos empregos perdidos, resultando em déficits no acumulado do ano.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada neste artigo seguiu dois procedimentos básicos. Por um lado, observou-se o comportamento dos vínculos formais de trabalho no acumulado do ano com dados disponíveis (janeiro-setembro), bem como em três períodos distintos assim discriminados: anterior ao início da pandemia (meses de janeiro e fevereiro); período agudo da pandemia (março a maio); e período de retomada das atividades (junho a setembro). Por outro, foram considerados quatro indicadores básicos (grupamento de atividades econômicas, sexo, faixa etária e grupamento ocupacional) para analisar a dinâmica do mercado formal de trabalho em tempos de pandemia. Tais análises foram elaboradas simultaneamente para Santa Catarina e para o conjunto do país.

Em termos do comportamento acumulado do mercado formal de trabalho em 2020, nota-se que o Brasil sofreu uma queda de 4% em seu estoque de vínculos formais no período mais agudo da crise (março a maio), percentual que, em termos absolutos, representou o corte de 1.569.948 vínculos. Parte dessa perda foi recuperada com a retomada das atividades econômicas, porém os 672 mil vínculos criados entre junho e setembro representaram apenas 43% das perdas ocorridas no período anterior. Com isso, por mais que o Governo Federal tenha feito alarde sobre os resultados obtidos em setembro de 2020, o saldo no ano continua sendo negativo em 558.597 vínculos, o que contribui para manter as taxas de desemprego do país em níveis elevados. Já o estado de Santa Catarina, por ter apresentado historicamente uma taxa de formalidade acima da média nacional, obteve uma expressiva recuperação dos vínculos formais entre junho e setembro, fazendo com que o saldo acumulado ficasse positivo e retornasse ao patamar do final de 2019.

Quanto aos grupamentos de atividades econômicas, observa-se que no conjunto do país os setores mais afetados foram o de alojamento e alimentação (-347 mil vínculos) e o comércio, que perdeu mais de 345 mil vínculos. Somam-se a esses os setores de transportes, armazenagem e correios; atividades administrativas e serviços complementares; educação e outros serviços. Registre-se o bom desempenho da indústria de transformação, que praticamente zerou seu déficit no último mês da série. O resultado geral poderia ser muito pior caso os setores de agropecuária, construção, indústria

extrativa e administração pública, defesa e seguridade social não tivessem aberto novas vagas no período. No caso de Santa Catarina, verificam-se muitas semelhanças com os resultados do país, uma vez que os setores mais afetados são praticamente os mesmos. O destaque positivo ficou por conta do papel importante exercido pela indústria de transformação, seguida pelos setores de construção, administração pública, atividades administrativas e atividades profissionais, científicas e técnicas.

Do ponto de vista da distribuição dos vínculos por sexo, nota-se que durante a fase mais aguda da pandemia no Brasil (março a maio) o volume de demissões de homens foi ligeiramente superior ao de mulheres. Todavia, durante o período de retomada das atividades econômicas, a cada vaga aberta para mulheres, correspondiam mais de quatro vagas para homens. Essa situação também se verificou em Santa Catarina, porém em menor grau. Mesmo assim, o saldo acumulado de vínculos formais para mulheres continua negativo em mais de oito mil vagas. Com isso, percebe-se que tanto no Brasil como em Santa Catarina as mulheres foram as mais afetadas pelos impactos da Covid-19 no mercado de trabalho.

Em relação às faixas etárias dos trabalhadores, observa-se que os mais afetados durante a pandemia foram os jovens entre 18 a 24 anos e os trabalhadores da faixa entre 30 e 39 anos de idade. Com a retomada das atividades houve maior volume de contratações exatamente nessas duas faixas, enquanto os trabalhadores mais idosos (das faixas acima de 50 anos de idade) foram os mais prejudicados. Em parte, isso pode ser explicado pela maior dificuldade de adaptação desses trabalhadores ao trabalho remoto, bem como por serem pessoas de maior risco à Covid-19.

Do ponto de vista dos grupamentos ocupacionais, verifica-se que os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, trabalhadores de serviços administrativos e membros superiores do poder público, dirigentes de empresas e gerentes foram os mais afetados, sendo que as duas últimas categorias vêm apresentando perdas desde antes do início da pandemia. Já os melhores resultados foram obtidos pelos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que tiveram ótima recuperação no período entre junho e setembro. No caso catarinense, situação é muito semelhante ao Brasil em relação às categorias que foram mais afetadas. Já em termos de resultados positivos, além daquelas também verificadas no conjunto do país, acrescentam-se os trabalhadores dos serviços administrativos, profissionais de ciências e artes, técnicos de nível médio e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção. Essas últimas categorias tiveram ótimo desempenho no terceiro período considerado.

Finalmente, quando são considerados os dez municípios com maiores perdas de empregos formal no estado, observa-se que no topo da lista figuram exatamente aqueles municípios cuja dinâmica do mercado formal de trabalho está mais atrelada à cadeia turística e ao comércio, particularmente os que compõem os circuitos litorâneos da região da capital do estado, do norte e do sul. Neste caso, destacam-se os municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Bombinhas, Itapema, Garopaba e Imbituba. Além disso, destaca-se, ainda, São João Batista, localizada na microrregião de Tijucas, que foi fortemente atingida pela perda de empregos na indústria calçadista. Já nas cidades com maior presença de atividades industriais, que haviam sido fortemente afetadas na fase mais aguda da pandemia, a exemplo de Blumenau, Brusque, Joinville e Jaraguá do Sul, notou-se um processo de recuperação dos vínculos formais em ritmo bem mais acelerado, comparativamente a outras localidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. *et al.* **Substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial: implicações para as estatísticas do emprego formal.** 2020. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_BMT_69_sustituicao_da_capacidade.pdf>.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?** IPEA/DISOC, 2020. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercadetrabalho.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CACCIAMALI, M. C. Desgaste da legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: POSTHUMA, A. C. **Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil**, São Paulo: Ed.34, 1999, p. 207-232.

CARDOSO JR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. In: **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 31-59, nov/2001.

CHAHAD, J. P. Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: FILHO, F. M. M. (Org.) **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

HEINEN, V. L.; MATTEI, L. **Primeiros impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho catarinense.** 2020. Disponível em: <necat.ufsc.br/primeiros-impactos-da-crise-da-covid-19-no-mercado-de-trabalho-catarinense/>. Acesso em: 10 out. 2020.

KREIN, J. D. *et al.* Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 52, 2018, p. 41-66.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, out-dez/2020, p. 647-668.

MATTOS, F. A. M. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, dez/2015, p. 69-85.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desemprego**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

NOVO CAGED. **Painel de informações do Novo Caged**. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/dCOX9>. Acesso em: 31 out. 2020.

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil Metropolitano. In: **Textos para Discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, nº 914, 2002.

SEPRT – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Resumo Executivo: Divulgação das estatísticas mensais do emprego formal**. 2020. Disponível em: <http://antigo.trabalho.gov.br/images/Documentos/CAGED/2020/Resumo_executivo_nota_tecnica.pdf>.

Recebido em 11 de novembro de 2020 e aceito em 24 de novembro de 2020.